

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**PARADIGMAS TÉCNICO-ECONÔMICOS, PACTOS
DE ELITES E O SISTEMA MONETÁRIO INTERNACIONAL**

Eduardo Urbanski Bueno

Porto Alegre

2009

Eduardo Urbanski Bueno

**PARADIGMAS TÉCNICO-ECONÔMICOS, PACTOS
DE ELITES E O SISTEMA MONETÁRIO INTERNACIONAL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais, na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. André Moreira Cunha.

Porto Alegre

2009

AGRADECIMENTOS

Agradeço:

a **Deus e meus mentores** por darem-me luz e força em momentos onde tudo parecia estar distante e inacessível;

à **República Federativa do Brasil** por viabilizar um ambiente acadêmico de excelência dentro da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e por ser o norte que guiou meus esforços e estudos;

aos **professores** do curso de Relações Internacionais pelo esforço despendido para materializar esse ambiente acadêmico de excelência;

ao **orientador**, professor Dr. André Moreira Cunha, pela excelente cadeira ministrada num distante primeiro semestre que pautou meus esforços ao longo destes cinco anos. Em especial gostaria de agradecer à solicitude do mesmo em apoiar e guiar as diferentes mudanças de foco realizadas ao longo da realização deste trabalho;

aos **colegas e amigos da Oficina de Estudos Estratégicos** pelo auxílio no desenvolvimento desta pesquisa. Agradeceria de forma especial ao professor Dr. José Miguel Quedi Martins, a Igor Castellano da Silva, a Fernando Dall Onder Sebben, a Lucas Kerr, a Gustavo Müller e a João Chiarelli;

à **minha família**, em especial: aos meus pais, Newton Renato Bueno e Rejane Urbanski, por terem me apoiado incondicionalmente nas decisões tomadas; aos meus irmãos, André, Felipe e Renata, por terem cada um do seu jeito concedido os meios para que eu seguisse em frente;

à **minha namorada**, Bruna de Melo Menezes, pelo companheirismo e alegria com que tem me presenteado a cada dia, principalmente neste difícil período de final de curso;

aos **meus amigos e companheiros de curso** por tornarem estes cinco anos de curso uma experiência inesquecível que será guardada com muito carinho no coração. Não gostaria de citar nomes visando evitar que alguém seja esquecido por descuido.

Por fim, gostaria de dedicar este trabalho ao economista, e sobretudo humanista, **Giovanni Arrighi**, que certamente continuará a guiar nossos estudos do lugar onde se encontra hoje.

RESUMO

O presente trabalho pretende encontrar as bases que sustentam o dólar como moeda chave do Sistema Monetário Internacional, buscando responder se a “Crise do *Subprime*” representa o colapso desta centralidade da moeda estadunidense. Para tanto, será utilizada uma abordagem schumpeteriana que coloca a inovação tecnológica no centro do modelo explicativo. Desta feita, parte-se de um estudo do conceito de “Paradigma Técnico-Econômico” desenvolvido pela autora venezuelana Carlota Perez. Em seguida, mostra-se como estes ciclos tecnológicos dentro dos Estados Unidos traduziram-se em uma ciclicidade nas relações entre Estado e burguesia, que tomaram a forma de pactos sociais e pactos de elites. Finalmente, demonstra-se como estes arranjos institucionais determinam o Sistema Monetário Internacional.

PALAVRAS-CHAVE: dólar, Sistema Monetário Internacional, *Subprime*, Schumpeter, inovação tecnológica, Paradigma Técnico-Econômico, Carlota Perez, ciclos, Estados Unidos, pacto social, pacto de elites.

JEL: F33, F59, O31

ABSTRACT

This paper intends to find the bases that sustain the dollar as the key currency in the International Monetary System, trying to answer if the "Subprime Crises" represents the collapse of the American currency centrality. Therefore, a Schumpeterian approach that places innovation in the center of the explicative model shall be used. Hence, this paper starts by studying Carlota Perez's concept of "Techno-Economic Paradigm". After that, it is shown how these technologic cycles in the United States were translated into a cyclic pattern in the relations between the State and the bourgeoisie, which took the shape of "Social Pacts" and "Elites Pacts". Finally, it is demonstrated how these institutional sets determine the International Monetary System.

KEYWORDS: dollar, International Monetary System, Subprime, Schumpeter, technological innovation, Techno-Economic Paradigm, Carlota Perez, cycles, United States, social pact, elites pact.

JEL: F33, F59, O31

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1	14
1.1 – O Modelo de Carlota Perez: os Ciclos Técnico-Econômicos.....	14
1.2 – Pacto transnacional de elites, criação do FED e do Padrão Ouro-Dólar-Libra.....	24
1.3 – A crise de 1929 e o colapso do Pacto Transnacional de Elites.....	34
Conclusão.....	35
CAPÍTULO 2	37
2.1 – A Crise de 1929 no Microscópio.....	38
2.2 – Roosevelt, Rockefeller e o <i>New Deal</i> : o novo Pacto Social.....	44
2.3 – Pacto Social em Âmbito Mundial.....	49
Conclusão.....	54
CAPÍTULO 3	55
3.1 – Expansão do Pacto Social Mundial.....	55
3.2 – Deterioração do Pacto Social Internacional e Doméstico e Criação do Padrão Dólar Flexível.....	60
3.3 – Reação Conservadora e Enquadramento dos Descontentes.....	68
Conclusão.....	78
CONCLUSÃO	79
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	83
ANEXO	91

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Crescimento divergente da bolsa de Nova Iorque e do PIB estadunidense (1971-2000).....	19
Gráfico 2 - Taxa de redesconto do <i>Federal Reserve Bank</i> de Nova Iorque.....	39
Gráfico 3 - Índice PIB real.....	43
Gráfico 4 - Produção de Petróleo Cru nos EUA.....	67
Gráfico 5 - Tendência de variação dos lucros no setor automotivo (1930-2006).....	67
Gráfico 6 - Lucros líquidos corporativos da exploração de petróleo nos Estados Unidos..	69
Gráfico 7 - Ativos totais nos EUA.....	73
Gráfico 8 - Estoque total da dívida nos EUA por setor.....	74
Gráfico 9 - Participação do decil mais rico na renda nacional (excluindo ganhos de capital).....	77
Gráfico 10 - Lucros por setor da economia (1929-2000).....	91

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Metodologia de pesquisa segundo Van Evera (2002).....	11
Tabela 2 - Os “ <i>big bangs</i> ” das ondas técnico-econômicas de Carlota Perez (2002)...	16
Tabela 3 - Periodização das Ondas Técnico-Econômicas.....	23
Tabela 4 - Porcentagem dos Investimentos Externos ingleses (em preços correntes) em relação à Formação Líquida de Capital, 1855-191.....	24
Tabela 5 - Atividade Sindical nos Estados Unidos (1920-1929).....	40

INTRODUÇÃO

Quando a bolha do *subprime*¹ explodiu e desencadeou o que é considerada a maior crise econômica internacional desde 1929, diversos analistas previram que este seria o fim do dólar² e da hegemonia estadunidense³. Outros autores, que há quase meio século prevêem a crise final do “império norte-americano”, afirmam que desta vez não haverá saída para o capitalismo⁴. Muitos defendem que os países emergentes, liderados pela pujante República Popular da China, retirarão dos Estados Unidos a liderança econômica, passando a ser as novas locomotivas do mundo (Altman, 2009). Para outros acadêmicos, esta crise não teria afetado as bases reais do poder norte-americano⁵, de natureza político-militar que efetivamente sustentariam o papel central da moeda estadunidense no sistema monetário internacional⁶.

Ao analisarmos as soluções oferecidas para debelar os efeitos depressivos sobre a economia global, as propostas são igualmente variáveis. De um lado, agentes ligados ao enfraquecido *mainstream*⁷ defendem agendas liberalizantes, pregando a manutenção do Estado mínimo. Do outro lado, atores vinculados ao *keynesianismo*⁸ – o qual saiu fortalecido do colapso bancário – advogam uma postura mais intervencionista e cooperativa por parte dos governos.

¹ A crise do *subprime* é uma crise financeira desencadeada por um drástico aumento da inadimplência nas hipotecas nos Estados Unidos, com graves conseqüências negativas para os bancos e para os mercados financeiros ao redor do globo. A crise, que tem suas raízes nos anos finais do século 20, tornou-se evidente em 2007 e tem exposto insuficiências da regulação da indústria financeira e do sistema financeiro global. Os efeitos sobre a “economia real” foram de igual monta, tendo em vista a contração generalizada do crédito levada a cabo pelos bancos.

² Dólar, neste trabalho, refere-se à moeda dos Estados Unidos da América.

³ Entre estes analistas, um dos mais explícitos é o congressista republicano Ronald Ernest “Ron” Paul, representante do Texas. Um outro autor que defende o fim da hegemonia do dólar e dos Estados Unidos é o economista chinês Henry C.K. Liu.

⁴ Autores marxistas cujo denominador comum seria a obra de Giovanni Arrighi, i.e. “O Longo Século XX”.

⁵ Neste trabalho, quando não for expresso o contrário, as palavras “norte-americano”, “americano” e “estadunidense” serão sinônimas do gentílico dos Estados Unidos da América.

⁶ Autores ligados ao departamento de economia da UFRJ, i.e. Fiori (2008), Serrano (2008).

⁷ O “núcleo duro” teórico desta corrente ortodoxa pode ser encontrado nas recomendações dadas por um conjunto de banqueiros em 2008, reunidos na *Counterparty Risk Management Policy Group*. Fonte: “The Report of the CRMPG III. Containing Systemic Risk: The Road to Reform”. Disponível em: www.crmpolicygroup.org/docs/CRMPG-III.pdf (acessado em 12/07/2009).

⁸ O presidente do Banco Central chinês, Zhou Xiaochuan (2009) tem sido um grande porta-voz desta maior intervenção do Estado na economia.

Dado o contexto de disputa teórica entorno do diagnóstico e gerenciamento da crise, este trabalho partiu de duas perguntas: (1) o que sustenta o dólar como moeda de reserva internacional, se desde os anos 70 não há mais um lastro em ouro para esta moeda? (2) A “crise do *subprime*” representa a derradeira crise do dólar?

Desde o início tornou-se evidente que não haveria uma resposta simples e “mono causal” para estas perguntas. Qualquer resposta baseada em avaliações conjunturais seria suscetível às flutuações próprias de tais análises, sujeitas a extrapolações de tendências de curto prazo. Pareceu mais apropriado procurar as raízes desta dominação do dólar nas altas finanças (Polanyi, 1944), ou na expansão internacional de um ciclo sistêmico de acumulação – na terminologia de Giovanni Arrighi (1996) – centrado nos Estados Unidos e na sua burguesia. Mas esta relação entre burguesia e governo é imutável?

Analisando a história econômica norte-americana, ficou claro que tanto a relação burguesia-governo quanto a relação burguesia-burguesia eram mutáveis. Mais do que isso, percebeu-se que as mesmas apresentavam um caráter cíclico correlacionado com a ciclicidade dos desenvolvimentos tecnológicos, tomando a forma de pactos de elites e pactos sociais⁹. No primeiro tipo de arranjo, os agentes econômicos dominantes buscavam desvencilhar-se do Estado e dos compromissos sociais, tentando para tanto promover uma maior desregulamentação do ambiente político-econômico. Já no segundo, uma elite emergente e politicamente fraca procurava aliar-se ao governo para desbancar a força conservadora consolidada supracitada.

Utilizando-se da noção marxista de D-M-D’ (Dinheiro-Mercadoria-Dinheiro’), a elite emergente representaria a parte produtiva desta expressão (D-M) enquanto que a conservadora representaria a fase financeira (M-D’). Esta distinção entre frações de classes da burguesia (financeira e industrial) conduz à percepção de que os Estados Unidos não são

⁹ Terry Lynn Karl (in: O’Donnell (org.), 1988: 299) conceitua pacto de elites da seguinte forma: “A feitura de pactos promulga normas de regime e estruturas de Estado que canalizam as possibilidades de mudança econômica de forma duradoura. (...) o conjunto de compromissos negociados contido nos pactos estabelece “regras do jogo” político, que também institucionalizam as fronteiras econômicas entre os setores privado e público, as garantias ao capital privado e os parâmetros da futura reforma sócio-econômica”.

Esta concepção de pacto de elites englobaria os dois conceitos utilizados neste trabalho: tanto o “pacto social” quanto o “pacto de elites”. Visando diferenciar ambos os tipos, define-se como pacto social aquele rearranjo que permite o aumento da “equidade” econômica e política (Rawls, 1997), enquanto que o pacto de elites seria o arranjo institucional excludente que beneficia as camadas mais poderosas em detrimento do resto da sociedade.

um ator homogêneo, o que é crucial para a compreensão da evolução do “longo século” americano e de suas possíveis trajetórias atuais.

Devido à centralidade da economia americana no sistema internacional durante o século XX, qualquer mudança institucional doméstica impactaria profundamente o sistema mundial. Tais impactos poderiam levar a um aumento da equidade no núcleo orgânico do capitalismo (pacto social) ou não (pacto de elites). Desta forma, qualquer pacto interno assumiria um caráter transnacional, ao englobar os demais atores internacionais no acordo. É interessante ressaltar que este arranjo entre os atores pode-se dar de forma consentida ou imposta por uma das partes. Além disso, a própria elite estadunidense apresentou em alguns momentos uma “transnacionalidade natural”, oriunda das nacionalidades ímpares dos membros dessa camada social¹⁰.

Finalmente, antes de passarmos ao modelo da pesquisa, cabe ressaltar que a simples análise da dinâmica da relação entre governo e elite e entre elites – com seus respectivos impactos transnacionais – não seria capaz de atingir a resposta para a pergunta original da pesquisa. Portanto, para alcançar esse objetivo, torna-se imperativo buscar o impacto dessas dinâmicas sobre as “altas finanças”, ou o “andar superior do capitalismo”, onde o “dono do poder encontra o dono do dinheiro” (Arrighi, 1996: 8). Somente desta forma cria-se o nexo entre o desenvolvimento técnico, pactos de elites e o Sistema Monetário Internacional.

Assim sendo, utilizando-se da metodologia de Stephen Van Evera (2002) para desenvolver modelos de pesquisa, elabora-se o seguinte modelo:

Modelo da Pesquisa		
VARIÁVEIS	DEFINIÇÃO	NO TRABALHO
Variável Independente	Causa	Paradigmas Técnico-Econômicos de Carlota Perez (2002)
Variável Dependente	O que será estudado	Sistema Monetário Internacional
Variável Interveniente	Influi no impacto da variável independente na dependente	Natureza do pacto transnacional: de elites ou social.

Tabela 1- Fonte: elaboração do autor com base em Van Evera (2002).

¹⁰ Vide o pacto de elites anglo-americano no início do século XX (a ser estudado no capítulo 1).

Procurou-se demonstrar que a evolução técnico-industrial dos Estados Unidos permitiu o soerguimento cíclico de uma elite transnacional que buscava desvencilhar-se do “Estado interventor” e das obrigações trabalhistas. Ao mesmo tempo, essa evolução tecnológica permitiu o estabelecimento de uma elite emergente que, aliada com o Estado e com os trabalhadores, conseguiu desbancar a força da burguesia financeira conservadora.

Entretanto, conforme a tecnologia torna-se ultrapassada e a competição intercapitalista aumenta, a aliança entre governo e burguesia começa a se desfazer devido à própria consolidação desta última como parte do *establishment* e sua decisão estratégica de transnacionalizar-se, o que requer aumento da sua autonomia frente ao Estado. Desta forma, o Estado perde a capacidade de influenciar o processo produtivo doméstico, a capacidade de exercer políticas sociais para a população e o controle sobre as finanças e seus ganhos¹¹, o que na prática redundou na erosão do pacto social e da soberania¹². Importa demonstrar que estas relações entre o Estado e as elites dentro do país hegemônico são o substrato da evolução do sistema monetário internacional.

Para tanto, o trabalho será dividido em três capítulos. No primeiro, será apresentado o marco teórico, sendo analisada a teoria dos ciclos técnico-econômicos da professora venezuelana Carlota Perez (1983, 2002). Será analisada a formação de um pacto de elites doméstico, que foi a formação do *Federal Reserve System*, que redundou na formação de um pacto transnacional de elites, simbolizado na formulação do padrão ouro-dólar-libra em 1925¹³. Ao fim explica-se como este arranjo entre elites favoreceu a formação da bolha de preços que redundaria na crise mundial dos anos 30.

¹¹ Aqui refere-se aos ganhos de senhoriação principalmente. Para Sandroni (2005: 764) senhoriação seria: “Conjunto de obrigações e deveres que o vassalo medieval devia a seu suserano ou senhor. Uma modalidade especial de senhoriação era a taxa ou renda paga ao rei pelo nobre feudal para receber a concessão de cunhar moedas em seu domínio. (...) Quando relacionada com a emissão de moeda, a senhoriação é a receita obtida por aqueles que têm o poder de emitir, decorrente da diferença entre o valor de face da moeda e seu custo de produção”.

¹² Soberania: Bobbio divide a soberania em soberania “interna e a externa. Internamente o soberano moderno procede à eliminação dos poderes feudais, dos privilégios dos Estados e das categorias, das autonomias locais, enfim dos organismos intermediários, com sua função de mediador político entre os indivíduos e o Estado: isto é, ele procura a eliminação dos conflitos, mediante a neutralização e a despolitização da sociedade, a ser governada de fora, mediante processos administrativos, antítese de processos políticos”. (Bobbio, 1998: 1180)

¹³ Esta conceituação não é a mesma utilizada por Franklin Serrano (2002), que considera todo o padrão "ouro clássico" como sendo um padrão ouro-libra. A conceituação aqui utilizada aproxima-se mais da conceituação dada por Rothbard (2002), que caracteriza o sistema financeiro internacional erguido pelos banqueiros anglo-americanos em 1925 como o "gold-exchange standard" de fato. Porém, diferentemente de Rothbard, que considera tanto o padrão anterior à Primeira Guerra quanto o de meados da década de 20 como padrão ouro-

No segundo capítulo, demonstra-se como esta grande crise foi utilizada pelo governo norte-americano para formular e efetivar um pacto social envolvendo os trabalhadores e uma elite produtiva e financeira em ascensão. Destaca-se que o grande poder angariado pelos estadunidenses durante a Segunda Guerra Mundial permitiu a formação de um pacto social em âmbito mundial (equiparação), cristalizado nas organizações de Bretton Woods que deram origem ao padrão ouro-dólar¹⁴.

No terceiro capítulo, pretendeu-se descrever como a deterioração da matriz técnico-econômica americana, aliada a um aumento da competição inter-estatal, fez com que começasse a ser gerido um novo pacto transnacional de elites. A transnacionalização do capital estadunidense, que nas décadas anteriores tinha sido direcionada para os aliados europeus, passa a ser direcionada para os NIC's¹⁵. Demonstrou-se como o Pacífico foi incorporado através do setor industrial ao novo pacto de elites, enquanto que os aliados tradicionais foram incorporados através de suas praças financeiras.

Como conclusão convalidou-se o modelo schumpeteriano criado a partir de Carlota Perez. Há relação causal entre tecnologia da produção e a base do sistema monetário internacional. Todavia, constatou-se também influência de monta acerca do papel cumprido pelos arranjos entre as elites e destas com os subalternos acerca da arquitetura do sistema financeiro mundial.

libra, o presente trabalho estabelece uma distinção ao demonstrar o papel exercido pelo dólar neste último arranjo.

¹⁴ Aqui o termo é utilizado seguindo a conceituação de Serrano (2002) e Rothbard (2002), como um padrão onde somente a moeda central era de fato lastreada em ouro.

¹⁵ “New Industrialized Countries” (Coréia do Sul, Hong Kong, Formosa, Cingapura)

CAPÍTULO 1

Neste capítulo examina-se o modelo de Carlota Perez (1983, 2002), que fala sobre os paradigmas técnico-econômicos aludidos no título deste trabalho. A tipologia de Perez serve como fundo analítico explicativo para a descrição de um pacto de elites, real e empírico, aquele que resultou na formação do *Federal Reserve System* (FED). Por fim estudam-se as condições que conduziram este pacto de elites, inicialmente doméstico, em um pacto internacional de elites financeiras (padrão ouro-dólar-libra). Conclui-se demonstrando que estes redundaram na criação das condições que levaram à crise de 1929.

1.1) O Modelo de Carlota Perez: os Paradigmas Técnico-Econômicos

O foco dos estudos da professora venezuelana de Cambridge é a **inovação** dentro de uma sociedade industrial. Carlota Perez parte da análise cíclica de Nikolai Kondratieff e de Joseph Schumpeter, buscando fazer um estudo qualitativo dos ciclos, criticando nestes autores a abordagem puramente econômica que considera os fatores sócio-institucionais como exógenos e secundários¹⁶. Desta forma a autora defende que o fator causador do caráter cíclico do capitalismo é oriundo do efeito assimétrico das revoluções tecnológicas sobre as esferas técnico-econômica (mais mutável) e sócio-institucional (mais cristalizada e difícil de ser alterada). Desta forma, o aproximado meio século de duração de um ciclo de Kondratieff (1935: 106-7) estaria relacionado ao período da ‘vida-útil¹⁷’ de uma tecnologia – ou o tempo necessário para que uma inovação radical se difunda por toda a estrutura social alterando a esfera sócio-institucional – no final do qual a economia como um todo estaria operando num nível superior de produtividade.

Visando explicar a recorrência dentro de um ciclo da seqüência “*revolução tecnológica - bolha financeira – colapso - era de ouro - turbulência política*”, Perez (2002: 8) desenvolve o conceito de “Paradigma Técnico-Econômico”, o qual seria o “principal

¹⁶ Isto não significa que estes autores desconsiderassem as variáveis exógenas, pelo contrário, eles reconheciam a importância das mesmas. Entretanto, por motivações de objetivos e métodos das suas pesquisas, preferiram deixar de lado estas questões. Esta omissão intencional é explicitada por Schumpeter (1982: 145-8).

¹⁷ Conceito retirado da teoria acerca do ciclo de vida do produto, de Raymond Vernon (1966)

veículo de difusão deste conjunto de ‘ferramentas’ genéricas [novas indústrias, métodos produtivos, ideologias...] , que juntas modificam a fronteira de ‘melhor prática’ para todos”.

Segundo a autora,

“é um paradigma, no sentido Kuhniano¹⁸, porque a nova tecnologia define o modelo e o território para práticas ‘normais’ de inovação, prometendo sucesso para aqueles que seguirem os princípios encarnados nas indústrias do núcleo da revolução”. (Perez, 2002: 9. Tradução pessoal)

Este paradigma nascente seria a ‘melhor prática técnico-econômica’ porque cada inovação tecnológica leva à introdução de um insumo central mais barato¹⁹, o qual produz uma mudança profunda na **estrutura de preços relativos**, o que induz os agentes econômicos a passarem a utilizar de forma mais intensiva este novo insumo e esta nova tecnologia²⁰. Quando os agentes econômicos percebem que este novo insumo apresenta uma oportunidade de diferenciarem-se e fugirem da concorrência, eles passam a investir nesta nova matriz tecnológica. Essa fase é caracterizada por uma forte turbulência advinda de diversos fatores, tais como: o aumento do desemprego nos setores defasados tecnologicamente; a ampliação das desigualdades devido à ascensão de novas indústrias mais dinâmicas; a inexistência de marcos institucionais para regular as novas indústrias, etc.

Todavia, conforme essa inovação básica se difunde por toda a economia (inclusive para as indústrias tradicionais, que utilizam a mesma para rejuvenescerem-se) essas tensões vão amainando. Mas esses conflitos somente deixarão de existir quando o marco institucional for adaptado para o novo paradigma, de forma que o país possa crescer de

¹⁸ A definição de paradigma para Thomas Kuhn (1962) diz respeito a uma série de métodos, suposições e problemas recorrentes, que definem quais são as perguntas importantes para a comunidade científica e qual é a melhor maneira para respondê-las. Segundo o autor, os paradigmas são persistentes e só são suplantados por outro paradigma de forma abrupta, e não de forma gradual. Este processo de mudança da estrutura do conhecimento faz com que o progresso científico ocorra através de degraus, e não através de uma ladeira contínua.

¹⁹ Para Badalian & Krivorotov (2009, 2006) estes insumos seriam o carvão e o petróleo. Perez (2002) acrescenta neste grupo os semicondutores, insumo chave na fabricação de circuitos eletrônicos.

²⁰ Alguns autores como Badalian & Krivorotov (2009, 2006) apontam que estas tecnologias mais “aparentes” se inseririam em um longo ciclo de construção de uma infra-estrutura energética global cuja duração seria de um século em média. Através desta análise, a hegemonia estadunidense se inseriria completamente na instauração do ciclo do petróleo.

forma sustentável no longo prazo²¹. Perez identifica a existência de cinco paradigmas tecnológicos, todos os quais passaram por esta seqüência de turbulência seguida por crescimento econômico de longo prazo (vide Tabela 2)²².

Os “big bangs” das ondas técnico-econômicas de Carlota Perez (2002)				
Revolução Tecnológica	Nome popular do período	País ou Países central(is)	Big Bang	Ano
Primeira	A “Revolução Industrial”	Grã Bretanha (GB)	Moinho de Arkwright	1771
Segunda	Era do Vapor e das Ferrovias	GB (espalhando para o continente e para os Estados Unidos)	Teste da locomotiva “Rocket”	1829
Terceira	Era do aço, eletricidade e engenharia pesada	EUA e Alemanha ultrapassando a GB	Planta produtora de aço Bessemer de Carnegie	1875
Quarta	Era do petróleo, do automóvel e da produção em massa	EUA, concorrência alemã e expandindo-se pelo mundo	Lançamento do modelo Ford-T	1908
Quinta	Era da Informação e das Telecomunicações	EUA, espalhando-se pela Europa e pela Ásia	Lançamento do primeiro microchip comercial da Intel	1971

Tabela 2: Fonte: elaboração do autor com base em dados de Carlota Perez (2002)

Em seu modelo, Perez subdivide cada onda em quatro fases²³. Dentro de cada uma destas fases, o capital financeiro, o capital produtivo e as instituições interagiriam de uma forma particular. A partir do *big bang* (o invento precursor), iniciar-se-ia o período de **instalação** da nova tecnologia dentro da sociedade, com os investimentos migrando cada vez mais para o setor que promete maiores margens de lucros, relegando a um segundo plano as tecnologias saturadas. Segundo a autora:

Nas primeiras décadas da instalação de novas indústrias e infra-estruturas, há uma crescente divergência entre as esferas técnico-econômica e sócio-institucional, assim como há um desacoplamento dentro do sistema econômico, entre as novas e as velhas tecnologias. (Perez, 2002: xviii. Tradução pessoal)

²¹ Esta questão do crescimento “sustentável” ou de longo prazo é importante neste trabalho. Segundo Thompson & Rasler (2000), a diferença de **taxas de crescimento econômico de longo prazo** entre os países seria a causa principal da ascensão e da queda do poder das diferentes nações, ou seja, seria a fonte do comportamento cíclico da política internacional. Desta forma, quando um país lidera a instalação de um novo paradigma técnico-econômico em âmbito global, o mesmo tenderia a tornar-se a nação hegemônica.

²² Longo prazo aqui é utilizado como sendo um curso de aproximadamente 30 anos ou mais.

²³ Como a análise de Kondratieff (1935: 105), a autora baseia-se nas economias dos países centrais do sistema capitalista.

Para uma visualização das quatro fases de uma onda tecnológica, vide a Tabela 3

Periodização das Ondas Técnico-Econômicas							
Onda	Revolução Tecnológica/País central	Big Bang	INSTALAÇÃO		Ponto de Transição	DESDOBRAMENTO	
			Irrupção	Frenesi		Sinergia	Maturidade
1 ^a	Revolução Industrial	1768	1770's-80's	1780's-90's	1793-97	1798-1812	1813-1829
2 ^a	Era do Vapor e das Ferrovias	1829	1830's	1840's	1848-50	1850-1857	1857-1873
3 ^a	Era do Aço, da Eletricidade e da Engenharia Pesada	1875	1875-1884	1884-1893	1893-95	1895-1907	1908-1918
4 ^a	Era do Petróleo, dos Automóveis e da Produção em Massa	1908	1908-1920	1920-1929	1929-1933*	1943-1959	1960-1974
5 ^a	Era da Informação e das Telecomunicações	1971	1971-1987	1987-2001	2001-????	????	????

* A transição nos anos 30 se deu mais rapidamente nos Estados Unidos do que na Europa. Aqui utiliza-se a data para os EUA.

Tabela 3 – Fonte: elaboração do autor com base em dados de Carlota Perez (2002).

Dentro desse período de instalação podemos identificar a primeira fase de uma onda: a de **irrupção**, quando ocorre a configuração do paradigma e a prefiguração do ‘senso-comum’. Nessa fase, o capital financeiro, ávido por oportunidades de lucros que não são mais propiciadas pelos setores tradicionais da economia, passam a ver nestes novos setores a oportunidade de novos investimentos. Desta forma há uma explosão da aplicação nestes setores inovadores através das bolsas de valores e da criação de novos instrumentos financeiros, que buscam se adaptar aos novos padrões de produção e de consumo. Como exemplo desta criação de novos instrumentos, poder-se-ia citar a expansão do crédito pessoal visando financiar o consumo de bens intermediários pela população durante o quarto ciclo técnico-econômico.²⁴ Entretanto,

logo, torna-se claro para o capital financeiro que não importa quão alta seja a taxa de crescimento dos novos setores, eles serão somente uma pequena fração da economia. Porém o hábito de obter grandes ganhos tornou-se popular e virou o nível normal de expectativas. Visando obter os altos rendimentos dos novos setores em todos os investimentos, o capital financeiro torna-se altamente “inovador”. (Perez, 2002: 75. Tradução pessoal, grifo nosso)

Essas crescentes inovações financeiras e redução da aversão ao risco são originadas a partir de uma tendência dos agentes extrapolarem a perspectiva de bonança no novo setor. No entanto, mesmo que não houvesse este sentimento irracional, os bancos seriam

²⁴ “Era do petróleo, do automóvel e da produção em massa”. Vide tabela 2 página 16.

compelidos a emprestarem e investirem mais visando não perder *market-share*, uma vez que bancos mais envolvidos no novo setor poderiam conseguir aumentar relativamente seus lucros²⁵. Essa necessidade de aumentar os negócios faz com que os atores do mercado financeiro tornem-se mais propensos ao risco, inovando em seus instrumentos (derivativos, empréstimos para países em desenvolvimento,...). Com esse comportamento, o setor financeiro passa a se desprender do capital produtivo, o que caracteriza o surgimento da segunda fase do período de instalação: o **frenesi**.

Nesse período, há uma rápida difusão das tecnologias incipientes através de um investimento especulativo nas novas infra-estruturas necessárias²⁶. O capital financeiro abundante permite que a infra-estrutura do paradigma seja construída em escala inimaginável em termos econômicos “racionais”, pois a lógica criada pressupõe que estes investimentos continuarão a valorizar indefinidamente²⁷. O sistema financeiro, dentro deste esquema de investimento massivo na nova indústria, age como um grande agente da destruição-criativa de Schumpeter, decretando a decadência dos setores estagnados através do estrangulamento no crédito oferecido, enquanto que supre os setores mais dinâmicos com abundante liquidez (Schumpeter, 1982: 71-4). Este acirramento das desigualdades inter-setoriais se reflete num aumento da desigualdade de renda, em benefício dos novos setores mais produtivos. Em um sistema sem um *big government* que promova investimentos estratégicos²⁸, esta concentração da renda é essencial para o sucesso da revolução, uma vez que permite o investimento ‘excessivo’ que assenta as estruturas necessárias para um futuro desenvolvimento total da nova-tecnologia. Mas se por um lado esta concentração é essencial para canalizar a renda para o investimento, a mesma leva a uma restrição do consumo. Essa restrição faz com que o mercado fique prematuramente saturado, levando a uma onda de fusões e incorporações por parte das empresas, que buscam fugir da grande concorrência e da guerra de preços características do período.

²⁵ Rothbard (2002: 137-8) demonstra a temeridade de se perder *market-share* em um sistema bancário fracionário, uma vez que permite a ação hostil de bancos rivais maiores e com mais ativos.

²⁶ Exemplos: “*Canal Mania*” durante a primeira onda; “*Railway Mania*” durante a segunda, e os “irracionais” investimentos em fibra ótica nos Estados Unidos durante a quinta onda.

²⁷ Ou seja, perde o nexos com a realidade.

²⁸ Investimentos essenciais para o crescimento econômico de longo prazo que podem não ser atrativos para o setor privado fora de uma dinâmica especulativa, ou seja, se não houvesse especulação os atores privados não investiriam neste negócio. A ausência do *big government* nesta dinâmica tornaria o sistema muito instável.

Depois das inovações financeiras e do “sucesso” do período de frenesi, o capital financeiro passa a acreditar que pode viver sozinho e desacoplado da economia real. A crescente inflação dos preços dos ativos começa a alimentar uma bolha financeira. Ao mesmo tempo, tal inflação aumenta a desigualdade da renda em prol do sistema financeiro através do efeito parasitário apresentado por Vladimir Nuri²⁹. As crescentes instabilidades entre capital financeiro e produtivo, entre investimento/produção e consumo, entre setores novos e saturados, fazem com que a economia torne-se insustentável. Uma mudança institucional que iniba esta “exuberância irracional” financeira é necessária para que haja o ‘reacoplamento’ do capital financeiro com o produtivo³⁰. Contudo, como o setor financeiro está fortalecido, ele irá se opor a qualquer tentativa de reforma, sendo necessária uma crise que quebre a intransigência desse setor e permita uma reforma institucional que leve à total difusão do novo paradigma técnico-econômico pela sociedade.

Todavia uma crise financeira não é garantia de que a estabilidade entre o setor produtivo e o financeiro seja alcançada. O que pode ocorrer é que a explosão da bolha financeira (oriunda da explosão da bolha dos ativos inflacionados) leve o capital a voltar sua atenção para o setor produtivo emergente, mas sem promover uma necessária mudança institucional profunda. Como a desigualdade de renda continua inibindo o consumo, esse investimento no setor produtivo seria insustentável, uma vez que levaria a uma crise de superinvestimento (uma crise produtiva, em contraponto à financeira). A crise de 1929 e as dos anos 2000 demonstrariam bem a diferença entre ambos os tipos de crises. Enquanto que durante a crise de 1929 os dois tipos se sobrepuseram, a crise de 2001 das empresas de tecnologia teria sido a crise produtiva ao tempo que a de 2007 teria sido a financeira.

²⁹ Segundo este autor, assim que o setor financeiro começa a inflacionar os preços dos ativos, passa a aumentar a massa de riqueza financeira geral da sociedade. Entretanto como proporcionalmente esta riqueza se concentra nas mãos dos bancos, isto implica num empobrecimento dos agentes fora do setor através de um processo inflacionário geral. (Nuri, 2009)

³⁰ O desacoplamento entre o capital financeiro e o produtivo pode ser visto através do gráfico 1, que ilustra uma comparação entre o valor corrente da *Dow Jones Industrial Index* com o PIB Nominal norte-americano para o período de 1971-1999 (fase de instalação da quinta onda).

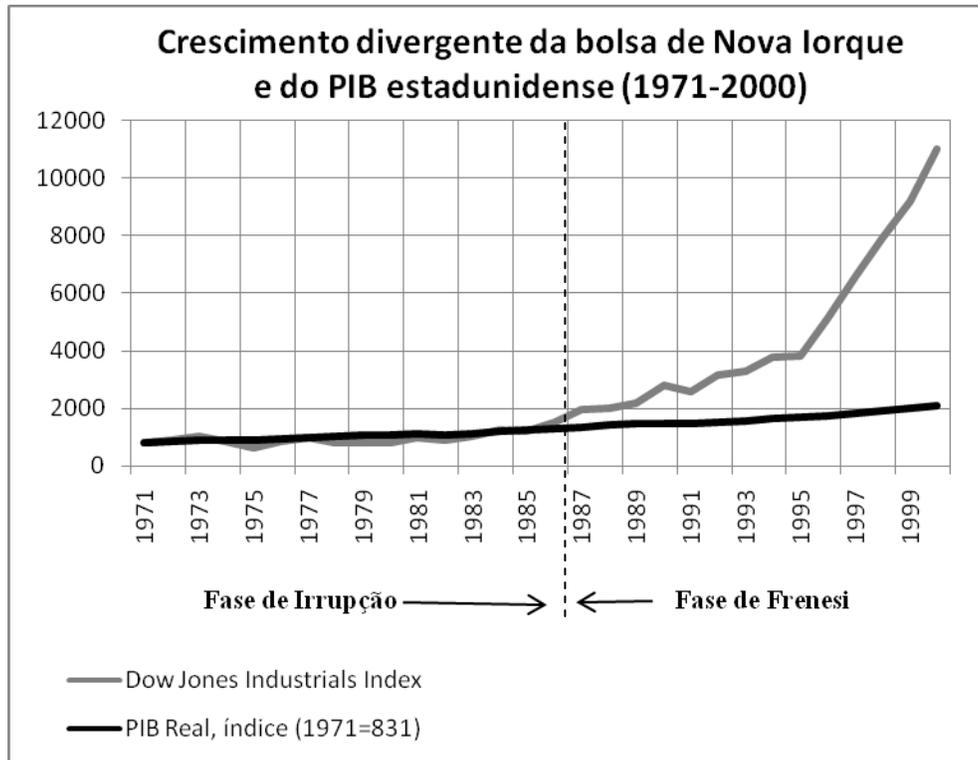


Gráfico 1 - Fonte: elaboração do autor a partir de dados da *Dow Jones Indexes* e do *Bureau of Economic Analysis*.

As crescentes pressões sociais que tomam a forma de greves e tentativas revolucionárias aumentam após a crise, forçando assim mudanças sócio-institucionais que permitam o total desenvolvimento do novo paradigma. Segundo Perez, este **ponto de transição** estaria relacionado à necessidade de atingir o equilíbrio entre os interesses individuais e os interesses sociais dentro do capitalismo³¹. Essa grande crise seria crucial para romper a inércia dentro da esfera sócio-institucional, permitindo a mudança necessária para trazer de volta a estabilidade sistêmica entre produção e financiamento, entre produção e consumo e entre setores dinâmicos e os tradicionais setores rejuvenescidos. Como exemplo deste processo de criação institucional, podemos citar os pactos sociais em âmbito doméstico (Estado Democrático Keynesiano criado pelo *New Deal*) e internacional (Sistema de Bretton Woods) criados sob liderança dos Estados Unidos, os quais

³¹ Perez, 2002: 52. Este ponto representaria a institucionalização de um pacto social.

expandiram os marcos regulatórios necessários para a expansão da produção e do consumo em massa do quarto surto de desenvolvimento³².

Uma vez adotadas as reformas regulatórias e institucionais a economia entraria no período de **desdobramento**, período no qual as novas regulamentações permitiriam uma difusão mais acentuada do paradigma. Tal fase, liderada pelo capital produtivo, é caracterizada pelo papel auxiliar do capital financeiro, que passa simplesmente a alocar os recursos para as áreas mais dinâmicas.

No início desse período de desdobramento, durante a fase de **sinergia**, a economia viveria a “Era de Ouro”. A Produção estaria no centro da economia, com os benefícios materiais atingindo grande parte da população. As fusões realizadas na fase anterior permitiriam às empresas definirem melhor suas margens de lucros devido à diminuição da concorrência, levando ao incremento dos salários que gerariam um aumento da base de consumidores. O capital financeiro, trabalhando agora com níveis de lucros mais realistas, passaria a atuar como ‘facilitador’ do processo produtivo. Apesar de esta fase ser considerada a de maior desenvolvimento,

pelas medidas estatísticas, estas ‘eras of good feelings’ não são necessariamente a época em que o ritmo de crescimento é o mais elevado, ainda que elas sejam períodos geralmente percebidos e aceitos como ‘eras douradas’, pois elas representam um processo de crescimento mais harmonioso, envolvendo a maioria dos setores da economia. (Perez, 2002: 26. Tradução pessoal)

Entretanto, as oportunidades de aplicação do capital dentro do paradigma começariam a se tornar cada vez mais escassas com o passar do tempo, com os investimentos intensivos nesta tecnologia apresentando retornos decrescentes. Entrando na quarta e última fase, a de **maturidade**, o mercado encontrar-se-ia saturado, levando a um aumento da competição “inter-empresas” (Arrighi, 1998: 23). A vida-útil dos novos produtos dentro desses setores tradicionais passaria a ficar cada vez mais curta, devido à disseminação da ‘experiência’ de produção e de consumo. Visando superar esse aumento da concorrência, as empresas lançar-se-iam em uma nova fase de fusões e incorporações.

³² É importante ressaltar que não existe um único marco institucional-regulatório possível, como pôde ser visto pelo desenvolvimento do Estado Fascista alemão e da economia comunista planificada da União Soviética.

Diferentemente do processo ocorrido na fase de Frenesi, quando as fusões ocorriam visando eliminar a disputa de preços predatória, nessa fase a concentração ocorreria buscando aumentar a escala via aumento de *market-share*.

Apesar da crise que assola a indústria tradicional nesta fase,

todos os sinais de prosperidade e de sucesso ainda se encontram em volta. Aqueles que obtiveram todos os benefícios da “era de ouro” (ou da “dourada”³³) continuam se apegando às suas crenças nas virtudes do sistema e continuam a proclamar o progresso eterno e incontrolável, em uma cegueira complacente, a qual poderia ser chamada de “Síndrome da Grande Sociedade”. Entretanto as promessas não cumpridas foram sendo acumuladas, enquanto grande parte da população nutria a expectativa de avanço pessoal e social. O resultado é uma crescente fragmentação sócio-política. (Perez, 2002: 47. Tradução Pessoal)

O esgotamento sócio-econômico do surto de desenvolvimento ofereceria duas alternativas para os donos do capital produtivo e do financeiro³⁴. Por um lado aumentar-se-iam os incentivos para o fomento de novas tecnologias, enquanto que por outro haveria a tendência das empresas transnacionalizarem-se, visando aumentar o ciclo de vida do produto estandardizado (Vernon, 1966: 196-202).

A saturação do mercado faria com que as oportunidades de investimento começassem a minguar, levando ao aumento da disponibilidade de capital financeiro na economia. Esta abundância de capital pode levar a duas conseqüências: (1) como grande parte desta massa monetária se encontraria entesourada pelas grandes corporações sobreviventes no final da onda, as mesmas poderiam ver-se impelidas a buscar investir grandes somas em pesquisa e desenvolvimento (P&D), visando criar oportunidades de investimentos lucrativos. Esta propensão à busca por novas tecnologias pode gerar o *big bang* do próximo surto de desenvolvimento. Da mesma forma, este capital –quando possuído por bancos, *venture capitalists*, etc. – poderia destinar-se ao financiamento de

³³ Carlota Perez faz uma distinção entre ‘Era Dourada’ e ‘Era de Ouro’. Na primeira, característica da fase de Frenesi, o enriquecimento de uma pequena parcela da população daria este ar de idade dourada. Entretanto somente na segunda é que os benefícios espalhar-se-iam para grande parte da sociedade, com o novo setor expandindo-se maciçamente pelo mercado, e os produtos deixando de ser artigos de luxo e passando a ser consumidos pela maioria da população.

³⁴ É importante ressaltar que os proprietários do capital produtivo e do capital financeiro podem ser o mesmo ator. Como exemplo pode-se citar empresas que têm um grande volume de capital aplicado no setor financeiro, uma vez que o setor produtivo não oferece oportunidades de investimentos lucrativos.

pequenas empresas com potencial inovador, incluindo desta forma novos atores no setor produtivo. (2) A segunda conseqüência seria a maior propensão a riscos no mercado financeiro, levando à especulação no mercado mobiliário. Apesar de crises financeiras serem comuns nestes períodos, é mais provável que no momento comece-se a alimentar as bolhas que explodirão em crises de inadimplência nas décadas seguintes. Como exemplo, poderíamos citar a Crise da Dívida que assolou o terceiro mundo nos anos 80, cuja origem se encontra na expansão de empréstimos nas décadas de 60 e de 70. Segundo Perez:

O capital financeiro começa a fomentar investimentos em setores marginalizados, vendas para novos clientes distantes e mudança da produção para localidades mais baratas. Entre as primeiras oportunidades de investimento no exterior estão aquelas relacionadas à infra-estrutura de transporte e de telecomunicações que acompanharão a expansão do mercado das indústrias maduras em direção à periferia. (Perez, 2002: 83. Tradução pessoal)

Essa mudança para as periferias do sistema capitalista global igualmente seguiria o padrão cíclico dos paradigmas técnico-econômicos. Fazendo uma análise dos surtos de desenvolvimento em âmbito internacional, percebe-se fases de expansão dos investimentos externos e fases de retração. Durante os períodos de Frenesi e de Maturidade, as oportunidades de investimentos para o capital financeiro parecem limitadas domesticamente, o que leva a uma busca por oportunidades no exterior. Já nas fases de irrupção e de sinergia, as oportunidades de investimentos em âmbito doméstico são muito grandes e lucrativas, o que desvia o crédito novamente para dentro das fronteiras. Este comportamento pode ser percebido no modelo britânico de transnacionalização baseada na exportação de capitais durante o segundo e o terceiro surto, conforme mostra a tabela abaixo³⁵ (tabela 4).

Feita a análise dos paradigmas técnico-econômicos de Carlota Perez, pode-se concluir que o arcabouço teórico da autora permite situar a inovação tecnológica como o centro dinâmico de uma economia moderna e central, já que esta mudança incide tanto sobre a esfera econômica quanto a institucional. A mudança tecnológica e institucional

³⁵ Cabe ressaltar entretanto que a atual quinta onda – a Era da Informação e da Telecomunicação – levou a um esmaecimento da fronteira entre local e global, devido ao processo de globalização. Com as redes produtivas internacionalizadas, o crédito para um país estrangeiro pode ser destinado a uma empresa doméstica.

implica em uma redefinição territorial da própria modernização: das relações entre o centro, o núcleo orgânico do capitalismo, e a semi-periferia, aquilo que Lynn Karl (1988: 299) designa como “institucionalização das fronteiras econômicas de longo prazo”.

Porcentagem dos Investimentos Externos ingleses (em preços correntes) em relação à Formação Líquida de Capital, 1855-191		
Anos	%	Fase e “Surto” Tecnológico
1855-1864	29,1	Sinergia do 2º Surto
1865-1874	40,1	Maturidade do 2º Surto
1875-1884	28,9	Irrupção do 3º Surto
1885-1894	51,2	Frenesi do 3º Surto
1895-1904	20,7	Sinergia do 3º Surto
1905-1914	52,9	Maturidade do 3º Surto (coincide com a irrupção do 4º surto nos Estados Unidos, o que atraia ainda mais capitais da GB)

Tabela 4: Fonte: Elaboração do autor a partir de dados de Perez (2002: 84).

Neste contexto, o marco teórico de Carlota Perez é essencial para explicar como se deu a formação do pacto de elites que orientou o desenvolvimento econômico e institucional nos Estados Unidos na virada do século XIX para o XX.

1.2) Pacto Transnacional de Elites, Criação do FED e do Padrão Ouro-Dólar-Libra.

Considerando que há centralidade da inovação tecnológica no desenvolvimento institucional de um Estado, e que um pacto de elites é a “institucionalização das fronteiras econômicas” de longo prazo, procura-se nesta seção demonstrar como a expansão do segundo³⁶ e do terceiro³⁷ paradigmas técnico-econômicos fortaleceu uma elite financeira transnacional. Nesse caso, encarnada na casa bancária anglo-americana dos Morgan. A consolidação do poder dessa elite permitiu a formulação de um pacto de elites doméstico simbolizado na criação do *Federal Reserve System*, instituição que, por sua vez, exteriorizou seu caráter transnacional ao permitir a criação de um pacto de elites em âmbito global: o padrão ouro-dólar-libra.

³⁶ Era do Vapor e das ferrovias.

³⁷ Era da engenharia pesada.

Simbolicamente, o ano de 1829 encerra essa relação entre industrialização e formação de uma elite anglo-americana. Conforme foi visto na seção anterior, este ano marcou o início do segundo ciclo técnico-econômico, com a invenção da locomotiva “*Rocket*” em Newcastle. A “Era do Vapor e das Ferrovias” se expandiria plenamente na Costa Leste estadunidense, impulsionada tanto por uma elite nativa quanto por capitais ingleses em busca de investimentos lucrativos na antiga colônia. Ao mesmo tempo, este ano marca o início das atividades bancárias dos Morgan nos Estados Unidos, família anglo-americana cujas origens se encontram em tradicionais famílias londrinas do ramo financeiro (Rothbard, 2002: 269-70). Essa casa bancária atuava como agente intermediária e duto para o influxo de capitais ingleses no país. Desta forma, a relação entre a industrialização estadunidense e esta elite transnacional era evidente. No exato um século que se seguiria após este ano, o envolvimento entre estas duas variáveis (industrialização e elite anglo-americana figurada na casa dos Morgan) seria muito íntimo, com as duas se comportando de forma sinérgica.

Todavia, conforme esta elite e o processo de industrialização se expandiam na Costa Leste, os horizontes começavam a ficar menores, com os mercados tornando-se saturados. A economia entrava na fase de maturidade do ciclo de Perez. Visando estender o ciclo de vida da indústria ferroviária, os interesses industriais americanos impeliavam o governo central a unificar a política industrial nacional. A institucionalização da vontade dessa elite encontrou uma forte oposição do sul agrário, gerando um jogo aparentemente de soma zero. Seria necessário um grande conflito armado entre estes dois pólos para que a cristalizada esfera sócio-institucional fosse transformada.

A Guerra da Secessão e o pacto social que a sucederam permitiram uma grande expansão dos interesses industriais e financeiros da Costa Leste, beneficiando tanto elites domésticas quanto elites transnacionais. Este conflito, ao destruir grande parte do material humano e produtivo do país, acabou por catalisar a unificação do mercado e do Estado-Nacional, ao mesmo tempo em que gerou um enorme crescimento oriundo dos investimentos na reconstrução³⁸. Nas palavras de Fiori (2007: 75-6), “foi neste momento

³⁸ Os investimentos se concentraram em ferrovias, em obras de engenharia pesada e na metalurgia, ou seja, houve uma extensão do segundo ciclo conjugada com o início da terceira onda técnico-econômica, o que promoveu um enorme surto de crescimento.

que se consolidou nos Estados Unidos a ‘memorável aliança’ de que fala Max Weber, entre o Estado e o capital financeiro nacional, tal como ocorrera na Inglaterra, no século XVII”.

Entretanto, este pacto social logo começou a se deteriorar conforme os “barões ladrões” se aproveitavam das fraquezas do governo em regulamentar o mercado. Apesar desta incapacidade governamental em defender plenamente os interesses sociais, um pacto de elites não foi gestado. Apesar de estes “capitães da indústria” serem economicamente e politicamente poderosos, eles atuavam de forma isolada e não coordenada, o que acabava por gerar conflitos entre os diversos interesses industriais e financeiros³⁹.

Caberia a John Pierpont Morgan promover a aproximação entre os diversos grupos de interesse proprietários. Este processo de realização de um pacto de elites se deu mais pela força financeira do que pelo consenso entre as elites. Foi por este meio que o banqueiro anglo-americano promoveu a convergência dos interesses burgueses através de uma estratégia de aquisição de grandes empresas metalúrgicas e ferroviárias. A ação mais emblemática foi a compra de diversas usinas metalúrgicas de Andrew Carnegie em 1901, formando a *U.S. Steel*, a maior empresa do mundo na época. Estes consecutivos processos de incorporação do parque produtivo americano foram levados a cabo com a ajuda de outros grandes capitalistas americanos, não parando nem com a aprovação do *Sherman Antitrust Act*⁴⁰. O método utilizado pela casa dos Morgan para coordenar esta divisão da economia americana entre algumas famílias e seus protegidos era o de controlar o processo de subscrição de ações. Segundo Jerry Markham, ao analisar a documentação do Comitê Pujo, instaurado pelo Congresso para investigar a concentração empresarial norte-americana e os mecanismos de funcionamento destas redes monopolísticas:

O Comitê Pujo [1912], como era chamado, conduziu extensivos inquéritos e descobriu que um “grupo central” estava controlando grande parte da indústria e das finanças americanas. Os “Big Three” neste “grupo central” eram J.P. Morgan, George F. Baker do First National Bank e James Stillman, presidente do National City Bank. O comitê publicou um diagrama que colocava a J.P. Morgan & Co. no centro de uma vasta rede de controle de empresas nos

³⁹ Estes conflitos seriam personificados anos mais tarde na competição entre duas titânicas casas rivais, a dos Rockefeller e a dos Morgan. Este conflito é analisado em Rothbard (2002).

⁴⁰ Prefigurava-se neste momento o pacto de elites, com os grandes banqueiros atuando conjuntamente nestes processos de incorporação.

*Estados Unidos*⁴¹. (...) A J.P. Morgan & Co. obteve muito de seu prestígio e autoridade do seu papel de “issuing house” –isto é, como um subscritor. A companhia de Morgan era subscritora de quase US\$ 2 bilhões em ativos entre 1902 e 1912. Foi a subscritora para muitas ferrovias e dominou a subscrição e a criação da United States Steel. A International Harvester e a General Electric foram organizadas pela J.P. Morgan & Co. Esta companhia tinha associações com a American Telephone & Telegraph, a Western Union e outras empresas de comunicação. (Markham, 2002: 47-9. Tradução pessoal)

O controle dos processos de subscrição permitia que a casa dos Morgan controlasse o mercado acionário nos Estados Unidos, decidindo para quem e a que preço ofereceria as ações emitidas. Desta forma, ao subscrever uma oferta inicial de ações, este banco poderia adquirir as mesmas a um preço abaixo do mercado, ao mesmo tempo em que poderia oferecer a “clientes preferenciais” estas mesmas vantagens. Com isso, uma elite fechada em alguns banqueiros e empresários industriais com grandes capitais poderia controlar as empresas americanas abertas através da compra a baixo custo das ações das mesmas, sendo tal processo centralizado pela J.P. Morgan Co. Conforme aponta Markham (2002: 49), retomando as conclusões do Comitê de Pujo: “um trio composto por J.P. Morgan, Baker do First National Bank, e Stillman do City Bank [ligado aos Rockefeller] concordaram que, como casas criadoras de qualquer ativo financeiro novo, eles tomariam 50% destes ativos e repassariam 25% para os outros dois”. O papel desta rede de controle do processo de subscrição foi central para que houvesse uma crescente concentração empresarial nos Estados Unidos⁴².

É importante ressaltar que a formação dos trustes e cartéis neste período foi polarizada em duas famílias: os Morgan e os Rockefeller. Rothbard (2002) mostra como se deu o embate entre estas duas casas, com as mesmas buscando “associar-se” com o governo visando evitar políticas antitruste prejudiciais, ao mesmo tempo em que tentavam utilizar o rival como bode expiatório para tais ações públicas. Enquanto a primeira representava uma

⁴¹ Este gráfico pode ser encontrado no arquivo *online* do *Federal Reserve Bank* de Saint Louis, que disponibiliza todas as transcrições e relatórios do Comitê Pujo: <http://fraser.stlouisfed.org/publications/montru> (acessado em 23/08/2009)

⁴² Esta formação de conglomerados insere-se dentro da análise cíclica de Carlota Perez (1983, 2002), onde o acirramento da competição inter-empresas nas fases de frenesi e de maturidade do ciclo tecnológico faz com que haja uma tendência à fusão das empresas “decadentes”. Ao mesmo tempo, este processo de concentração industrial foi essencial para a formação de conglomerados verticalmente integrados, vitais para a vitória estadunidense na competição inter-estatal e inter-empresas do século XX (Chandler, *apud* Arrighi, 1996: 248)

família de banqueiros com fortes ligações com o capital financeiro da *City* de Londres, a segunda representava uma burguesia genuinamente americana⁴³. A diferença entre estes dois atores era a de que a casa dos Morgan expandiu-se no momento em que os Estados Unidos se consolidavam como Estado-Nação, tendo um papel preponderante na formação de uma elite tradicional, fortemente ancorada em indústrias tradicionais como a metalurgia e o transporte ferroviário. Além desta base material sólida dentro dos Estados Unidos – oriunda dos tempos de fornecedor de insumos para o exército da União –, esta casa de banqueiros contava com uma relação privilegiada com tradicionais financistas ingleses, o que permitia angariar fundos baratos para promover ainda mais a sua expansão empresarial no país. Esta relação privilegiada pôde ser comprovada nos anos posteriores, quando J.P. Morgan tornou-se agente fiscal exclusivo e fornecedor de materiais militares para o governo britânico, durante a Primeira Guerra Mundial.

Quanto à segunda família burguesa, os Rockefeller criaram o império do petróleo a partir de 1870, entrando aos poucos neste jogo de poder interno, constituindo o que poderia ser chamado de elite emergente. Como politicamente esta casa era mais fraca do que a primeira (pelo menos durante os trinta primeiros anos do século XX, fraqueza acentuada pela simpatia à causa alemã nas duas grandes guerras), este conglomerado petrolífero acabou por ser desmantelado aos poucos, até ser totalmente desmembrado pela Suprema Corte em 1911. Apesar de tudo, John D. Rockefeller conseguiu com sucesso diversificar as atividades, transferindo parte de seus capitais para as atividades bancárias. O insucesso de Morgan em quebrar a casa rival manteve aceso o “enfrentamento de titãs”, o qual foi sintetizado por Rothbard:

A política americana neste período [virada do século XIX para o XX] foi marcada por uma luta feroz entre dois grandes agrupamentos industrial-financeiros: os interesses agrupados em torno da "Casa de Morgan", por um lado, e uma aliança dos interesses dos Rockefeller (petróleo), dos Harriman (ferrovias), e dos Kuhn & Loeb (banco de investimento) do outro. Os Morgan começaram como banco de investimento, e mudaram-se para as ferrovias, para os bancos comerciais, e, em seguida, para o setor manufatureiro; A aliança

⁴³ Os Morgan eram sócios fundadores da *Morgan & Grenfell Co.*, um tradicional banco britânico. Já John D. Rockefeller foi um “*self-made man*”, que em 1870 lançou a pedra fundamental do império petrolífero que o alçaria ao posto de homem mais rico do mundo. A nova empresa criada era a *Standard Oil* em Ohio, que começou vendendo óleo para lâmpadas, e acabaria por produzir mais da metade do petróleo no mundo na virada do século.

Rockefeller, Harriman, Kuhn & Loeb começou nas suas três respectivas esferas originais, e se mudou para as atividades de banco comercial. Na maioria dos casos, os dois poderosos grupos entraram em confronto: por exemplo, em se Theodore Roosevelt (sempre intimamente ligado aos Morgan) deveria usar ou não a arma antitruste para esmagar a Standard Oil, ou se, por sua vez, o presidente Taft (aliada aos Rockefeller de Ohio) deveria tentar romper os trustes de Morgan, tais como a International Harvester e a United States Steel. Em outras áreas, os interesses dos dois titãs coincidiam e eram aliados: assim, ambos os grupos estavam fortemente representados nas medidas voltadas para a cartelização da indústria, medidas que foram idealizadas e pressionadas pela National Civic Federation durante a Era Progressista. Ambos os grupos aliaram-se para aprovar a criação do Federal Reserve System. (Rothbard, 2002: 263. Tradução pessoal)

Como pode ser visto, a criação do *Federal Reserve System* pode ser marcada como o estabelecimento de um pacto de elites nos Estados Unidos, com os dois principais grupos rivais unindo-se para criar definitivamente o “truste do dinheiro” (como foi definido pelo Comitê Pujo). O *Federal Reserve Act* de 1913 permitiu a institucionalização do sistema de subscrição controlado por poucos bancos, assim como permitiu um melhor controle por esta elite do processo de expansão monetária em uma economia com sistema bancário fracionário⁴⁴. Entretanto, tal mudança institucional não ocorreu facilmente e sem oposição do governo. Como é analisada por Carlota Perez, a alteração de marcos institucionais ocorre basicamente por crises agudas que enfraquecem algum dos pólos políticos, rompendo a cristalização da esfera sócio-institucional⁴⁵.

A crise catalisadora deste pacto, a “Crise de 1907”, foi similar à atual crise do *subprime*: na virada do século, instituições financeiras supostamente de baixo risco (e por isso pouco fiscalizadas) conhecidas como *trusts*, começaram a investir em negócios de alto risco, que acabaram por levar a um colapso generalizado do sistema bancário, com corridas contra os bancos ocorrendo através de todos os Estados Unidos. Sem obrigações de salvar estas instituições, os grandes banqueiros inicialmente abstiveram-se de salvar os *trusts* e

⁴⁴ Em um sistema bancário fracionário, um banco não pode diminuir sua relação reserva/depósitos (emitir mais moeda) se outros bancos não fizerem o mesmo, pois os bancos menos alavancados deterão mais obrigações deste banco alavancado, podendo demandar algum dia estas obrigações sem medo de este banco vir fazer o mesmo contra si. Ao unificar o processo de emissão de moeda, o FED cria uma pirâmide centralizada, onde os bancos não têm como promover uma corrida bancária sem serem afetados pela mesma.

⁴⁵ As crises analisadas por Carlota Perez englobariam unicamente os pactos sociais. Todavia, seu arcabouço teórico permite transferir estas análises para as crises formadoras de pactos de elites.

bancos insolventes. Entretanto, com o passar do tempo, o temor de que a economia real fosse duramente prejudicada fez com que J.P. Morgan liderasse a criação de um sindicato de banqueiros para salvar a economia. O papel de John Pierpont Morgan foi central nesta crise, como aponta Markham:

No sábado, 2 de novembro de 1907, J.P. Morgan chamou um grupo de mais de cinquenta banqueiros de Nova York e presidentes de empresas de trustes para sua casa na Quinta Avenida. Morgan trançou os financistas em sua biblioteca, até que os mesmos concordassem em fornecer mais fundos para debelar o pânico. Morgan disse aos presidentes dos trustes que eles teriam que levantar US\$ 25 milhões. Eles finalmente concordaram com esta demanda. "Mas sem a poderosa influência do Sr. J.P. Morgan, é provável que nenhuma ação unida jamais teria sido tomada". (Markham, 2002: 32. Tradução pessoal)

A sombra desta crise provavelmente facilitou a formação de um pacto entre os membros da elite detentora de capitais financeiros, uma vez que abriu o caminho para uma flexibilização do governo e para um acordo entre os “capitães da indústria”. Quanto ao primeiro entrave, o receio do governo, o *Aldrich–Vreeland Act* de 1908 nomeou um grupo de congressistas e senadores para formar um comitê que estudaria meios para evitar o ressurgimento de uma crise semelhante. Após alguns meses, o líder do “*Monetary Committee*”, senador Nelson Aldrich, concluiu que "a responsabilidade para o pânico de 1907 está no nosso [sic] próprio sistema monetário. Nenhuma outra causa adequada pode ser encontrada. Nós fazemos [sic] negócios pelo moderno sistema de créditos bancários, mas não conseguimos [sic] completar esta máquina com um meio de facilmente converter créditos bancários em dinheiro" (Aldrich *apud* Markham, 2002: 42. Tradução pessoal). Assim, o comitê indicou a necessidade de se criar um banco central seguindo os moldes dos bancos europeus.

Fica claro que o senador isentou os banqueiros da crise. Mais precisamente, a investigação não enfatizou o fato de que o *National Bank of Commerce*, associado ao banqueiro J.P. Morgan, precipitou a crise ao cortar os créditos para o *Knickerbocker Trust*. Tão pouco foi atacado o elevado grau de alavancagem e endividamento com o qual as instituições financeiras atuavam (Markham, 2002: 30). Esta omissão do parlamentar não foi gratuita, uma vez que o parecer do comitê foi redigido por um grupo de banqueiros que buscava estabilizar o sistema financeiro através da criação de um banco central privado, o

que permitiria aos afiliados protegerem-se das crises de liquidez. Este grupo de banqueiros era formado principalmente por J.P. Morgan, John Rockefeller e William Vanderbilt, que elaboraram o relatório em 1908, o qual foi entregue a Aldrich pelo seu “consultor” Paul Warburg, também um banqueiro de Nova Iorque.

Neste contexto foi criado o primeiro banco central dos Estados Unidos, que desde seu início foi dominado pela mão firme de Benjamin Strong, aliado dos Morgan posto no comando do *Federal Reserve* de Nova Iorque em 1914. Devido à posição privilegiada desta praça financeira quanto aos fluxos financeiros externos e ao domínio sobre as negociações de títulos do governo, o FED de Nova Iorque era o centro de decisão que determinava a política monetária de todo o sistema da Reserva Federal. Este cartel privado do dinheiro recebeu o privilégio de emitir moeda contra o recebimento de qualquer ativo financeiro, o que eliminou o problema de escassez de liquidez no sistema ao mesmo tempo em que fornecia aos bancos um comprador de última instância de qualquer título criado por eles. Como pode ser visto, os ganhos de senhoriagem passam a ser amplamente distribuídos para os bancos privados, que vêm os riscos do setor ser sensivelmente reduzidos.

É neste contexto de formação de um pacto dentro da burguesia estadunidense liderado por uma elite transnacional figurada em John Pierpont Morgan que os Estados Unidos começam os preparativos para transformarem-se no maior credor do mundo, conforme a Primeira Guerra Mundial se aproximava⁴⁶. Estes esforços de guerra redundaram em enormes ganhos para os “banqueiros internacionalistas”, assim como para os produtores de insumos de campanha. Segundo Rothbard:

Os Morgans, através da sua filial, Morgan & Grenfell em Londres, tinham sido há muito tempo intimamente associados ao governo britânico e ao Banco da Inglaterra. Antes da I Guerra Mundial, a "Casa dos Morgan" tinha sido nomeada agente fiscal do Tesouro britânico e do Banco da Inglaterra. Após o início da guerra, os Morgan se tornaram os únicos compradores de todos os bens e materiais para o esforço de guerra britânico e francês nos Estados Unidos, bem como detinham o monopólio da subscrição de todas as obrigações britânicas e francesas nos Estados Unidos. Os Morgan desempenharam um papel importante em levar os Estados Unidos para a guerra ao lado da Grã-

⁴⁶ Em 1913, John Pierpont Morgan morreu durante uma viagem realizada à Europa. Muitos afirmam que tal morte deveu-se ao estresse provocado pelas investigações do Comitê Pujo. De qualquer forma, seu filho John Pierpont “Jack” Morgan Jr. assumiu o império deixado pelo pai, continuando a liderança na economia norte-americana que ainda duraria por mais algumas décadas.

Bretanha, e, como chefe do FED, Benjamin Strong obsequiosamente duplicou a oferta de dinheiro para financiar o papel dos Estados Unidos no esforço de guerra. (Rothbard, 2002: 270. Tradução pessoal)

Os enormes valores enviados ao J.P. Morgan & Co. ficam claros nesta passagem de Jerry Markham, que retrata apenas um pequeno período da grande guerra:

Em agosto de 1915, a JP Morgan & Co. recebeu cerca de US\$ 30 milhões em títulos e US\$ 20 milhões em ouro do governo britânico. A expedição foi enviada da Inglaterra para Halifax por um navio de guerra britânico e de lá de trem especial. Uma quantia similar foi trazida por um cruzador britânico. Essas remessas foram usadas como garantia para empréstimos realizados à Grã Bretanha para a mesma pagar as suas compras. A JP Morgan & Co. recebeu outra remessa de cerca de US\$ 50 milhões em ouro e títulos da Grã-Bretanha em setembro de 1915. Ainda outra carga de ouro chegou da Grã-Bretanha em outubro de 1915. Esta expedição incluía moedas inglesas avaliadas em US\$ 25 milhões. (Markham, 2002: 72)

No final do trecho de Murray Rothbard acima, torna-se explícito o papel do *Federal Reserve* de Nova Iorque na expansão da oferta monetária para financiar a guerra britânica na Europa. Entretanto, esta atuação transnacional do FED nova-iorquino não se interrompeu com o fim da guerra. A participação foi mais intensa conforme a Grã Bretanha preparava-se para voltar ao padrão ouro com a mesma paridade vigente no pré-guerra⁴⁷. Os credores estadunidenses liderados pelo FED de Nova Iorque, visando sustentar os fluxos de pagamentos das nações devedoras, acharam que seria mais fácil promover um sistema financeiro internacional liderado pela Grã Bretanha do que esperar que os Estados Unidos saíssem de seu isolacionismo e passassem a exercer um papel externo mais ativo que garantisse os pagamentos pendentes. De qualquer forma, com os Estados Unidos à frente do Sistema Monetário Internacional ou não, os banqueiros americanos teriam que ser escutados por seus parceiros do outro lado do Atlântico, uma vez que devido à baixa inflação relativa do dólar, esta moeda saiu da Primeira Guerra Mundial como a moeda mais forte do sistema internacional, o que fazia com que houvesse uma tendência do fluxo de ouro entrar nos Estados Unidos. Apesar de soar como algo positivo, uma situação dessas aumentaria o passivo americano no exterior, ao passo que quebraria os bancos devedores

⁴⁷ Conforme apontam Friedman e Schwartz, “em junho de 1920, o estoque de dinheiro era praticamente o dobro do nível de setembro de 1915, e mais do que o dobro do nível de novembro de 1914, quando os bancos do *Federal Reserve System* abriram para negócio”. Fonte: tradução pessoal, Friedman & Schwartz, 1963: 196.

estrangeiros, diminuindo os recebíveis dos bancos americanos (os mesmos teriam em mãos o ouro, digamos, inglês, mas este ouro seria de propriedade de ingleses, e não de estadunidenses. Um meio mais efetivo de receber o dinheiro de fato é através do pagamento de renda sobre o dinheiro, i.e. juros).

Assim, visando sustentar o novo padrão duplamente vantajoso, tanto para as elites credoras quanto para a pretensão britânica de retornar ao centro do sistema financeiro internacional, o *Federal Reserve* começou a promover ativamente a partir de 1924 uma política monetária expansionista que buscava evitar que o ouro inglês fluísse para os Estados Unidos. Esta política não agradou a diversos atores, entre os quais o *Federal Reserve* de Chicago e os Rockefeller, que defendiam a manutenção de uma moeda forte e sustentável, o que requeria diminuir a expansão da mesma. Apesar destes entraves, Benjamin Strong conseguiu realizar sua política de juros reduzidos.

O estabelecimento do padrão ouro-dólar-libra afastou-se do padrão ouro tradicional vigente no século XIX, assim como do padrão ouro-libra vigente nos anos anteriores à Primeira Guerra Mundial. O novo sistema monetário visava facilitar o endividamento e a emissão de moeda por todos os países, de forma que suas moedas aumentassem seus preços frente ao ouro e, conseqüentemente, frente à libra. A Grã Bretanha fixou sua taxa em um valor sobrevalorizado tendo em vista que caso desvalorizasse a moeda estaria reconhecendo a proeminência do dólar como moeda central, o que afetaria a confiança na libra esterlina (Krugman & Obstfeld, 2005, capítulo 18). Para não perder ouro para países onde o mesmo valesse mais, os ingleses tinham duas opções: (1) deflacionar a economia (pouco provável, tendo em vista a força dos sindicatos); (2) fazer com que outros países inflacionassem suas economias, de forma que suas moedas tornassem-se tão valorizadas quanta a britânica, incentivando a indústria exportadora inglesa ao mesmo tempo em que fortalecia a libra. O governador do Banco da França, Émile Moreau, explicitou o mecanismo de atuação dos ingleses:

A Inglaterra, sendo o primeiro país europeu a restabelecer uma moeda estável e segura [sic], usou esta vantagem para estabelecer uma base a partir da qual poderia colocar a Europa sob uma verdadeira dominação financeira. O Comitê Financeiro [da Liga das Nações] em Genebra tem sido o instrumento dessa política. O método consiste em forçar cada país em dificuldade monetária a submeter-se ao Comitê em Genebra, o qual é controlado pelos britânicos. Os

remédios prescritos sempre envolvem a instalação no banco central de um supervisor externo que é britânico ou é designado pelo Banco da Inglaterra, além de envolver o depósito de parte da reserva do banco central no Banco da Inglaterra, o que serve duplamente para sustentar a libra e para fortalecer a influência britânica. Para garantir contra possíveis falhas eles são cuidadosos em obter a cooperação do Federal Reserve Bank de Nova Iorque. Mais do que isso, eles passam aos Estados Unidos a tarefa de realizar alguns dos empréstimos externos que parecem muito pesados para eles, sempre retendo as vantagens políticas de tais operações. (Émile Moreau diary entry of February 6, apud Rothbard, 2002: 443. Tradução pessoal)

Sob controle da elite financeira anglo-americana, o padrão ouro-câmbio criado consistia em uma pirâmide onde os Estados Unidos eram os únicos que mantinham a moeda atrelada ao ouro, com a Grã Bretanha mantendo suas reservas em dólares e os demais países mantendo suas reservas em libras. Isto permitia que os países "periféricos" expandissem suas ofertas monetárias contraindo dívidas da moeda no nível hierárquico superior. Apesar de que a moeda central desta arquitetura monetária global era o dólar, o centro de decisão estratégica continuava em Londres e nas casas anglo-americanas de Nova Iorque.

Contudo, a arquitetura do Sistema Financeiro Internacional apresentava uma fragilidade estrutural. A dualidade anglo-americana se fazia presente em uma divisão entre o detentor do capital de fato (Nova Iorque) e o detentor do centro de decisão estratégica (Londres). Qualquer crise dentro do sistema financeiro central (i.e. Estados Unidos) poderia levar a uma incapacidade operacional de gestão da mesma, uma vez que tanto Londres não estaria apta a controlar os capitais em um momento crítico, quanto Nova Iorque dificilmente conseguiria engendrar – dentro da estrutura institucional existente – uma cooperação das demais praças financeiras globais contra o contágio internacional da crise.

1.3) A crise de 1929 e o Colapso do Pacto Transnacional de Elites.

O padrão ouro-dólar-libra – resultante do modelo de transnacionalização britânico, que conduziu ao pacto de elites que nos Estados Unidos criou o FED – funcionou muito bem no curto prazo. Entretanto, seu ponto fraco era muito evidente: conforme o *Federal Reserve Bank* de Nova Iorque mantinha sua política monetária expansionista, o dólar

tornava-se cada vez mais instável. Como base do sistema monetário internacional de fato, qualquer crise mais grave nos Estados Unidos acabaria por levar junto os demais países, sendo mais ou menos o que ocorreu na grande crise de 1929 e durante os anos que se seguiram.

Esta crise que solapou o pacto de elites transnacional figurados no *Federal Reserve System* e no padrão ouro-dólar-libra desenvolveu-se conforme a política monetária expansionista nos Estados Unidos – aliada com uma crescente queda do salário real da população devido à opressão aos sindicatos – fazia com que o nível de endividamento global aumentasse de forma generalizada neste país (Chancellor, 1999: 235, 246-9). Os juros baixos intensificavam a corrida para as bolsas de valores, que registravam enormes valorizações. Grandes empresas e bancos estrangeiros (fora da jurisdição do FED) concediam empréstimos a margem sob chamada⁴⁸ através de corretoras a indivíduos que buscavam auferir os grandes lucros da bolsa. Bancos sob regulação do *Federal Reserve System* buscavam controlar indiretamente corretoras visando aproveitarem-se deste mercado lucrativo e aparentemente sem riscos (Chancellor, 1999: 238). Características da era de “*good feelings*” impulsionavam este movimento altista da bolsa: a administração científica de Taylor, a flexibilização das leis antitrustes, o aumento da produtividade e o livre comércio davam a impressão de que este ciclo altista seria permanentemente sustentável (Chancellor, 1999: 230). Entretanto, como em todas as bolhas especulativas anteriores, este excesso de confiança levava os indivíduos a se recusarem a acreditar que bastava os juros começarem a subir e o mercado acionário diminuir seu ritmo de crescimento para que todo o sistema alavancado em âmbito internacional começasse a ruir, como de fato iria ocorrer nos anos seguintes.

⁴⁸ Empréstimos a margem sob chamada: a corretora empresta (a uma taxa de empréstimo mais os juros vigentes) uma quantia para que o indivíduo invista em ações. Este terá que pagar o principal e os juros estipulados. Enquanto o mercado está em alta e os juros estão baixos, este negócio é lucrativo. O problema é que como o empréstimo é sob chamada e o colateral/garantia são os próprios investimentos, pode ocorrer que a corretora venda os papéis precipitadamente tomando todo o dinheiro, e esperando que o tomador pague ainda o que deve em forma de juros. Fonte: Glossário da SEC, disponível em <http://www.sec.gov/investor/pubs/margin.htm> (acessado em 22/09/2009)

Conclusão

O primeiro quarto do século XX foi caracterizado pela consolidação de uma elite transnacional que tinha suas raízes nos barões ladrões do século anterior. Não obstante esta aparente unidade das elites figuradas na formação do *Federal Reserve System*, as mesmas eram formadas por dois grupos rivais cujas bases econômicas se encontravam em paradigmas técnico-econômicos distintos, o siderúrgico e o petroquímico.

O pacto de elites do início do século XX foi resultado da maturação e da decadência do paradigma técnico-econômico da siderurgia e da engenharia pesada. A crise de 1929 ao interditar a vigência do modelo de transnacionalização deste ciclo e das elites financeiras abriu o caminho para que o paradigma petroquímico-automotivo expandisse-se. Para tanto, seria necessário realizar um novo pacto social visando estabelecer as bases institucionais para o consumo de uma sociedade de produção em massa.

CAPÍTULO 2

Neste capítulo procura-se demonstrar como a crise de 1929 representou a decadência do pacto de elites do início do século, dando a luz para um pacto social que inicialmente se deu em âmbito doméstico, mas logo se expandiu para o resto do mundo. Inicialmente será analisada a disseminação da crise pela economia estadunidense, para em seguida mostrar como se portou internacionalmente a maior economia do mundo. Como se verá, os Estados Unidos buscaram em um primeiro momento o desenvolvimento doméstico desconsiderando a crise nos demais países, postura que ficou conhecido como “nacionalismo do dólar” e representou a formação de um pacto social doméstico liderado por Roosevelt e os Rockefeller. Finalmente, demonstra-se como a ascensão hegemônica estadunidense definitiva após a Segunda Guerra Mundial permitiu que tal pacto social fosse expandido para um âmbito global através das instituições de Bretton Woods. Estas reformas institucionais lideradas pelos norte-americanos permitiram a plena expansão global do quarto paradigma técnico econômico baseado no petróleo, expansão representada pela formação do padrão ouro-dólar.

Como fio condutor deste capítulo, utiliza-se a classificação do *New Deal* realizada por Murray Rothbard. Segundo este autor, a política monetária internacional deste pacto social poderia ser dividida em duas formas de ação, cada uma representando, respectivamente, a institucionalização econômico-monetária de um pacto doméstico e outro internacional:

A primeira foi a decisão, no início de 1933, de optar pela inflação doméstica e pelo nacionalismo monetário, um curso que ajudou a conduzir o mundo inteiro em um caminho semelhante durante o resto da década. A segunda foi a orientação, durante a II Guerra Mundial, para reconstituir uma ordem monetária internacional, desta vez construída sobre o dólar como a moeda chave e crucial do mundo. Se quiséssemos usar uma terminologia chocante, poderíamos chamar estas [ações] como uma decisão para o nacionalismo do dólar e outra para o imperialismo do dólar, respectivamente. (Rothbard, 2002: 437. Tradução pessoal)

2.1) A Crise de 1929 no Microscópio

Contração monetária, superinvestimento, explosão de bolha financeira, desigualdade de renda. As explicações para a crise variam conforme a escola econômica, de forma que uma causa comum não é encontrada para explicar a grande depressão mundial que se seguiu ao craque da bolsa de Nova Iorque. Um dos únicos consensos encontra-se nas conseqüências devastadoras desta crise. Segundo Ben Bernanke:

Durante a principal fase de contração da depressão, entre 1929 e 1933, a produção real nos Estados Unidos caiu quase 30 por cento. Durante o mesmo período, de acordo com estudos retrospectivos, a taxa de desemprego subiu de cerca de 3 por cento, para quase 25 por cento, e muitos dos que tinham a sorte de ter um emprego conseguiam trabalhar somente em turno parcial. (...) Outras características do declínio de 1929-33 incluem uma acentuada deflação – os preços caíram a uma taxa de quase 10 por cento por ano durante a década de 1930 – bem como um mercado de ações despencando, difundido falências bancárias, e uma onda de calotes e falências por parte das empresas e das famílias. (Bernanke, 2004)

Seguindo o marco teórico de Carlota Perez, apresentado na introdução do trabalho, a crise de 1929 teria sido a sobreposição de: (1) uma **crise de superinvestimento** oriunda da ausência de um marco regulatório que gerisse eficientemente a “era do petróleo e da produção em massa”; (2) com uma **crise financeira**, a qual adveio da política monetária expansionista adotada pelo *Federal Reserve Bank* de Nova Iorque . A farta disponibilidade de dólares no mercado começou a inflacionar o mercado dos mais diversos ativos, ameaçando a pirâmide financeira criada internacionalmente. Por isso, a partir de agosto de 1928, (como pode ser visto no gráfico 2) o FED passou a elevar novamente os juros tentando debelar o surto especulativo nas bolsas de valores (Bernanke, 2004; Chancellor, 1999: 236). Ao invés de haver uma diminuição dos investimentos em bolsa, o que ocorreu foi que “fundos foram desviados do consumo e da produção” (Kindleberger, 1996: 86), sendo direcionados para empréstimos à vista voltados para o incremento da ciranda financeira. “[À] medida que o mercado de ações movia-se em direção ao seu ápice, os empréstimos à vista cresceram de 6,4 bilhões de dólares, no final de dezembro de 1928, para 8,5 bilhões, no início de outubro [de 1929]” (Kindleberger, 1996: 86).

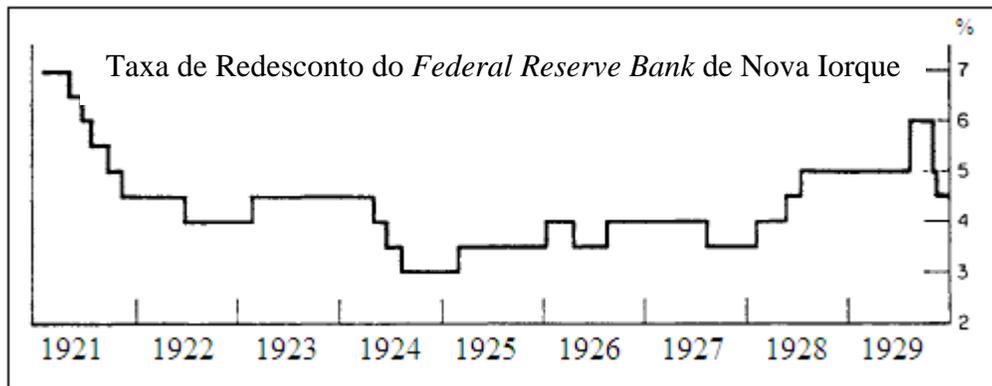


Gráfico 2 - Fonte: Elaboração do autor a partir de dados de Friedman & Schwartz (1963: 282).

A contração monetária levada a cabo pelo FED teve um impacto muito maior sobre os consumidores de renda mais baixa do que sobre os especuladores. Para entender este mecanismo seria necessário retornar ao combate das elites contra os “sindicatos radicais” durante a década de 20. Tal confrontação, que pode ser percebida na tabela 5, ampliou a desigualdade de renda, levando à necessidade de um crescente endividamento por parte dos cidadãos para que pudessem consumir rádios e automóveis, os bens mais procurados na época (Chancellor, 1999: 238). Este endividamento era mais atrativo enquanto os juros baixavam, o que tornava a diminuição da renda real mais aceitável por parte dos trabalhadores. Entretanto, conforme os juros começaram a aumentar a partir de 1928, tal endividamento começou a tornar-se mais caro e proibitivo. Esta dificuldade de acesso ao crédito para o consumo foi potencializada pelo aumento da procura de crédito por investidores da bolsa de valores. O aumento dos juros não afetou os especuladores da forma como esperava o FED, uma vez que os mesmos estavam mais propensos a pagar preços maiores pelo dinheiro, desde que os rendimentos especulativos esperados continuassem elevados. Desta forma, o aumento dos juros pelo *Federal Reserve* de Nova Iorque teve um efeito adverso sobre o consumo.

Junto a esta perda brusca de poder de compra por parte das classes mais baixas, houve o esgotamento do crescimento econômico baseado na guerra e na reconstrução europeia⁴⁹. Desta forma, o aumento destas restrições internas e externas ao consumo levou a uma crise de superinvestimento nos Estados Unidos, cuja economia entrou em recessão

⁴⁹ Desde a Primeira Guerra Mundial até meados da década de 20, a economia norte-americana foi altamente beneficiada ao tornar-se pólo exportador para os beligerantes.

meses antes do estouro da bolha financeira. A produção industrial caiu aproximadamente 3.9% entre junho e setembro de 1929. A produção automobilística passou de 660 mil unidades em março para 440 mil em agosto daquele ano (Kindleberger, 1996: 86). Este “excesso produtivo”, portanto, poderia ser explicado pela ausência de um marco institucional (tanto interno quanto externo) coerente com o ciclo técnico-econômico pelo qual os Estados Unidos passavam, o que fazia com que os consumidores fossem tolhidos de seu poder de compra, levando inerentemente a uma crise de superprodução, tendo em vista o caráter de produção em massa desta época. Seriam necessárias uma grande depressão econômica internacional (para reduzir o poder das elites transnacionais operantes nos Estados Unidos) e uma guerra mundial (para eliminar as restrições internacionais à expansão industrial americana) para que este marco institucional finalmente fosse instaurado, e os Estados Unidos pudessem desenvolver “plenamente” suas capacidades produtivas (Badalian & Krivorotov, 2006; 2009).

Atividade Sindical nos Estados Unidos (1920-1929)			
Ano	Membros de Sindicatos (em milhares)	Número de Greves	Uso da Guarda Nacional em Disputas Trabalhistas
1920	5.048	3.411	5
1921	4.781	2.385	9
1922	4.027	1.112	24
1923	3.622	1.553	8
1924	3.536	1.249	5
1925	3.519	1.301	4
1926	3.502	1.035	3
1927	3.546	666	6
1928	3.430	620	1
1929	3.443	924	3

Tabela 5 – Adaptado de: Goldstein (2001: 185). É interessante reparar a recuperação da atividade sindical entre 1928 e 1929.

A profunda crise econômica que se seguiu ao estouro da bolha financeira levou a uma crescente deterioração do poder desta elite anglo-americana que controlava grande parte do parque produtivo estadunidense. Um símbolo desta decadência foi a falência do

empresário britânico Clarence Hatry⁵⁰, oriunda de operações fraudulentas no mercado financeiro norte-americano. Para muitos autores, a sua falência pode ser definida como a gota d'água que levou ao crash da bolsa de Nova Iorque (Chancellor, 1999: 254). Ao ver seus ativos minguando frente aos passivos, Hatry pediu um empréstimo de emergência ao governador do Banco da Inglaterra, Montagu Norman, o que foi negado, levando-o à bancarrota. Através deste ato, o banco central inglês furtou-se do “dever hegemônico⁵¹” de prover estabilidade ao sistema internacional, uma vez que a falência levou a uma enorme deterioração da confiança dos agentes econômicos. Muito mais do que omissão, o Banco da Inglaterra foi ativo na decantação da crise ao aumentar seus juros, o que levou os investidores ingleses a venderem seus ativos nos Estados Unidos e a repatriarem os mesmos para a Inglaterra (Chancellor, 1999: 256). Dias após o congelamento dos ativos fraudulentos de Hatry pela *London Stock Exchange*, a bolsa de Nova Iorque começou a entrar em colapso⁵².

No dia 24 de outubro ocorreu a quinta feira negra, com o pânico disseminando-se sem nenhuma causa aparente. Sob intervenção de J.P. Morgan, os grandes bancos intervieram comprando ações e estabilizando o mercado (o índice Dow Jones caiu 6 pontos somente). A situação permaneceu calma até a segunda-feira seguinte (28 de outubro), quando a crise abateu-se de vez violentamente. Os emprestadores à margem demandavam de volta os seus recursos aos devedores. Estes pedidos de cobertura da margem forçavam os especuladores a venderem suas ações para pagarem, ampliando ainda mais a queda. O volume de transações aumentava constantemente (as ações trocavam de mãos cada vez mais rapidamente). A dividida elite anglo-americana não se mostrava capaz de debelar a crise como o fizera nas crises de 1907 e na do início dos anos 20. A terça feira negra (29 de

⁵⁰ Operava em diversos setores, mas no final da década de 20 entrou mais ativamente no mercado financeiro de Nova Iorque.

⁵¹ Aqui, hegemonia segue a concepção proposta por Charles Kindleberger na sua “teoria da estabilidade hegemônica”, pela qual o país hegemônico deveria fornecer os bens públicos básicos. Ao furtar-se de fornecer a estabilidade financeira global, a Inglaterra “reconhecia” sua perda de hegemonia global.

⁵² Um símbolo da queda do pacto de elites quiçá mais contundente do que este da falência Clarence Hatry seria a morte de Benjamin Strong em 1928, um ano antes da grande crise. Strong era o presidente do *Federal Reserve Bank* de Nova Iorque e homem forte de J.P. Morgan, conseguindo manter o poder do *Federal Reserve System* em Nova Iorque. A sua morte precipitaria a mudança da balança do poder do FED em favor do *Board of Governors* em Washington, diminuindo consideravelmente a autonomia dos bancos nova-iorquinos e da casa dos Morgan. A perda de poder pelo FED de Nova Iorque marca um golpe profundo contra um dos pilares do pacto de elites transnacional, como foi visto no capítulo 1. O outro forte golpe é mostrado na nota de rodapé 53.

outubro) foi o último dia de caos, e como um símbolo marca a emergência da nova elite dominante norte-americana, pois o caos no mercado acionário só estancou nesta data porque Rockefeller e seu filho entraram no mercado assegurando que comprariam “ações ordinárias bem conceituadas”, visando estabelecer um piso de preços (Chancellor, 1999: 257).

Entretanto o estancamento da crise mostrou-se efêmero, pois logo a economia entraria em rota de queda que atingiria seu vale somente no verão de 1933 (vide Gráfico 3). A população perdeu a confiança no sistema bancário doméstico, levando a diversas corridas bancárias que destruíram bancos e as poupanças de seus clientes. O desemprego urbano cresceu para cerca de um terço da força de trabalho (Chancellor, 1999: 260). O crime organizado começava a disseminar-se pelo país, demonstrando a desestruturação do tecido social existente. Nos meses seguintes, a crise alastrou-se internacionalmente, seguindo as falências de bancos austríacos e alemães⁵³. No meio deste turbulento sistema doméstico e externo, a tentativa do *Federal Reserve System* de ampliar a oferta monetária através da compra de títulos comerciais e públicos⁵⁴ fez com que a desconfiança quanto ao valor do dólar aumentasse ainda mais. Investidores domésticos e externos temiam que os Estados Unidos desvalorizassem o dólar ou mesmo saíssem do padrão ouro, temor que ampliou a corrida de indivíduos tentando converter suas notas e títulos por ativos tangíveis como o ouro. As quebras bancárias, a contração do crédito pelos bancos e a permanência dos Estados Unidos no padrão ouro, tiveram um efeito contrário ao esperado pelo *Federal Reserve*, levando a uma contração monetária que acentuou a crise.

⁵³ Estas crises marcaram a destruição do segundo pilar do pacto transnacional de elites anglo-americano: o padrão ouro-câmbio. A falência de bancos austríacos e alemães fez com que o sistema bancário inglês fosse posto sobre suspeita, uma vez que recebia grandes quantidades de dólares, libras e ouro destes países. Em vez de aumentar drasticamente a taxa de juros para atrair mais capitais e evitar uma corrida contra a libra, a Grã Bretanha manteve os juros relativamente baixos, tentando debelar a crise com a emissão de mais libras (entretanto neste ponto a libra já não era a moeda mais segura e central do mundo, o que diminuía a procura pela mesma). A explicação para esta postura inglesa se encontra no fato de que a mesma não queria (e tão pouco podia) deflacionar sua economia. No final, essa política inflacionária inglesa obrigou a mesma a abandonar o padrão ouro-câmbio em 1931.

⁵⁴ Permitido pelo primeiro Glass-Steagall Act de 1932, que buscava incentivar uma política inflacionista que favorecesse os setores produtivos, principalmente dos agricultores. Mesmo os antigos banqueiros nova-iorquinos defensores da “hard currency” agora não se opunham mais a uma política monetária francamente expansionista, pois a queda do padrão ouro-dólar-libra tornou o dólar o alvo visado pelos especuladores.

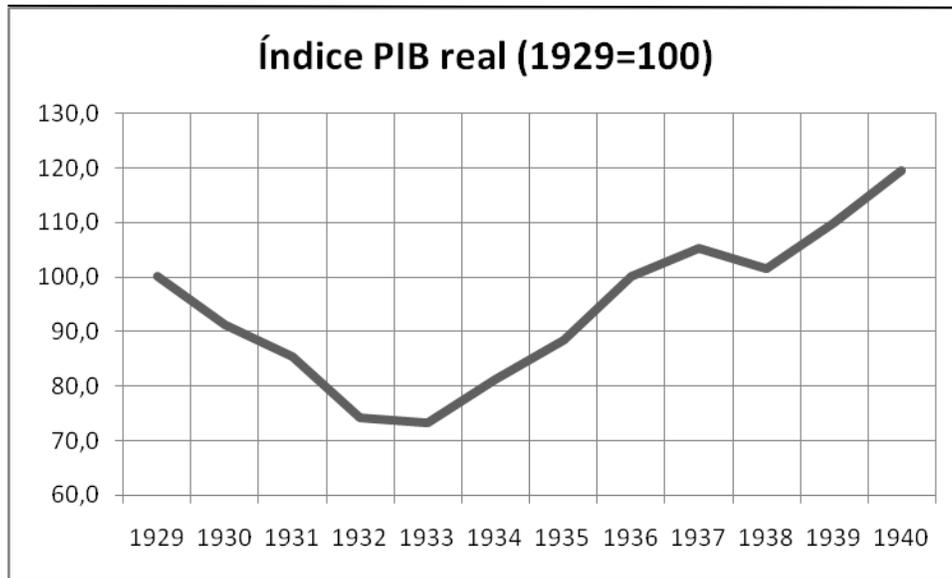


Gráfico 3- Elaboração do autor, baseado em dados do Bureau of Economic Analysis

Visando debelar a crise, o governo Hoover tentou coordenar medidas econômicas a serem adotadas pelo *Federal Reserve*, pelos grandes bancos e pelas empresas. Seguindo os planos do governo, o FED baixou as suas taxas de juros, buscando estimular a economia e diminuir o peso dos encargos financeiros. Concomitantemente os grandes bancos entraram no mercado de empréstimos à margem sob chamada, garantindo parte dos mesmos através de empréstimos com condições mais favoráveis. Por fim, grandes empresas passaram a anunciar que pagariam dividendos maiores, tentando atrair os agentes para a bolsa de valores novamente. Apesar deste esboço de reação coordenada pelo governo federal republicano, o mesmo estava muito enfraquecido, devido à perda de poder econômico, moral e político de sua base de sustentação: o império dos Morgan aliado a interesses financeiros transnacionais⁵⁵.

Devido a este enfraquecimento dos republicanos, o crédito da recuperação estadunidense viria a ser dedicado inteiramente ao governo do democrata Franklin D. Roosevelt. O novo governo continuou e aprofundou as políticas iniciadas pelo seu antecessor, tendo o apoio de uma elite produtiva mais dinâmica e afinada com os seus interesses. Entre estes interesses estava a necessidade de promover mais o eixo produtivo

⁵⁵ Rothbard (2002: 266) chama a década de 20 de a década dos Morgan, uma vez que os mesmos tinham um enorme controle sobre os líderes republicanos deste período (Calvin Coolidge e Herbert Hoover).

que se situava fora de Nova Iorque, sendo necessário para tanto enquadrar o instável setor financeiro internacionalista nova-iorquino. Além disso, o desejo governamental de aumentar a rede de segurança social encontrou eco na elite produtora de bens de consumo duráveis, que viram tal fato como benéfico para o fim da crise de superinvestimento, além de representar uma forma mais eficiente de lutar contra os sindicatos controlados por anarquistas⁵⁶ ou comunistas (Radosh. In: Radosh & Rothbard (org.), 1972: 151).

Neste contexto de crise e de deterioração do poder das tradicionais elites anglo-americanas, o caminho para o estabelecimento de um pacto social ficou livre para o novo presidente estadunidense. Esta maior liberdade de ação pôde ser caracterizada na facilidade com que o poder executivo conseguiu aprovar medidas emergenciais que reduziam ainda mais a influência da oligarquia financeira na economia, beneficiando uma elite emergente que esperava novas oportunidades de negócios havia décadas.

2.2) Roosevelt, Rockefeller e o *New Deal*: o novo pacto social

Nos termos de Carlota Perez, a crise de 1929 foi uma crise de transição que permitiu a quebra da cristalizada esfera sócio-institucional, permitindo a plena expansão da esfera produtiva. Nos termos deste trabalho, a profunda contração econômica gerou o enfraquecimento de uma elite anglo-americana abrindo o caminho para a ascensão de uma elite sintonizada com os interesses eqüitativos sociais e com os interesses de um governo progressista. Desta forma, esta seção busca demonstrar como se deu a relação entre Franklin D. Roosevelt, os Rockefeller e a população, analisando para tanto a formação do *New Deal*, ou o novo pacto social.

Franklin D. Roosevelt ascendeu ao poder utilizando como base eleitoral a população empobrecida, ao mesmo tempo em que era financiado e apoiado pelas famílias rivais dos Morgan. De forma geral, os Rockefeller, os Harriman e uma nova classe de financistas judaicos⁵⁷ (excluída pelos WASP⁵⁸ do jogo de poder norte-americano durante os anos 20

⁵⁶ Em 16 de setembro de 1920, um atentado atribuído a grupos anarquistas italianos provocou a morte de 30 pessoas. A explosão ocorrida na frente do prédio da J.P. Morgan & Co. levou a uma intensificação da deportação de “estrangeiros subversivos”. Fonte: <http://www.fbi.gov/page2/sept07/wallstreet091307.htm> (“*Terror on Wall Street*”, acessado em 20/11/2009).

⁵⁷ Formada principalmente pelo Goldman Sachs e pelo Lehman Brothers.

dominado pelos republicanos) eram esta elite descontente e desprestigiada, vendo naquele momento a oportunidade ideal para ascender ao poder. “Assim, esses grupos anti-Morgan, agora reunidos no Partido Democrata, ficaram felizes em formar uma coalizão com intelectuais de esquerda, tecnocratas, economistas e assistentes sociais que queriam preencher as vagas das agências de planejamento a serem criadas, tudo para promover suas agendas comuns no *New Deal*” (Rothbard, 2002: 300. Tradução pessoal). Para alcançar a Casa Branca, a plataforma da campanha democrata atacava Herbert Hoover e seu *laissez-faire* que teriam levado aos excessos da “nova era”, imputando ao individualismo de Wall Street as origens da crise. Atacando os “cambistas”, Roosevelt postou-se contra a “ditadura industrial” e a economia “movida a vapor”, afirmando que os cidadãos dos Estados Unidos “querem seu quinhão na distribuição da riqueza nacional” e comprometendo-se “a dar ao povo americano o *New Deal*, o novo **pacto**, a oportunidade tão esperada por ele” (Roosevelt *apud* Markham, 2002: 165. Tradução pessoal, grifo nosso). As reformas implementadas por Franklin D. Roosevelt para recuperar a economia marcam uma nova aliança entre o governo, a burguesia ascendente e os trabalhadores⁵⁹.

Na relação com os trabalhadores, o governo promoveu medidas de inclusão econômica e política dos mesmos através do apoio dado à filiação aos sindicatos. Entretanto, somente incentivar a participação desta classe em um movimento sindical seria inútil, pois não atacaria a raiz do problema: o elevado índice de desemprego. Este baixo nível de emprego, amplificado pela grande depressão, fazia com que os sindicatos não tivessem poder de barganha frente aos empregadores (McElvaine, 2000: 69). As políticas sociais e industriais do governo⁶⁰ aumentaram o poder de barganha desta classe, que passou a demandar uma maior participação nas decisões das empresas.

“Os meados da década de 1930 viram a maior expansão da sindicalização e o maior grau de militância trabalhista na história americana. A depressão convenceu muitos trabalhadores de que as divisões de classe eram reais e que eles precisavam se unir com os companheiros trabalhadores se eles quisessem receber um tratamento justo pelos

⁵⁸ “White, Anglo-Saxon, Protestant”. Fonte: Weir, 2007: 921-3

⁵⁹ Políticas de proteção ao trabalhador, frentes de emprego, legislação trabalhista, incentivos à sindicalização, etc. Todos estes marcam uma aproximação com o trabalhador, demonstrando ser mais efetivo para a contenção da ameaça comunista, além de promover um aumento da eqüidade.

⁶⁰ *Industrial Recovery Act*, de 1933; as frentes de trabalho visando aumentar o nível de emprego; etc.

empregadores. O *New Deal* ajudou a trazer um novo espírito aos trabalhadores. Isso ficou evidente em uma série de greves em 1934, entre as quais a greve geral em São Francisco foi a mais significativa” (McElvaine, 2000: 69. Tradução pessoal). A consolidação definitiva dos direitos trabalhistas veio com o *Wagner Act*, nome pelo qual o *National Labor Relations Act* de 1935 ficou conhecido. A seção 1 §151 da dita lei afirmava:

*A desigualdade de poder de barganha entre os trabalhadores, os quais não possuem plena liberdade de associação ou a liberdade real do contrato, e os empregadores, os quais estão organizados em empresas ou em outras formas de associação de propriedade, substancialmente onera e afeta o fluxo do comércio, e tende a agravar as depressões econômicas recorrentes, por comprimir os salários e o poder aquisitivo dos assalariados na indústria*⁶¹.

O fortalecimento do operariado insere-se no contexto de enfraquecimento do pacto de elites que dominou a vida pública estadunidense durante o primeiro quarto do século XX. Este cisma burguês foi marcado pela emergência de uma elite sintonizada com o governo progressista que passou a contestar a dominação dos capitalistas conservadores. O principal campo de batalha deste confronto situava-se no setor financeiro, uma vez que as “altas finanças” representariam o “lócus” de relação entre governo e burguesia⁶².

Ao assumir o governo em 4 de março de 1933, Roosevelt imediatamente agiu visando conter a crise bancária que devastava os bancos nacionais. No dia seguinte a sua posse, foi declarado um feriado bancário visando conter as “pesadas e injustificadas retiradas de ouro e divisas de nossas [sic] instituições bancárias⁶³”. Este feriado esperava dar tempo para o governo criar novas medidas contra as corridas bancárias. De fato, pouco tempo depois Roosevelt enviou para o Congresso o *Emergency Banking Act*, o qual conferiu poderes expandidos ao presidente da república, ao permitir que o mesmo interviesse no saneamento das instituições financeiras. A partir desta lei, o presidente poderia dispor dos meios de pagamentos nacionais quando fosse decretada situação de emergência, como pode ser percebido na seção 2 (b) desta legislação:

Durante o tempo de guerra ou em qualquer outro período de emergência nacional, declarada pelo Presidente, o Presidente poderá, através de qualquer

⁶¹ Tradução pessoal

⁶² Na concepção braudeliana.

⁶³ Fonte: President Franklin Roosevelt's Bank Holiday Declaration, 1933. The Public Papers and Addresses of Franklin D. Roosevelt, Vol. 2, 1933, p. 24-26

*agência que ele pode designar, investigar, regular ou proibir, no âmbito das regras e regulamentos que ele pode exigir, por meio de licenças ou de outra forma, quaisquer transações em moeda estrangeira, as transferências de crédito entre ou pagamentos pelas instituições bancárias, tal como definido pelo presidente, e de exportação, de obra, fusão, ou selagem de moedas de ouro ou de prata, por qualquer pessoa dentro dos Estados Unidos ou em qualquer lugar sujeito à jurisdição dos mesmos*⁶⁴.

Na mesma lei, ficava expresso que o Departamento do Tesouro teria a capacidade de, quando achasse necessário, obrigar todos os detentores de ouro ou de certificados de ouro a venderem tais ativos em troca de qualquer outro tipo de moeda de curso legal nos Estados Unidos. Esta emenda ao *Federal Reserve Act* de 1913 representava o início do cerceamento da autonomia do *Federal Reserve Bank* de Nova Iorque pelo governo federal, com uma respectiva transferência dos poderes desta cidade para Washington, simbolizando a decadência do pacto de elites do início do século. Assentando as bases para as reformas monetárias posteriores, esta lei redundaria no *Banking Act* de 1935, que finalmente centralizou a decisão de política monetária no antes obsoleto *Board of Governors*, situado em Washington⁶⁵.

A centralização da política monetária era essencial para o projeto econômico do *New Deal*, ou seja, um projeto keynesiano de expansão dos gastos sociais visando estimular a produção e o investimento na economia. Para tanto, foi necessário quebrar qualquer entrave doméstico ou internacional à expansão da moeda. Internamente, devido ao enfraquecimento político e econômico do pólo republicano, os inflacionistas⁶⁶ conseguiram

⁶⁴ Tradução pessoal.

⁶⁵ Uma das causas da crise de 1929 se encontrava na descentralização da decisão acerca de política monetária, a qual era dividida entre os diversos *Federal Reserve Banks* regionais (vide o conflito entre o FED de Chicago e o de Nova Iorque). Visando unificar a política monetária do *Federal Reserve System* ao mesmo tempo em que diminuía o poder da elite financeira de Nova Iorque, o governo Roosevelt criou o *Federal Open Market Committee* (FOMC), visando centralizar a decisão monetária em Washington (apesar disso, os membros continuavam sendo do setor privado). Fonte: Rothbard, 2002: 318-9

⁶⁶ O “pólo democrata inflacionista” era composto por defensores de um aumento da oferta monetária (defensores do *new deal*, produtores rurais, investidores do mercado acionário que perderam muito com a crise, produtores de prata, a “Casa dos Rockefeller”, novos banqueiros judeus, indústrias de bens de consumo duráveis e não duráveis, etc.). Em oposição havia o “pólo republicano deflacionista”, o qual buscava uma maior aproximação e coordenação política com a Inglaterra, buscando estabilizar a cotação das duas moedas (interesses internacionais da Casa dos Morgan, elites contrárias ao *New Deal*, os WASP, estrangeiros detentores de títulos cotados em dólares, etc.) .

dominar facilmente as decisões políticas presidenciais e legislativas⁶⁷. Já as restrições externas foram quebradas com o abandono do padrão ouro, em 1933.

O fim da convertibilidade do dólar já era esperado, uma vez que a política monetária expansionista que vinha sendo praticada desde o governo de Herbert Hoover e a saída da Inglaterra do padrão ouro fizeram com que as reservas auríferas americanas começassem a ser amplamente demandadas tanto em âmbito doméstico quanto no âmbito internacional. O aumento do ritmo de expansão da oferta de moeda pelo governo Roosevelt aumentou a desconfiança quanto ao dólar, o que gerou uma expansão da demanda pelo metal. Desta forma, visando reafirmar a soberania interna e externa quanto à capacidade de exercer uma política monetária em suporte a uma política fiscal expansionista, o governo norte-americano anunciou a saída do padrão ouro assim como proibiu os indivíduos de deterem moedas ou certificados de ouro. Tais ativos foram trocados a uma taxa de US\$ 20,67 junto aos *Federal Reserve Banks*⁶⁸. Em 1934, a limitação ao uso do ouro cresceu, com o *Gold Reserve Act* obrigando o FED a trocar com o Tesouro o ouro de suas reservas por moedas de curso legal⁶⁹.

O enquadramento do setor financeiro pelo governo acabou por consolidar a **formação** do pacto social doméstico. O fortalecimento da agenda social interna permitiu que as atenções do governo Roosevelt fossem direcionadas ao caótico sistema internacional.

Este caos sistêmico global foi gestado em grande parte pela postura isolacionista estadunidense, simbolizada na aprovação do *Hawley-Smoot Tariff Act* de 1930, medida comercial protecionista que gerou uma onda de retaliações internacionais recíprocas. O círculo vicioso destas dificultava qualquer ação cooperativa em âmbito global, e acabou por

⁶⁷ O poder judiciário permaneceu sendo um bastião conservados dentro da estrutura publica norte-americana, com a luta entre Roosevelt e a Suprema Corte sendo uma constante durante o governo. Fonte: Leuchtenberg, 1995: 3, 82.

⁶⁸ Executive Order 6102. April, 5th 1933.

⁶⁹ Na mesma lei, o governo altera a paridade oficial do ouro, de 20,67 para 35 dólares, valor que vigoraria até a década de 70. Interessante ressaltar o ganho de quase 70% que o Federal Reserve System teve com esta valorização do ouro.

estabelecer um padrão de protecionismo que encerrou a primeira onda de globalização⁷⁰. O liberalismo britânico havia chegado ao seu fim.

Desta maneira, ao mesmo tempo em que o “nacionalismo do dólar” provocou um recrudescimento da depressão mundial ao provocar medidas protecionistas recíprocas, o mesmo pode ser considerado como a prefiguração da formação de um pacto social em âmbito mundial, liderado pelos Estados Unidos.

2.3) Pacto Social em Âmbito Mundial

A partir de meados da década de 30, a crise parecia ter sido deixada para trás, com o governo inclusive diminuindo seus gastos⁷¹. Devido a esta dinâmica positiva interna, o governo de Roosevelt passou a prestar mais atenção para as restrições externas ao desenvolvimento norte-americano, de forma que entrou em negociações comerciais e monetárias com seus principais parceiros (i.e. a Inglaterra e a França).

Pressionado pelas antigas elites tradicionais e pelas emergentes para chegar a um acordo de estabilização monetária, o mesmo foi firmado em 1936, com os três países se comprometendo a buscar atingir uma meta de taxa cambial⁷². Entretanto o problema central deste período encontrava-se no comércio internacional. A crescente indústria de produção em massa norte-americana não conseguiria se restringir ao mercado americano⁷³ por muito tempo, de forma que precisaria expandir seu comércio e investimentos para as demais partes do mundo. Contudo, a crise internacional que levou a uma conseqüente escassez de divisas fortes pelos países (oriunda em grande parte, das restrições ao livre comércio) fez com que cada potência se fechasse dentro do seu bloco regional de influência e controle.

O exemplo mais marcante deste período foi a Alemanha. Fora do padrão ouro desde 1923 e incapaz de desvalorizar sua moeda (devido ao pavor do retorno à hiperinflação), o

⁷⁰ Neste trabalho considera-se que a primeira onda da globalização terminou na década de 30, e não no início da Primeira Guerra Mundial. A “Era of Good Feelings” ao longo da década de 20 foi marcada pela noção de que o livre comércio levaria ao fim das crises mundiais e à prosperidade geral.

⁷¹ O que se mostrou um erro, uma vez que de 1937 para 1938 o PIB dos Estados Unidos caiu 3,4%. Fonte: Bureau of Economic Analysis

⁷² Mundell (1997: 7) considera que este acordo tripartite estabelece o início do padrão ouro-dólar, uma vez que o dólar e a economia norte-americana eram os mais fortes na época, o que inviabilizou a proposta francesa de retornar ao padrão ouro puro.

⁷³ Aqui entendido como todas as “três Américas”, isto é, a Central, a do Sul e a do Norte.

governo alemão teve que adotar políticas de controle sobre as divisas. Com esse objetivo, sob a administração de Hjalmar Schacht, ela passou a estabelecer acordos comerciais bilaterais similares ao escambo: o comércio de compensação. Estes acordos eliminavam a necessidade de deter ouro ou outros instrumentos financeiros internacionalmente aceitos. Geralmente estes acordos ocorriam entre países com moedas supervalorizadas, que não conseguiam comercializar seus caros produtos seguindo os fluxos "normais" de comércio. Estes acordos tornavam mais difícil para as nações centrais (Grã Bretanha e Estados Unidos) comprarem matérias prima destes países (pois são muito caras, ao mesmo tempo em que estes países dependem destes recursos para fazer a troca com a Alemanha) ao mesmo tempo em que tornava estes mercados mais fechados para seus produtos (uma vez que estes países não tinham mais dólares ou libras para comprar as mercadorias).

Muitos autores revisionistas consideram que a principal causa da Segunda Guerra Mundial foi o desenvolvimento autônomo alemão sem intermédio do ouro/dólar/libra (Bernstein, 2008: 347-58; Rothbard, 2002: 469). Esta independência fazia com que o eixo anglo-americano fosse excluído do comércio de grande parte da Europa. Além de sua periferia imediata, os alemães começaram a realizar acordos similares com países latino-americanos, entre os quais o Brasil era o principal parceiro visado. O temor norte-americano era o de que caso o bloco comercial alemão expandisse-se demais, o governo nazista poderia ameaçar o fornecimento de insumos sensíveis (i.e. petróleo), além de proibir o comércio de seus mercados satélites com os americanos. “Em maio de 1940, o Secretário de Estado Adjunto, Breckenridge Long, advertiu que uma Europa dominada pela Alemanha significaria que ‘cada ordem comercial será encaminhada para Berlim e executada em algum lugar na Europa ao invés de ser realizada nos Estados Unidos’” (Rothbard, 2002: 473). Isto seria portanto o fim da incipiente hegemonia financeira estadunidense e o início de uma dominação econômico-financeira alemã.

Desta forma, quando os Estados Unidos entraram em guerra com as potências do Eixo, um de seus objetivos centrais já estava traçado: o estabelecimento de um sistema monetário internacional unificado liderado pelo dólar. Na visão dos políticos americanos, entre os quais Harry Dexter White, caso tivesse existido um sistema monetário internacional como o de Bretton Woods no período de entre guerras, a emergência de sistemas econômicos autônomos teria sido abortada logo no início, com pressões políticas e

empréstimos financeiros mantendo países como a Alemanha dentro de uma ordem internacional estabelecida (Rothbard, 2002: 475). Os planos estadunidenses para o pós-guerra buscavam retomar a estratégia inglesa da década de 20: a formação de um padrão ouro-câmbio. A diferença para o sistema anterior era que todos os países consentiriam com este padrão ouro mais flexível, tendo em vista a necessidade de adotarem políticas monetárias expansionistas para a reconstrução. Outra diferença fundamental era que agora somente uma moeda era capaz de exercer este papel central no sistema monetário internacional: o dólar, uma vez que os Estados Unidos passaram a deter grande parte das reservas de ouro internacionais, assim como a City de Londres estava enfraquecida.

Quando os rumos da guerra começaram a ser definidos, os norte-americanos passaram a negociar com os britânicos como seria organizado o sistema monetário internacional do pós-guerra, o que culminou com os acordos de Bretton Woods em 1944. Tal acordo levou à formulação de um acordo que incorporava parcialmente alguma das exigências inglesas (uma política keynesiana em âmbito global) em troca da aceitação do papel central do dólar na economia mundial. Os interesses destes dois países foram sintetizados por Dooley:

Um país credor com o capital intacto e exportações promissoras, os Estados Unidos estavam interessados na estabilidade cambial e em um sistema comercial aberto e não discriminatório. O Reino Unido estava decidido a não sacrificar o equilíbrio interno para manter o equilíbrio externo. Ele queria que houvesse uma maior flexibilidade da moeda. Com a sua enorme dívida em libras e seu desequilíbrio externo oriundo da mobilização para a guerra, a Inglaterra estava interessada também na manutenção de controles e na canalização do comércio dentro do bloco da libra. Por último, queria ter acesso a grandes quantidades de crédito oficial caso fosse necessário adotar uma taxa de câmbio fixa. Desta forma, o compromisso atingido foi de que seriam adotadas taxas de câmbio fixas, mas com uma relativa flexibilidade conforme as regras estabelecidas; haveria um levantamento gradual dos controles comerciais e financeiros internacionais, e o acesso ao crédito se daria através de uma função baseada nas quotas oficiais. Este esquema básico do sistema duraria pelos próximos 25 anos. (Dooley et al. 2005: 28-9. Tradução pessoal)

No triângulo “liberdade de fluxos de capitais - estabilidade cambial – liberdade monetária doméstica” (Krugman & Obstfeld, 2005, capítulos 17 e 21), onde somente dois podem coexistir, os ingleses conseguiram fazer com que os Estados Unidos aceitassem

restringir a liberdade de fluxos de capitais visando incentivar políticas monetárias expansionistas nos países em reconstrução. Ao mesmo tempo foi estabelecido um sistema de câmbio fixo baseado no dólar, o qual concedeu a estabilidade que permitiria um incremento do comércio internacional (McKinnon, 1993: 14). Esta decisão foi muito contestada pelos banqueiros internacionalistas através da *American Bankers Association*, a qual “atacou a política inflacionária de se permitir que devedores tenham controle do acesso aos fundos internacionais [do FMI]”, além de que os controles de capitais seriam uma “abominação” (Rothbard, 2002: 483. Tradução pessoal).

Apesar deste conflito com os interesses dos banqueiros de Nova Iorque, os mesmos passaram a aceitar aos poucos o novo papel hegemônico dos Estados Unidos no sistema internacional. Esta mudança de postura deu-se conforme os grandes financistas percebiam o enorme poder concedido a si mesmos por fazerem parte do sistema bancário emissor da moeda central mundial. Ao expandir mundialmente a demanda por dólares, a internacionalização da moeda estadunidense permitiu um enorme incremento dos ganhos de senhoriagem. Esta capacidade de emitir a moeda chave aumentou a facilidade com que as empresas norte-americanas obtinham crédito para suas atividades. Esta externalidade positiva de atuar dentro do mercado central permitiria que as empresas estadunidenses utilizassem de suas vantagens competitivas para liderar uma grande onda de transnacionalização corporativa nos anos seguintes.

As restrições à livre circulação dos capitais norte-americanos em âmbito internacional foram o preço a ser pago pela liderança hegemônica e pela busca de uma plena utilização das capacidades produtivas dentro do bloco capitalista. A quebra do nazismo e dos impérios coloniais instituiu o “liberalismo comercial” que tanto beneficiaria a indústria norte-americana, benefício gradativamente expandido para as finanças (Hudson, 2003: 21). A Segunda Guerra Mundial permitiu que as elites tradicionais decadentes fossem reincorporadas ao centro de decisão político estadunidense, principalmente devido à proximidade da Casa dos Morgan aos beligerantes aliados (i.e. Grã Bretanha e França). Segundo Rothbard:

Após a Segunda Guerra Mundial, os Morgan estavam contentes em passar a exercer um novo papel como um parceiro menor dos Rockefeller. A nova proeminência do petróleo fez dos Rockefeller a força dominante na classe

política e financeira do "establishment" da Costa Leste. Os Rockefeller assumiram o controle do Council of Foreign Relations, com a mudança toda sendo perfeitamente simbolizada pelo novo papel de John J. McCloy no pós-guerra, que passou a atuar como presidente do Council of Foreign Relations, da Rockefeller Foundation e do principal banco dos Rockefeller, o Chase National Bank. Os velhos conflitos de grupos financeiros do período anterior à Segunda Guerra Mundial tinham desaparecido, sendo transformados em um novo mundo. (Rothbard, 2002: 345-6. Tradução pessoal)

Neste contexto, o final da guerra e a instauração do padrão de Bretton Woods marcam a consolidação do pacto social doméstico assim como o estabelecimento de um pacto social em âmbito global sob liderança dos norte-americanos. Na esfera internacional, a disseminação do Estado keynesiano de bem-estar social e os novos órgãos multilaterais representaram a cristalização de um novo marco institucional regulatório, assentando as bases para o pleno desenvolvimento do quarto ciclo tecnológico entre os países centrais. O sistema de Bretton Woods do pós-guerra foi uma barganha entre os Estados Unidos e o resto do mundo: os norte-americanos manteriam a estabilidade de sua economia doméstica, com as demais economias podendo importar esta estabilidade. Em troca, os demais países aceitariam acumular suas reservas em dólares, permitindo que os Estados Unidos não "tivessem um balanço de pagamentos para controlar e financiar" (Cooper, 1984: 169. Tradução pessoal). A formação do **padrão ouro-dólar** simboliza e encerra estas dinâmicas econômicas e políticas, representando o triunfo de uma elite petroleira e do “imperialismo do dólar”, ao mesmo tempo em que fornecia as condições necessárias para a expansão de benefícios aos trabalhadores, ampliando a legitimidade desta nova ordem internacional estabelecida.

Conclusão

Repetindo a história da Guerra da Secessão no século anterior, a crise de 1929 permitiu a formação de um pacto social doméstico que buscava aumentar a equidade social. Entretanto, diferentemente do pacto anterior, o aumento da maturidade institucional estadunidense aliado com a ascensão hegemônica deste país permitiu que tal pacto perdurasse mais ao se internacionalizar, uma vez que permitiu a ampliação plena da

produção doméstica. Tal expansão global do modelo de desenvolvimento liderado pelos Estados Unidos e cristalizado nas democracias keynesianas ocidentais tinha sua base no insumo central do paradigma técnico-econômico vigente: o petróleo.

O capítulo seguinte demonstrará como a decadência deste paradigma ao longo das décadas de 60 e de 70 (crise cristalizada nos dois choques do petróleo na década de 70) levou à decadência do pacto social e do respectivo padrão monetário, engendrando a formação de um novo pacto transnacional de elites que sustentaria um novo sistema monetário internacional: o padrão dólar flexível.

CAPÍTULO 3

Neste capítulo procura-se demonstrar como a deterioração da matriz técnico-energética americana fez com que começasse a ser gerido um novo pacto transnacional de elites em detrimento da equidade doméstica e internacional. Para tanto, inicialmente será analisado como se deu a expansão do pacto social mundial⁷⁴. Posteriormente será demonstrado como a deterioração dos pactos sociais internos e externos levaram à quebra do padrão ouro-dólar e à formação do padrão dólar flexível. Finalmente, buscar-se-á expor como a consolidação de um pacto transnacional de elites viria a consolidar este novo sistema monetário internacional ao longo das décadas de 70 e de 80.

3.1) Expansão do Pacto Social Mundial

Uma vez terminada a Segunda Guerra Mundial, o governo e as elites norte-americanas encontravam-se em uma posição única no sistema internacional. O seu parque industrial doméstico encontrava-se intacto; suas reservas de ouro eram incontestavelmente dominantes; a sua liderança na expansão da quarta onda tecnológica, aliada à vitória na guerra, permitia o controle sobre o mercado petrolífero internacional. Tanto em âmbito internacional quanto doméstico o governo norte-americano conseguiu tecer um pacto social que o colocava no centro do sistema global, ao mesmo tempo em que permitia uma expansão interna com pleno emprego, conciliando interesses empresariais com os interesses dos trabalhadores.

Ao fim da guerra, os Estados Unidos tiveram que lidar com os problemas de serem os maiores vitoriosos do conflito: seu parque industrial estava intacto, entretanto voltado em grande parte para uma produção de tempos de guerra; milhares de soldados começavam a voltar para casa, o que aumentavam as pressões por empregos; ao deter quase todo o ouro existente, os estadunidenses não podiam exportar seus produtos para os demais países, pois

⁷⁴ Para um trabalho futuro, pode-se perguntar se o pacto social mundial de Roosevelt seria o mesmo de Truman, uma vez que o primeiro parece ter realmente um caráter global, enquanto que o segundo parece mais um pacto atlântico. Entretanto, para este trabalho, tal questionamento não é essencial para explicar o sistema monetário internacional emergente.

os mesmos não teriam como pagar suas importações. Estas condições econômicas e sociais levavam à necessidade dos norte-americanos assumirem ativamente o papel de nação hegemônica no sistema internacional (pelo menos no bloco capitalista), agindo como locomotiva keynesiana da economia global. Para tanto foi necessário fugir das tendências isolacionistas prevalentes no entre guerras que levaram ao surgimento dos blocos econômicos autônomos e mutuamente exclusivos (Gray, 2007: 44). Apesar de existirem diversas correntes teóricas que apontavam para a necessidade de aumentar a atuação externa do Estado, o que empurrou definitivamente os Estados Unidos para fora do isolacionismo foi a conjuntura de luta contra o perigo vermelho doméstico e internacional. Fosse um perigo real ou fictício, tal perigo imporia a necessidade de evitar-se cair em uma recessão logo após a guerra ter acabado, o que impediria a absorção dos trabalhadores que retornavam ao país. Desta forma, o único meio vislumbrado era o de promover uma transnacionalização dos capitais (ajuda financeira, investimentos diretos, etc.) e, principalmente, a exportação dos produtos estadunidenses.

Entretanto, como foi afirmado, a maioria destes projetos esbarrava na indisponibilidade de divisas pelos países destruídos pela guerra. Para diminuir esta escassez foi lançado o Programa de Recuperação Européia, ou Plano Marshall, buscando fornecer ajuda técnico-financeira aos países europeus. Este plano aumentou a capacidade das empresas estadunidenses realizarem a transição para uma economia fora da guerra, ao mesmo tempo em que atendia aos interesses político-militares do governo norte-americano. Estes interesses se resumiam à formulação de um pacto social global através do incentivo a diversos pactos sociais em âmbito doméstico. Para atingir tal objetivo, foi criado o que Samir Amin chamou de “imperialismo coletivo”, ou uma aliança entre os Estados Unidos e os governos do Japão e os dos países europeus⁷⁵, onde os norte-americanos assumiriam o papel de braço armado do grupo em troca de apoio nas questões econômicas, políticas e financeiras (Amin, 2003). Este pacto social global só foi possível devido ao incentivo dado pelos Estados Unidos a uma aliança política entre os partidos de direita e os social-democratas (a “esquerda moderada”), os quais viam como benéfico para sua manutenção no poder uma aliança contra os concorrentes socialistas.

⁷⁵ O Japão só entraria neste “condomínio” após a Guerra da Coreia.

Em âmbito doméstico, os Estados Unidos foram um exemplo de como se daria uma relação pouco conflituosa entre um *establishment* e uma esquerda moderada, representada respectivamente pelos industriais e pelos sindicatos controlados⁷⁶. Ao contrário do que foi previsto na obra de Michael Kalecki (1943) acerca dos efeitos políticos do pleno emprego, o aumento da participação dos trabalhadores na renda nacional e o aumento do nível de emprego ao longo da década de 40 e de 50 não levaram a um aumento dos conflitos distributivos nos Estados Unidos. As principais causas para este apaziguamento doméstico dentro da estrutura produtiva foram a repressão realizada pelo governo estadunidense aos “sindicatos radicais de esquerda” em 1947 e o tipo de “intervenção na economia” realizada pelo governo; como os gastos do Estado na economia se referiam mais ao investimento no complexo “militar-industrial-acadêmico” (Medeiros, 2004: 225) e não a investimentos em “*Welfare State*”, as classes proprietárias não se opunham tanto à presença do Estado.

Apesar destes ganhos sinérgicos para os países capitalistas centrais, engendrados pelo Plano Marshall e pela aliança anticomunista, muitos grupos de pressão surgiam tentando demover o governo estadunidense de prover seus aliados de ajuda financeira e técnica. Estes grupos buscavam principalmente evitar que seus ramos de atuação econômica fossem atingidos por um aumento da competição de futuros rivais europeus. Conforme aponta Barry Machado:

Uma vez que a ECA [Economic Cooperation Administration] fornecia aos empresários franceses, holandeses e belgas ajuda nos mais recentes métodos de produção e tecnologias norte-americanos, muitos conservadores achavam que seus lucros futuros estavam sob risco. As transferências de tecnologia, particularmente, preocupavam eles. Cada vez mais, eles encontravam-se "em desacordo com as agências federais acerca das políticas que ressuscitariam [ex] concorrentes no exterior (...) e limitariam o desenvolvimento do mercado internacional". Eles vieram a se ressentir dos administradores do Plano Marshall, os quais supostamente sacrificaram os interesses de negócios de curto prazo em troca de uma teoria "grandiosa" de governo. Reavivando os conflitos da conferência de Yalta, os seus aliados no Congresso até acusaram a ECA de "vender" os seus interesses na Europa. (Machado, 2007: 121. Tradução pessoal)

⁷⁶ Enquanto que o controle sindical nos Estados Unidos se deu através de uma maior nivelção dos salários dos trabalhadores (para cima, levando em consideração os ganhos dos trabalhadores mais qualificados) aliada com um maior controle governamental destas organizações, nos demais países do sistema internacional, a restrição aos sindicatos se deu através do padrão ouro-dólar, que impediam que os governos gastassem muito sem levar a uma crise no balanço de pagamentos. (Serrano, 2004: 185-6)

Apesar desta oposição, o governo conseguiu aprovar o projeto de ajuda à Europa, que começou a ser executado em 1948. Ao longo dos quatro anos de vigência do plano, US\$ 11,5 bilhões foram destinados aos 16 países beneficiários, na forma de empréstimos, equipamentos e abastecimento. Os grandes beneficiários deste projeto dentro dos Estados Unidos⁷⁷ foram os três atores que representaram o núcleo duro do pacto social realizado na década de 30 sob o governo de Roosevelt: (1) o governo estadunidense, que passou a controlar a política monetária e fiscal dos países integrantes do Programa de Recuperação Européia (Sandroni, 2005: 653); (2) as grandes empresas, que se utilizaram da escassez de cambiais e do processo de reconstrução para ampliarem gradativamente seus investimentos no “Velho Continente”, visando driblar a incapacidade destes países de importarem (Cooper, 1984: 170); (3) e as empresas petrolíferas, que desde o início da reconstrução mantiveram o quase monopólio do fornecimento de petróleo e de seus derivados para a Europa (Machado, 2007: 121). As atividades destes três atores são centrais na explicação da criação e da sustentação do padrão ouro-dólar. Primeiramente, o papel do governo⁷⁸ de fornecedor de ajuda financeira cotada em dólar é central para entender porque os países aceitaram o dólar como moeda central: a moeda americana era a única confiável, além de que era fornecida através de uma vontade política – a um preço relativamente menor – para a reconstrução, podendo ser usada para acessar o enorme mercado de bens cotados em dólares. Desta forma, o governo foi um dos pilares do padrão monetário internacional nascente. Já os dois outros atores/pilares, as multinacionais e as empresas petrolíferas, representavam a supremacia econômica dos norte-americanos no novo paradigma técnico-econômico que se expandia internacionalmente para os países centrais. Como crescentemente as empresas transnacionais americanas se instalavam nestes países, além de elas realizarem seus investimentos em dólares, elas não se recusariam a aceitar dólares pelas suas exportações aos Estados Unidos⁷⁹. Já na questão petrolífera, desde o início do

⁷⁷ Desconsiderando os trabalhadores e empresários domésticos nos Estados Unidos, que também foram beneficiados pela manutenção ou expansão da produção oriunda do aumento da demanda agregada do governo e das exportações. Entretanto estes benefícios foram pequenos frente ao destes três atores.

⁷⁸ Quando se fala em governo estadunidense, entende-se que o mesmo encontra-se por trás das diversas instituições multilaterais do âmbito do sistema de Bretton Woods, tais como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, etc.

⁷⁹ Na fase inicial da transnacionalização das empresas estadunidenses, a exportação para a matriz era pouco importante, pois no momento o objetivo destas empresas era contornar os entraves apresentados pela falta de divisas e pelas proteções instaladas sob consentimento dos Estados Unidos. Somente com o passar dos anos

Plano Marshall as empresas norte-americanas e o governo tentaram impedir que os países europeus em reconstrução entrassem no mercado de exploração e de refino do petróleo, visando desta forma obrigar os mesmos a adquirirem o insumo básico para as suas atividades industriais unicamente mediante pagamento em dólares⁸⁰. Este posicionamento que buscava proteger a elite central norte-americana pôde ser comprovado na questão do financiamento no âmbito do Plano Marshall de refinarias na Europa. Como foi percebido pelos coordenadores do processo de reconstrução, uma diminuição dos preços do petróleo, ou mesmo o refino deste petróleo dentro da Europa diminuiria a necessidade destes países de dólares, diminuindo assim suas restrições externas. Mas isto iria contra os interesses americanos de liderarem, com sua moeda, o bloco capitalista. Desta forma, como aponta Barry Machado:

Havia muito tempo que os administradores do Plano Marshall perceberam que se a Europa Ocidental reduzisse suas importações de petróleo, ela poderia reduzir o "dollar gap" sensivelmente, especialmente tendo em vista que o preço do petróleo mais do que dobrou, de US\$ 1,05 a US\$ 2,22 por barril, entre o final da guerra e a primavera de 1948. (...) A ECA compreendeu bem que outra forma de poupar dólares na Europa Ocidental, além de cercear o fluxo de petróleo, envolveria a ampliação da capacidade de refino da Europa, particularmente tendo em vista que os produtos refinados eram mais caros do que petróleo bruto. Esta foi a alternativa, no entanto, que Walter Levy e a ECA em Washington rejeitaram porque a mesma iria prejudicar ao mesmo tempo negócios no exterior das empresas petrolíferas americanas e os objetivos estratégicos norte-americanos. (...) No total, os US\$ 24.000.000 investidos em refinarias contrastavam com os US\$ 1.200.000.000 gastos em compras de petróleo produzido por empresas americanas. (Machado, 2007: 121. Tradução pessoal)

Os países centrais não tiveram opção a não ser aceitarem a dominação norte-americana deste mercado chave internacional, além de aceitarem a proeminência do dólar. Os mesmos aceitaram tais benefícios exclusivos⁸¹ dos Estados Unidos sem muita

60 é que as multinacionais começaram a formar redes, levando a um intenso comércio intra-firmas que aumentou o poder do dólar. (Fonte: Yeung, 1998: 2)

⁸⁰ Desta forma, tendo em vista o processo de reconstrução que era levado a cabo, estas empresas se comprometeram a fornecer um fluxo constante de petróleo a preços estáveis (mesmo que um pouco elevados).

⁸¹ O principal benefício não era a dominação do lucrativo mercado do petróleo, mas sim a centralidade do dólar. A capacidade de emitir a moeda chave do sistema internacional conferia ao país emissor o poder de fechar sua balança de pagamentos automaticamente. Ao contrário dos demais países que deviam fazer fila em bancos para obter financiamentos em dólares para suas atividades (ou então exportarem mais do que

contestação, uma vez que os seus interesses securitários domésticos e externos estavam sendo atendidos pelos estadunidenses⁸², assim como as suas economias estavam sendo reestruturadas pelos mesmos.

Entretanto, como será analisado na próxima seção, esta complacência começou a ser deixada de lado conforme as competições “inter-estatal” e “inter-empresas” começaram a ampliar-se⁸³. Este aumento da competição, por sua vez, foi causado principalmente pela crescente saturação do mercado, característica importante da fase de decadência do paradigma técnico-econômico.

3.2. Deterioração do Pacto Social Internacional e Doméstico e Criação do Padrão Dólar Flexível

O aumento da competição inter-estatal e inter-empresas oriundo da decadência do paradigma econômico baseado no petróleo começou a ameaçar os pactos sociais e o padrão monetário internacional que foram assentados sobre este insumo básico. Quanto ao primeiro aspecto da competição, a inter-estatal, a percepção dos aliados europeus de que pertenceriam de fato a uma aliança igualitária que atenderia aos interesses de um bloco capitalista supostamente unificado começou a se deteriorar profundamente com a Crise do Suez, de 1956. Neste ano, a Grã Bretanha e a França, com suas economias fortalecidas, tentaram uma investida militar contra o Egito, tentando reverter a nacionalização do Canal de Suez perpetrada pelo líder nacionalista Gamal Nasser. Esta agressão inseria-se no contexto de uma busca por uma maior influência no mercado de petróleo internacional (uma vez que o Canal de Suez era a principal rota de acesso desta commodity para a Europa ocidental) e no contexto de uma tentativa destes países retomarem o poder sobre suas antigas colônias e zonas de influência (o Egito, junto com o Irã, representava o principal bastião do poder inglês sobre o Oriente Médio). Estas duas políticas bateram de

importam), aos Estados Unidos bastava emitir moeda através do *Federal Reserve System*. Qualquer compra era automaticamente financiada no ato da compra, o que conferia às empresas e bancos americanos uma enorme vantagem para comprar insumos e empresas no exterior. Os ganhos de senhoriação foram expandidos em escala global.

⁸² Controle dos “comunistas” internos e externos.

⁸³ Terminologia utilizada por Giovanni Arrighi (1998)

frente com interesses vitais dos Estados Unidos e de suas elites, o que levou a uma ação norte-americana contrária aos seus aliados da OTAN⁸⁴.

As pressões políticas e econômicas⁸⁵ perpetradas pelos Estados Unidos acabaram, por demover os invasores de continuarem a guerra, o que representou o “rebaixamento” destes dois países a potências de segunda classe⁸⁶, ao mesmo tempo em que demarcava o fim da unidade capitalista na luta anticomunista (Kissinger, 1994: capítulo 21). A partir deste momento, o governo estadunidense percebeu que teria que lutar a Guerra Fria unilateralmente, carregando todos os custos desta luta. Esta nova estrutura operacional ficou clara na Guerra do Vietnã, quando o apoio dos antigos aliados foi muito pequeno se comparado com o apoio dado durante a Guerra da Coréia.

A deterioração das relações diplomáticas entre os Estados Unidos e seus parceiros centrais levaram a um crescente conflito inter-empresarial. O processo de *catch-up* realizado pelas empresas japonesas e européias fez com que gradativamente as mesmas passassem a competir com as empresas norte-americanas pelos mercados de bens produzidos em massa. Dentro do mercado cada vez mais saturado, as empresas buscavam realizar reformas organizacionais, ao mesmo tempo em que ‘transnacionalizavam’ a produção visando obter ganhos de escala e uma maior inserção externa. A partir destas necessidades, as empresas americanas passaram a liderar um processo de criação de redes transnacionais, onde cada unidade filial especializava-se em algum processo ou produto, o qual era repassado para as demais filiais. Esta inovação organizacional das corporações estadunidenses levou a uma explosão dos investimentos diretos das mesmas nos países desenvolvidos ao longo da década de 60 (Yeung, 1996).

Durante este período, apesar do superávit em Transações Correntes – necessários para manter a confiança no papel central do dólar – os Estados Unidos passaram a

⁸⁴ Pela primeira vez os Estados Unidos votariam nas Nações Unidas juntamente com a União Soviética contra seus aliados.

⁸⁵ A Guerra do Suez mostrou um dos mais clássicos exemplos de guerra financeira existente. Segundo Jeffrey Haymond (2008), os Estados Unidos moveram-se em duas frentes para forçar a saída da Grã Bretanha do conflito: através da ONU e através do FED. No âmbito do FED, o mesmo passou a vender discretamente libras esterlinas (como também o fez a União Soviética, acompanhando os norte-americanos) visando derrubar as reservas de ouro britânicas. Além disso, os Estados Unidos negaram à Grã Bretanha acesso às suas próprias reservas no FMI. Pressionados, os ingleses acabaram por aceitar um cessar fogo.

⁸⁶ Henry Kissinger (1994: 547) apontou que o símbolo último que demarcou este rebaixamento foi o pedido feito pela Inglaterra e pela França para que Israel os ajudasse na missão de tomar o canal.

apresentar um crescente déficit no Balanço de Pagamentos. Este déficit começou a expandir-se conforme havia uma expansão do investimento externo direto (Serrano, 2004). Esta deterioração do equilíbrio externo fez com que o ministro das finanças de Charles de Gaulle, Giscard d'Estaing, reclamasse em 1965 do “privilégio exorbitante” de emitir a moeda central que era concedido aos Estados Unidos (Gourinchas & Rey, 2005). O que estava por trás desta reclamação francesa era o fato de que estas vantagens estadunidenses (que com sua moeda valorizada e de emissão relativamente barata permitia que as empresas norte-americanas fossem “às compras” no mercado corporativo europeu) não estavam sendo compensadas por um ganho político proporcional para os aliados, ou seja, seus interesses não estavam sendo atendidos pela nação hegemônica como o eram anteriormente. Este problema é apontado por Kissinger em um memorando ao presidente Nixon em 1969:

“Devido à posição central do dólar americano no sistema monetário internacional, nós estamos abertos a acusações de imperialismo do dólar se for permitido ao capital americano entrar na Europa sem restrições – pelo menos enquanto nosso balanço de pagamentos estiver com um déficit elevado”⁸⁷”.

Estes desequilíbrios externos nos Estados Unidos começaram a se expandir conforme os mesmos se envolviam nos conflitos do Vietnã e na medida em que não conseguiam ter sucesso nas tentativas de dividir os encargos financeiros da manutenção de soldados em países aliados⁸⁸. A unilateralidade da luta americana contra o comunismo global começou a deteriorar as transações correntes deste país, assim como engendrou um aumento das pressões inflacionárias domésticas que “automaticamente eram exportadas” para os demais países⁸⁹. Os desequilíbrios externos crescentemente ameaçavam o papel do dólar como reserva mundial, uma vez que aumentavam o medo dos agentes internacionais de que os Estados Unidos iriam desvalorizar o dólar ou que os países começariam a demandar o ouro guardado pelo Tesouro americano. Visando conter estes afluxos de

⁸⁷ Tradução pessoal. Fonte: National Archives, Nixon Presidential Materials, NSC Files, Subject Files, Box 309, BOP

⁸⁸ Programas REDCOSTE (Reduction of Cost in Europe) do presidente Johnson e OPRED (Operation Reduction) do presidente Nixon, ambas tentativas de atacar os défices norte-americanos.

⁸⁹ O mecanismo de “exportação da inflação”, como explicado por Krugman & Obstfeld (2005, capítulo 19), fazia com que a expansão monetária dentro do país central em um sistema de câmbio fixo, além de provocar inflação domesticamente, provocasse inflação nos países periféricos.

dólares e aplacar a especulação, a administração de John Kennedy instituiu diversas medidas visando mostrar a boa vontade dos Estados Unidos quanto à sua posição externa⁹⁰.

Entretanto, seguindo a postura que fora adotada desde o início do século, os Estados Unidos não buscaram eliminar seus desequilíbrios externos (seja através de uma política deflacionária buscando aumentar os saldos em transação corrente ou através de uma desvalorização do dólar, o que ameaçaria a posição central desta moeda no sistema internacional), tendo em vista que isto seria uma demonstração de fraqueza da maior potência internacional. Desta forma, desconsiderando a decadente situação externa, o governo norte-americano passou a voltar suas atenções para a economia doméstica.

Domesticamente, a Idade Dourada do capitalismo americano começava a esgotar-se. O pacto social elaborado durante o governo de Franklin D. Roosevelt começava a desintegrar-se mediante o aumento dos conflitos distributivos (Serrano, 2004: 170). Uma nova geração de trabalhadores que crescera sob um ambiente econômico e político estável começou a ingressar no mercado de trabalho. Estes novos trabalhadores – não sujeitos aos ou representados pelos antigos acordos sindicais – aliados com os movimentos contestatórios negros e pacifistas, começaram a derrubar o “conformismo social” vigente até então, o qual vinha permitindo a expansão do pleno emprego através de políticas expansionistas do governo apoiadas pela burguesia. Este aumento dos conflitos distributivos levou a uma crescente pressão popular para que o governo ampliasse os seus gastos sociais (em oposição aos gastos junto ao complexo “militar-industrial-acadêmico”) a serem financiados por aumentos nos impostos sobre a propriedade. As pressões surtiram efeito, de forma que o ritmo de aumento dos salários dobrou em todos os países centrais entre 1968 e 1971, se comparados com as duas décadas anteriores⁹¹.

Seguindo os manuais indicados pelos órgãos multilaterais para direcionar uma política de reajuste macroeconômico, num momento de expansão inflacionária o governo deveria aumentar os juros visando aumentar o desemprego, diminuindo o consumo e restabelecendo as margens de lucros. Entretanto, esta não foi a política de Richard Nixon.

⁹⁰ Entre estas medidas se encontra a instauração do *Interest Equalization Tax*, que visava impor limites à exportação de capitais por bancos e empresas americanas (principalmente exportações visando investimentos de portfólio no exterior). Esta legislação que buscava incentivar as empresas americanas a se capitalizarem nos mercados financeiros estrangeiros, acabou por criar o mercado de eurodólares em Londres, um circuito em dólar offshore, fugindo de diversos controles do governo federal norte-americano.

⁹¹ Antes mesmo dos aumentos nos preços das commodities, que ocorrem entre 1972 e 1973.

Seguindo as políticas keynesianas que deram resultados para aplacar os conflitos sociais durante a década de 30, o presidente continuou lutando contra o desemprego e adotando políticas expansionistas, sendo algumas destas políticas fiscais herdadas do governo Johnson (“Grande Sociedade” e “Guerra Contra a Pobreza”). A política monetária expansionista adotada visava incentivar o setor da construção e o consumo de bens duráveis, setores líderes na expansão produtiva. A inflação americana começou a crescer mais do que nos demais países, deteriorando a competitividade doméstica e aumentando a pressão pela desvalorização do dólar.

Conforme o fim dos anos 60 se aproximava, a situação externa norte-americana ficava cada vez pior. Após vendas maciças de ouro pelo *Federal Reserve* e por outros bancos europeus, o Banco da Inglaterra fechou o mercado de ouro em 1968⁹². Dois dias depois do ataque contra a libra, os bancos centrais instituíram o mercado duplo de ouro, com uma parte privada (onde os atores privados poderiam negociar livremente às taxas que quisessem) e outra oficial (para transações entre bancos centrais, onde a taxa continuava fixada em US\$ 35,00). Este arranjo abalou um dos objetivos principais do Sistema de Bretton Woods: limitar a inflação ao limitar o preço do ouro em dólares, o que incentivava todos os países a adotarem uma política monetária parelha (Krugman & Obstfeld, 2005: capítulo 18).

O projeto do sistema monetário ouro-dólar, assim como o sistema ouro-dólar-libra, baseava-se na premissa de que todos os países expandiriam suas ofertas monetárias ao mesmo ritmo, o que permitiria uma expansão da moeda suficiente para atender às necessidades da economia global em expansão. Entretanto, as capacidades e as necessidades dos países eram ímpares, o que fazia com que suas políticas fossem igualmente ímpares⁹³. Neste contexto, as obrigações internas e externas estadunidenses impunham a necessidade do mesmo adotar uma política monetária mais expansionista do

⁹² Os especuladores queriam comprar ouro esperando uma desvalorização do dólar e da libra, transferindo este ouro para a Alemanha e para o Japão.

⁹³ Conforme o dólar se expandia mais rapidamente do que as demais moedas, o dólar ficava mais “leve” do que as outras moedas, que tendiam mais para um padrão ouro puro (vide a França, com enormes reservas de ouro). Esta questão estrutural fez com que gradativamente o dólar fosse ficando supervalorizado frente ao ouro e às moedas de seus parceiros desenvolvidos. O resultado foi um crescente déficit no balanço de pagamentos que foram gradativamente se expandindo a partir do final da década de 50. Fonte: Rothbard, 2002: 487.

que a de seus parceiros. Ao mesmo tempo, sua capacidade de suportar tais aumentos sem uma aceleração muito grande da inflação era relativamente alta, tendo em vista o baixo grau de contestação social vigente neste país. Entretanto, esta situação começou a deteriorar-se tanto externamente quanto internamente, com países possuidores de bases monetárias mais sólidas crescentemente ameaçando os Estados Unidos de que converteriam seus saldos em dólares por ouro, enquanto que internamente os trabalhadores passaram a internalizar as expectativas inflacionárias em suas negociações salariais, o que criou o fenômeno da estagflação em 1970 (crescimento do desemprego ao mesmo tempo em que ocorre aumento dos preços).

Apesar desta recessão econômica em 1970, as condições externas não melhoraram, o que levou a um aumento da especulação de que os Estados Unidos desvalorizariam sua moeda visando aumentar o nível de emprego. Quando a corrida contra o dólar se acelerou em agosto de 1971, Richard Nixon declarou a inconvertibilidade da moeda americana, estabelecendo uma taxa de importações de países que não valorizassem as suas moedas contra o dólar. Tal política levou à assinatura do *Smithsonian Agreement*, que coordenou a valorização das moedas dos principais países mundiais em 8%, ao mesmo tempo em que eliminou a taxa de 10% sobre as importações.

Apesar deste reajuste cambial, os especuladores continuaram a acreditar que os norte-americanos desvalorizariam sua moeda novamente, o que levou a uma crescente venda de dólares que inundou os mercados de países como a Alemanha e o Japão. A incapacidade de esses dois países continuarem comprando as divisas em excesso levou à adoção de um feriado de 18 dias no mercado cambial em 1973. Quando o mercado foi reaberto, as moedas começaram a flutuar sem receberem intervenções dos governos (Krugman & Obstfeld, 2005: capítulo 18). Era o fim do padrão ouro-dólar fixo, e o início do **padrão dólar flexível** (Serrano, 2002).

A virada dos anos 60 para os anos 70 é simbólica na determinação do fim do pacto social norte-americano. Os três pilares que sustentaram tal pacto em âmbito doméstico e internacional – (1) indústria ligada ao petróleo promovendo o crescimento da produção interna e externa; (2) governo garantindo a coesão social interna e externa; (3) padrão ouro-dólar provendo a estabilidade e o crescimento internacional - começam a se deteriorar. No setor do petróleo, pela primeira vez na história a produção petrolífera doméstica dos

Estados Unidos entrou em uma tendência de queda, como pode ser visto no Gráfico 4. A produção doméstica era vital para o governo estadunidense, seja pela questão da segurança energética seja pela importância desta indústria dentro dos Estados Unidos (importância muito maior para a elite que surgiu dos “espólios” do império dos Rockefeller, no início do século XX). Mesmo internacionalmente, a situação das grandes petrolíferas era cada vez pior, com a crescente nacionalização das reservas eliminando a participação destas empresas na “fase baixa produtiva”⁹⁴. Estes anos marcam portanto o início da fase de exploração do “petróleo pesado”, onde os custos de expansão da infra-estrutura petrolífera aumentam cada vez mais, sendo necessário controlar o fornecimento em locais de difícil acesso (Badalian & Krivorotov, 2006). Ao mesmo tempo, a indústria automobilística doméstica, símbolo da quarta onda técnico-econômica, apresentou ao longo dos anos 60 uma tendência de redução no crescimento dos seus lucros, que só se recuperariam na década seguinte (vide gráfico 5).

No âmbito governamental, os conflitos sociais internos e externos se ampliavam, havendo o aumento das pressões pelo fim da Guerra do Vietnã, pela recuperação do equilíbrio externo e por maiores investimentos na área social. Esta fraqueza do Estado norte-americano aumentava a desconfiança dos aliados quanto à capacidade do mesmo vencer a Guerra Fria assim como na capacidade do mesmo de continuar liderando a economia global. Finalmente, no setor financeiro, a deterioração das contas governamentais e a expansão das empresas transnacionais para a Europa ameaçavam cada vez mais o papel do dólar como moeda central do sistema internacional, o que ameaçava, conseqüentemente, os ganhos de senhoriagem do *Federal Reserve System* e a capacidade do governo americano de financiar constantemente seus défices fiscais e externos.

Desta forma, quando os Estados Unidos forçaram o mundo a entrar num padrão monetário internacional flexível, muitos países começaram a procurar alternativas ao dólar. A concepção de que uma moeda fora de tempos de crise pudesse vir a ser lastreada por ativos intangíveis tais como a “confiança no governo americano” não era aceita pelos principais países capitalistas. O papel do dólar como moeda central do sistema monetário

⁹⁴ A fase baixa seria aquela da prospecção e da extração do petróleo. A fase alta diria respeito ao transporte, refino e comercialização do petróleo, fase que continuou sendo dominada pelas “majors”. Fonte: Ayoub, 1994.

internacional estava ameaçado, e com isso, a capacidade dos norte-americanos manterem a liderança capitalista na luta da Guerra Fria. Tornava-se imperativo, portanto, enquadrar os descontentes (tanto externos quanto domésticos) com o novo papel da economia americana no sistema internacional.

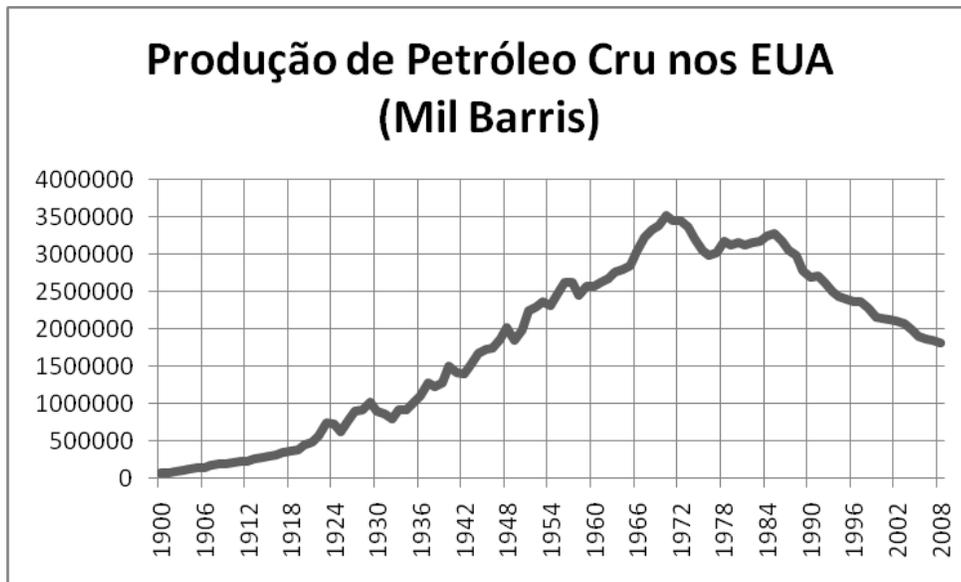


Gráfico 4 – Elaboração do autor a partir de dados da *US Energy Information Administration*.

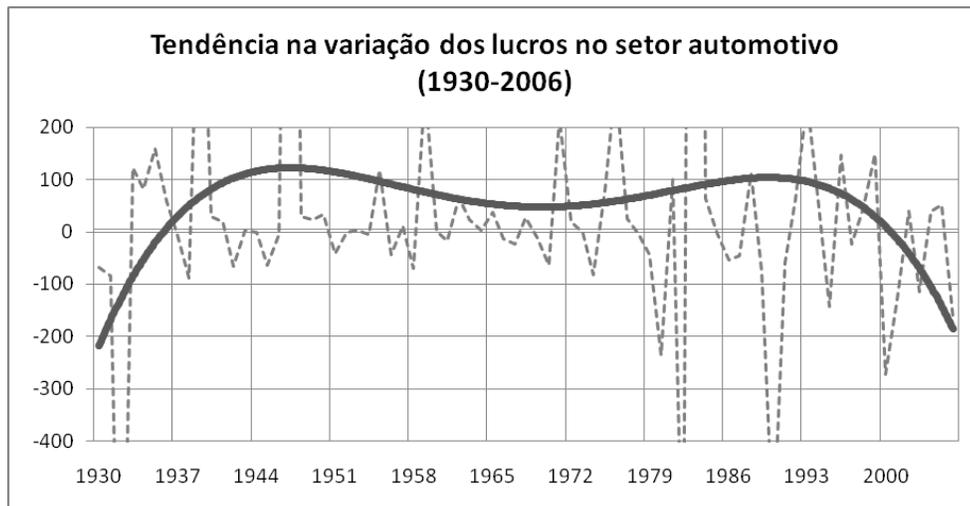


Gráfico 5 – Elaboração do autor a partir de dados do *Bureau of Economic Analysis*. As linhas pontilhadas representam a variação nos lucros em relação aos respectivos anos anteriores (em %), enquanto que a linha contínua representa uma tendência polinomial de ordem 4 destas variações.

3.3. Reação Conservadora e Enquadramento dos Descontentes

A diminuição do poder econômico e político das classes dominantes ligadas ao petróleo e às finanças internacionais, e o aumento das contestações sociais domésticas e estrangeiras à dominação desta elite marcam o fim do pacto social instaurado pelo *New Deal*. Neste contexto, esta seção busca demonstrar como começou a ser engendrado um novo pacto transnacional de elites, que buscava retornar o poder para as classes mais altas, aos moldes do que foi feito na transição do século XIX para o século XX⁹⁵.

O primeiro passo desta reação conservadora se deu em âmbito internacional, e buscou enquadrar os aliados descontentes ao mesmo tempo em que tentava recuperar a lucratividade dos setores petrolíferos. O símbolo desta reação das elites foi a nova política de segurança energética adotada, que buscava garantir um nível mínimo de independência frente ao mercado externo ao mesmo tempo em que visava garantir a segurança dos fluxos externos de petróleo. Dizendo em outras palavras, a nova política buscava estabelecer um piso mínimo no preço desta commodity de forma que a exploração doméstica se mantivesse lucrativa, ao mesmo tempo em que dava o aval para o governo pressionar os demais países produtores para manterem os preços neste nível⁹⁶.

Tendo em vista este novo marco institucional, o choque do petróleo de 1973 fortaleceu o projeto destas elites: ao aumentar o preço do petróleo dolarizado, o choque fez com que os países aliados desenvolvidos (economicamente mais abertos do que os Estados Unidos) passassem novamente a demandar uma quantia maior de dólares, o que sustentou por mais alguns anos a manutenção do dólar como moeda central do sistema monetária internacional (Mundell, 1997: 5). Quanto à indústria petrolífera americana, o aumento do preço internacional permitiu um incremento da lucratividade interna (vide Gráfico 6) além de aumentar o valor pelo qual as empresas americanas podiam vender os produtos refinados no mercado internacional. Estes enormes ganhos auferidos pela elite econômico-financeira norte-americana foram repassados também para o Estado, que conseguiu ampliar sua liberdade macroeconômica, facilitando anos mais tarde a arrancada final na Guerra Fria

⁹⁵ Constantes conflitos entre a elite financeira nova-iorquina contra os interesses dos pequenos proprietários rurais.

⁹⁶ Estas pressões viriam na forma de intervenções do governo no nível de estoques norte-americanos, relações preferenciais com aliados, e ameaça militar. (Fonte: Ayoub, 1994: 56)

contra a União Soviética (projeto Guerra nas Estrelas de Reagan). É interessante ressaltar que este pacto transnacional envolveu a aliança entre os banqueiros de Nova Iorque, as indústrias petrolíferas e países exportadores de petróleo⁹⁷, o que permitiu um círculo virtuoso onde o governo norte-americano fornecia a proteção militar em troca da manutenção do patamar dos preços nos 18 dólares por barril⁹⁸, ao mesmo tempo em que estes petrodólares eram reciclados nos próprios mercados financeiros dolarizados, o que sustentava a centralidade do padrão dólar.



Gráfico 6 – Fonte: elaboração do autor a partir de dados do *Bureau of Economic Analysis*.

Não obstante esse fôlego dado ao dólar como moeda central e às indústrias petrolíferas domésticas, os conflitos domésticos e externos não cessaram. Internamente, apesar das políticas sociais do governo Nixon, os aumentos nos preços das commodities levaram a uma crescente deterioração dos rendimentos reais dos trabalhadores, o que ampliava a pressão por salários maiores, levando a um incremento das pressões inflacionárias. No âmbito externo, os países começavam a ser assolados pelo aumento dos preços, o que era atribuído em grande parte ao fim do padrão ouro. Frente a isto, diversos governos começaram a pressionar os norte-americanos para que os mesmos negociassem a

⁹⁷ A Arábia Saudita era central neste sistema, pois além de deter as maiores reservas tinha uma aliança estratégica de longa data com os Estados Unidos. Apesar desta centralidade saudita no pacto, os ganhos se expandiram para outros aliados, como a Grã Bretanha, que nesta época começava a explorar o caro petróleo do Mar do Norte, e necessitava de um petróleo mais caro para viabilizar o projeto.

⁹⁸ Em dólares de 1991, valor definido pela política de segurança energética norte-americana, segundo Ayoub 1994: 54.

criação de um novo sistema monetário internacional, onde o dólar fosse deixado de lado e uma nova moeda internacional fosse criada visando fixar as moedas de todos os países⁹⁹. Pressionados tanto domesticamente quanto internacionalmente, a elite financeira e petroleira norte-americana lançou o último golpe que buscava enquadrar definitivamente os “aliados” e os trabalhadores descontentes: o choque de 1979.

A ascensão de Paul Volcker ao posto de presidente do *Federal Reserve System*, durante o governo democrata de Jimmy Carter, marca a consolidação da guinada conservadora nos Estados Unidos. Não conseguindo obter uma maior cooperação dos aliados desenvolvidos, que insistiam na reformulação da arquitetura financeira internacional, o FED aumentou os juros em nove pontos percentuais, inaugurando um período de juros elevados e de valorização do dólar que perdurariam até 1985. Esta explosão dos juros tornou o mercado financeiro americano extremamente atrativo para os capitais financeiros, levando os demais países a aceitarem a centralidade do dólar, uma vez que temiam uma brusca desvalorização de suas moedas que poderia levar a uma grande pressão inflacionária (Serrano, 2004).

A explicação dada oficialmente para tal política contracionista foi a necessidade de dar-se um choque contra a inflação doméstica e internacional, buscando desta feita gerar uma recessão que diminuiria a demanda por commodities, levando a uma queda nos seus preços. Saindo desta explicação oficial dada pelo FED, outro motivo seria o temor de que um dólar em processo de desvalorização levasse a uma queda na confiança sobre esta moeda e consecutivamente ao fim prematuro do padrão dólar flexível. Nesse sentido, o aumento dos juros “traria ouro da lua” para os Estados Unidos. Finalmente, a terceira motivação para tal choque se encontra nas crescentes restrições impostas à elite financeira e produtiva pelo pacto social vigente desde a década de 30. Seguindo esta causa, um dos motivos centrais da política monetária restritiva teria sido a bem-sucedida tentativa do governo de quebrar o poder dos sindicatos através do aumento do desemprego (Kalecki, 1943; Serrano, 2004). Corroborando com esta última explicação, a ascensão do governo republicano de Ronald Reagan em 1981 foi caracterizada por um forte ataque aos

⁹⁹ Paralelamente a estas discussões, os países europeus procuravam soluções para isolar suas economias do instável dólar. “O enfraquecimento do dólar foi a razão pela qual Helmut Schmidt e Giscard d’Estaing se reuniram em Bremen em 1978 e concordaram em criar o Sistema Monetário Europeu. (Tradução pessoal. Mundell, 1997: 8)

sindicatos, pela eliminação das políticas de renda de Nixon e pelo processo de desregulamentação industrial, o qual acabou permitindo uma nova onda de fusões entre as empresas. Estas reestruturações corporativas acabaram por rasgar diversos contratos trabalhistas, aumentando o desemprego e diminuindo o poder de barganha dos sindicatos.

Aproveitando-se das inovações tecnológicas que surgiam com o novo paradigma técnico-econômico (a “era da informação e das telecomunicações”) e da crescente valorização do dólar, as empresas tradicionais começaram a expandir suas redes transnacionais em um ritmo muito acelerado, levando os seus setores intensivos em mão de obra para países subdesenvolvidos. O dólar valorizado passou a ser do interesse destas elites, uma vez que tornava as importações americanas mais baratas (diminuindo a inflação), ao mesmo tempo em que tornava os ativos estadunidenses (empresas) caros para os investidores externos, evitando desta forma o uso destes dólares abundantes na incorporação de empresas americanas por empresas estrangeiras¹⁰⁰.

Com a produtividade crescendo mais do que os salários e o aumento da margem bruta de lucro compensando o aumento dos juros, a margem de lucro líquida das empresas expandiu-se para níveis superiores aos da década de 60, mesmo tendo havido um aumento da competição devido à desregulamentação (Serrano, 2004). Quanto aos salários reais, houve uma deterioração dos mesmos apesar da queda nos preços das commodities. Estas mudanças setoriais da economia estadunidense ficam claras ao ser analisado o gráfico do anexo 1, no qual é visível o processo de decadência dos lucros industriais em prol dos lucros externos e de serviços. Estes lucros são oriundos principalmente da transnacionalização do capital (setor externo), que mantém as atividades mais lucrativas, tais como a P&D e o marketing (serviços), no país da matriz. Esta recuperação dos lucros em setores tradicionais como o automobilístico pode ser percebido novamente no gráfico 5. Desta feita,

se a produção dissemina-se pelo globo, os centros decisórios e, portanto, os centros de poder que determinam os padrões tecnológicos, financeiros e mercadológicos, permanecem fortemente concentrados nos países centrais. Tal fato torna-se ainda mais relevante quando se leva em conta que os avanços tecnológicos associados às revoluções na microeletrônica e biotecnologia estão criando as formas de produzir do futuro, os novos produtos, setores e demandas

¹⁰⁰ Para fortalecer este objetivo, diversas legislações foram criadas visando evitar estas fusões indesejadas.

sociais e, ao mesmo tempo, viabilizando a crescente integração da economia internacional. (Cunha et. al., 2007: 245)

A expansão para os países subdesenvolvidos não se deu desordenadamente. Pelo contrário. Esta transnacionalização tomou a forma de uma “marcha para o leste”, figurada na formação de uma parceria entre Robert Noyce (o “novo Rockefeller”, ou o símbolo da elite emergente do Vale do Silício) e o empresariado japonês. Esta aliança retratada por Leslie Berlin (2005: 117) representou a mudança do eixo dinâmico do capitalismo global do Atlântico norte para o Pacífico. Esta aliança criou as condições para o Japão expandir seu modelo de transnacionalização dos “gansos voadores” inicialmente para os NIC’s e posteriormente para o restante da Ásia (Arrighi, 1997). Esta expansão da industrialização para os países asiáticos representou uma divisão do mundo entre a produção e o conhecimento/serviços.

É importante ressaltar que as inovações tecnológicas não se restringiram ao setor produtivo, pelo contrário, foram muito mais usadas intensivamente pelo setor financeiro. Segundo o modelo teórico de Carlota Perez, o sistema financeiro é um dos primeiros a adotar as novas tecnologias de um novo paradigma técnico-econômico, visando aumentar a fluidez, a velocidade e a segurança de seus serviços e capitais. Estas inovações na transmissão de dados, aliadas com uma crescente desregulamentação do setor financeiro, levaram a uma grande revolução no sistema financeiro internacional: a revolução dos derivativos¹⁰¹. A ampliação e o aprofundamento do mercado financeiro norte-americano seriam, para alguns autores (Cintra, 2000), grandes responsáveis pela consolidação do padrão dólar flexível, uma vez que teria tornado este mercado o porto seguro para os capitais internacionais¹⁰². Tal ampliação da liquidez do mercado do dólar foi amplificada pelo crescente aumento da desregulamentação no setor bancário.

A desregulamentação do sistema financeiro estadunidense poderia ser demarcada pelo *Depository Institutions Deregulation and Monetary Control Act* (1980), o qual extinguiu a *Regulation Q*, legislação da década de 30 que regulamentava os tetos sobre as taxas de juros dos depósitos das instituições depositárias (Gilbert, 1986). A partir desta

¹⁰¹ Cintra & Cagnin (2007a, 2007b); Cintra (2000); Markham (2002); Chancellor (1999); Persaud (2002, 2008)

¹⁰² A consideração de que as inovações do setor financeiro são a âncora do sistema monetário internacional é de ordem tática. Estratégica neste sistema seria a evolução da base tecnológica.

desregulamentação, a função de crédito, investimento e poupança passou dos bancos de depósitos (bancos comerciais, instituições de poupança, etc.) para os investidores institucionais (fundos de pensão, companhias de seguro e outras instituições de investimento coletivo), o que gerou um aumento da securitização da dívida e, conseqüentemente, à explosão no valor dos ativos (vide gráfico 7). Este processo de mudança para o mercado mobiliário de capitais aumentou a eficiência do sistema ao mesmo tempo em que ampliou as instabilidades (Cintra & Cagnin, 2007a).

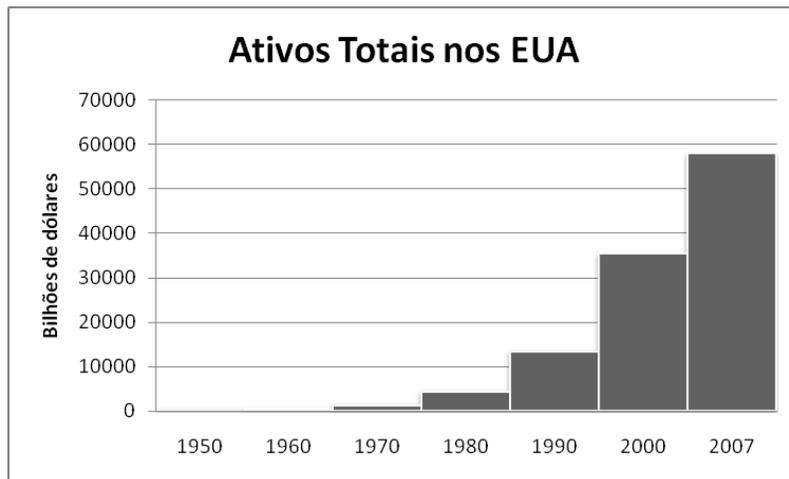


Gráfico 7 – Fonte: elaboração do autor a partir de dados de Cintra & Cagnin (2007^a: 301)

Paralelamente a este processo de ampliação do mercado de capitais, a concentração de renda dentro dos Estados Unidos fez com que começasse a haver um crescente endividamento dos agentes econômicos. O setor mais afetado por este aumento da dívida foi o das “famílias” (como mostra o Gráfico 8), uma vez que seu consumo passou a ser financiado por diversos instrumentos financeiros (cartões de crédito, hipotecas, etc.). Este maior endividamento das famílias só comprova a maior concentração de renda no país, característica de fases de expansão econômica não institucionalizada e não regulamentada pelas autoridades.

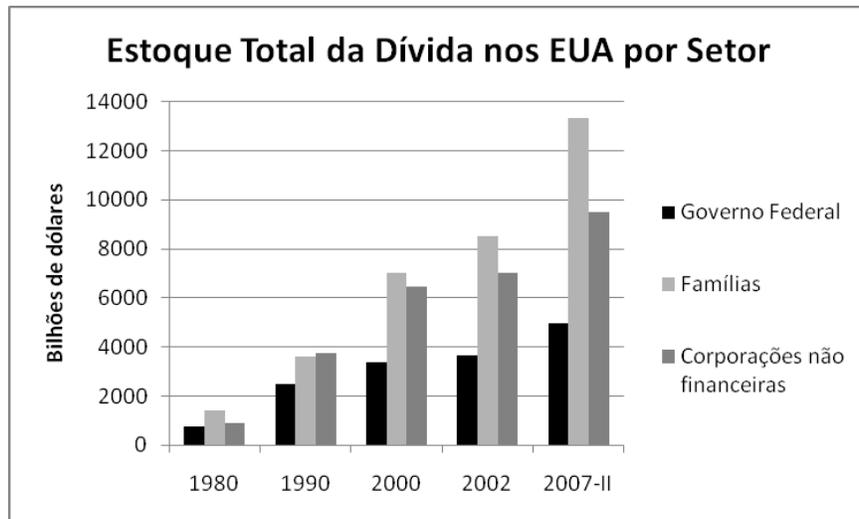


Gráfico 8 - Fonte: elaboração do autor baseado em dados de Cintra & Cagnin (2007b: 27)

Neste contexto, as inovações financeiras da década de 80 marcam o início do crescimento econômico orientado pelos ciclos de valorização dos ativos financeiros, ou a consolidação de uma “*financial led economy*” (Cintra & Cagnin, 2007b). Este novo modelo de desenvolvimento, que orienta os atores através do efeito riqueza¹⁰³, passou a se espalhar pelo mundo conforme a liberalização dos fluxos de capitais e as desregulamentações em países desenvolvidos e em desenvolvimento se ampliavam. Como no início do século XX, os principais protagonistas e beneficiários desta desregulamentação dos mercados financeiros “são, na verdade, os grandes bancos de investimento, os fundos mútuos e a tesouraria das empresas¹⁰⁴ que decidem ampliar a participação da riqueza financeira em seus portfólios. Dotados de forte influência sobre a ‘opinião dos mercados’, eles podem manter, exacerbar ou inverter tendências. Só não podem defender seus portfólios depois de um período de forte alavancagem e má precificação do risco” (Belluzzo *apud* Cintra & Cagnin 2007a: 327-8). Como a Casa dos Morgan décadas antes, estes detentores do capital financeiro passam a criar ativos “fictícios” que, ao diluírem os demais ativos existentes no mercado, podem transformar-se em ativos reais, através de incorporações, fusões, compra de commodities, etc.

¹⁰³ Indivíduos conseguiriam aumentar os seus consumos enquanto seus ativos se valorizassem, etc.

¹⁰⁴ Grandes empresas que com as desregulamentações dos anos 70 e 80 passaram a ter enormes lucros disponíveis para realizar investimentos no setor mobiliário.

A transnacionalização do capital produtivo para países em desenvolvimento e a liberalização dos mercados para o movimento de capitais financeiros formam o pacto transnacional de elites que sustenta o padrão dólar flexível. São os dois lados da mesma moeda. É um pacto de elites porque os ganhos não são socializados, concentrando-se no topo da pirâmide social norte-americana¹⁰⁵, e é transnacional porque envolve um pacto entre elites americanas e elites financeiras e burocráticas estrangeiras. Na esfera produtiva, a expansão de grandes corporações estadunidenses para países subdesenvolvidos marca um pacto onde as elites locais (sejam econômicas ou burocráticas, como na China) aceitam fornecer mão de obra barata em troca de investimentos diretos e tecnologia. Este ganho sinérgico sustentaria o padrão dólar através da estrutura que ficou conhecida como “Bretton Woods II”, onde as divisas recebidas por países com um forte *drive* exportador seriam direcionadas para o mercado de títulos do governo norte-americano visando manter as suas moedas desvalorizadas ou protegerem-se de choques externos (Dooley et. al., 2004; 2005; 2009). No segundo pacto, relacionado com o primeiro, a expansão do mercado financeiro dolarizado fez com que os bancos centrais e os bancos de grande parte dos países ficassem em algum nível expostos à volatilidade do dólar, de forma que não interessaria aos mesmos que o mesmo colapsasse.

A absorção destes países e instituições privadas pelas redes do dólar deu-se através de diversos processos, mas que se resumem à centralidade técnico-econômica dos Estados Unidos e de suas empresas¹⁰⁶: (1) a maior parte do comércio internacional é realizado no âmbito intra-firmas, sendo que grande parte destas multinacionais são americanas, negociando portanto em dólares (Serrano, 2004); (2) as principais commodities no mundo (principalmente o petróleo) são cotadas em dólares; (3) apesar dos passivos estadunidenses no exterior superarem em muito os ativos, os rendimentos dos ativos no exterior são maiores, de forma que o resto do mundo é um devedor líquido dos norte-americanos,

¹⁰⁵ O Gráfico 9 demonstra bem o que vem sendo desenvolvido neste trabalho: uma grande concentração de renda durante o primeiro pacto de elites do século XX transforma-se numa maior distribuição com o pacto social do *New Deal*. Finalmente, a desregulamentação das décadas de 70 e de 80 levam a um novo pacto de elites que concentra a renda nacional.

¹⁰⁶ Mesmo estando a defender o quarto paradigma técnico-econômico baseado no petróleo, os Estados Unidos são líderes na pesquisa e desenvolvimento de tecnologias da quinta onda, ou da era da informação e das telecomunicações, além de serem os maiores investidores em novas tecnologias, como a nano e a biotecnologia.

precisando portanto de dólares para pagarem suas dívidas (Gourinchas & Rey, 2005); (4) como o mercado financeiro dos Estados Unidos é muito líquido e profundo, os agentes internacionais demandariam muito os ativos em dólares visando manter a reserva de valor. Se estes agentes passassem a vender seus ativos em dólares, a moeda destes países se apreciaria, levando a uma perda de competitividade e a uma redução do patrimônio para os detentores da dívida dos EUA.

Excetuando-se a dolarização do preço das commodities – que contém um forte caráter inercial, além de ser sustentada pelo poder político-militar americano –, os demais fatores citados acima para explicar a centralidade do dólar pós 1971 têm suas raízes em uma mudança mais profunda: a transição dos paradigmas técnico-produtivos para os “paradigmas técnico-cognitivos”. A “era da informação e da telecomunicação” instaurou um sistema onde o conhecimento tornou-se uma mercadoria “de fato” e de maior valor agregado, transformando a produção em uma fase secundária no desenvolvimento do produto. A alta mutabilidade dos novos produtos torna rapidamente obsoleta uma fábrica que não consiga atualizar os mesmos. Tal mudança nos preços relativos dentro do núcleo orgânico do capitalismo permitiu uma profunda desnacionalização do parque produtivo, simbolizada na marcha para o leste. Em âmbito macroeconômico, tal mudança de âmbito microeconômico fez com que surgisse um desequilíbrio estrutural nas contas externas estadunidenses: ao “contratar”¹⁰⁷ uma empresa no exterior para produzir o bem em si, mas mantendo os ramos de maior valor agregado internamente, os Estados Unidos dividiram o “custo” e o “lucro” através do globo. Enquanto que os custos mantêm-se dentro da fronteira (P&D, marketing, etc.) os ganhos entram na conta do país estrangeiro (exportação do produto acabado), causando um déficit crônico mesmo que os atores envolvidos sejam todos americanos. A globalização engendrada pela digitalização cria a necessidade de repensar o modelo de transnacionalização das empresas nacionais além de repensar a forma de organização dos Estados (formação de blocos que unificariam estas esferas industrial/serviços, tornando a contabilidade nacional obsoleta).

¹⁰⁷ Ao contrário de países como a Coreia do Sul que subcontratam, mantendo grande parte da produção no país, os Estados Unidos podem contratar diretamente todo o processo produtivo, uma vez que não tem balanço de pagamentos a estabilizar e controlar. Este modelo industrial norte-americano maximiza os lucros para as empresas, a custos de maiores desequilíbrios externos.



Gráfico 9 - Fonte: elaboração do autor a partir de dados de Piketty & Saez (2003)¹⁰⁸.

A intangibilidade do insumo central do atual paradigma técnico – i.e. o conhecimento – permitiu que diferentes países realizassem um processo de *catch-up* acelerado, acentuando a tendência de horizontalização político-econômica internacional no pós-Guerra Fria. Países com capacidade material e humana para investir pesadamente em pesquisa e desenvolvimento (P&D) tornam-se mais aptos para ingressar no núcleo orgânico do capitalismo. É interessante ressaltar que isto não exclui a necessidade de uma nação investir na indústria. Pelo contrário, o controle do P&D e da produção é essencial, pois ambos atuam de forma sinérgica, criando canais de retroalimentação que demonstram os caminhos a serem seguidos. O conhecimento autista não bastaria para alçar um país ao rol das nações desenvolvidas.

Conclusão

O padrão dólar flexível, como os diversos padrões monetários internacionais anteriores, surgiu como o resultado de uma dinâmica que apontava para o dólar como a

¹⁰⁸ Dados atualizados em agosto de 2009, pelo autor, no site <http://elsa.berkeley.edu/~saez/TabFig2007.xls> (acessado em 03/10/2009).

única moeda capaz de ser a moeda chave internacional. A pergunta que fica de todo este processo financeiro e econômico internacional é: até quando a moeda central será o dólar? As dinâmicas sócio-econômicas continuam apontando para o dólar como moeda central? Estes 12 anos de crises financeiras no mundo pós-Guerra Fria, que têm seu início em 1997, não representariam o colapso do pacto de elites e a emergência de um novo pacto social mundial centrado nas economias do Pacífico?

CONCLUSÃO

A abordagem schumpeteriana adotada neste trabalho pretendeu convalidar a hipótese de que são as inovações tecnológicas a base de todo e qualquer sistema monetário internacional, conferindo o substrato “material-econômico” a esta esfera “virtual-financeira”. A adoção do modelo de Carlota Perez visou sistematizar a demonstração da relação de causalidade proposta entre tecnologia da produção e sistema monetário internacional. A preocupação maior do trabalho foi a de agregar valor ao conhecimento científico. Essa pretensão justifica-se através de quatro pontos evidenciados ao longo do trabalho:

- I. A demonstração, já aludida nesta conclusão, de nexos entre o padrão monetário e a tecnologia da produção;
- II. Foi estabelecido um nexo entre o conhecimento (P&D) e o padrão monetário, concluindo-se que este é o lastro do atual padrão dólar flexível. Os Estados Unidos detêm em torno de um terço do P&D mundial¹⁰⁹, constatação que serve para responder a primeira pergunta da pesquisa, o que consiste em saber por que o dólar se mantém como centro do sistema monetário internacional;
- III. Apesar desta concentração do conhecimento junto aos Estados Unidos, pode-se constatar que há um nexo de longo prazo entre a horizontalização suscitada pelo atual paradigma técnico-econômico, a digitalização e o advento de um novo padrão monetário internacional. A digitalização, graças à formação de redes transnacionais produtivas, desnacionalizou a base industrial, estabelecendo formas de gestão transregionais, o que conduziu a um sistema societal de estratégias e de parcerias criado entre os Estados Unidos e a Ásia que, devido ao déficit externo estadunidense, exige uma governança compartilhada da própria base industrial (prefigurados nos acordos de Plaza). Ao mesmo tempo, há uma dependência recíproca de ativos financeiros (ações e títulos do Tesouro) como forma de alavancagem do sistema, estabelecido inicialmente entre os Estados Unidos e Japão e,

¹⁰⁹ Estatística para 2007. Fonte: *American Association for the Advancement of Science* (AAAS)

atualmente, entre os EUA e a China. A crescente simetria de capacidades entre os Estados Unidos e a Ásia traduz a horizontalização e, a dependência recíproca, constrange a um compartilhamento do processo decisório sobre o principal ativo: a moeda de câmbio internacional, o centro do sistema monetário internacional;

- IV. Ainda em caráter preliminar, mas de forma efetiva, estabeleceu-se uma relação entre o advento de um novo pacto social mundial (oriundo do meio curso do ciclo da digitalização) e o advento das condições sociais, políticas e econômicas para uma alteração controlada do padrão monetário internacional.

De modo geral constatou-se que as mudanças produtivas e financeiras introduzidas pela digitalização sugerem uma retificação dentro do modelo de Carlota Perez. Ao descentralizar a produção e concentrar o valor agregado em fases mais voltadas à elaboração e comercialização do produto, a produção do bem em si perde a importância frente aos enormes valores agregados na fase de desenvolvimento e comercialização do mesmo. Isto não quer dizer que tais fases do “upstream”¹¹⁰ do produto fossem irrelevantes no passado. Pelo contrário, elas eram importantes, só que eram menores frente aos custos envolvidos na criação de parques produtivos em si. Para efeitos de comparação, veja-se os custos envolvidos na criação de uma planta siderúrgica e na de uma fábrica de super-processadores¹¹¹. A mudança no modelo de Carlota Perez consiste em reconhecer a transição dos paradigmas técnico-produtivos para os paradigmas técnico-cognitivos. Em outras palavras, no predomínio do conhecimento (P&D) sobre a produção e seus custos.

Contudo, a ênfase no saber e na inovação não autoriza conclusões apressadas (comuns na década de 90) de que a produção industrial não é mais importante. Pelo contrário, há necessidade de endogenizar o centro de decisão econômica das tecnologias sensíveis e altamente mutáveis, como quesito da remuneração do P&D despendido. Este processo contraditório, onde os custos incidem sobre a pesquisa enquanto que o lucro recai sobre a comercialização final, contribui para a necessidade de haver uma crescente

¹¹⁰ Fase alta de um produto, ou as áreas de maior valor agregado, i.e. desenvolvimento, comercialização, etc.

¹¹¹ A diferença é marcante, vide os investimentos de US\$ 12 bilhões a serem realizados pela SAIL (Steel Authority of India) em uma nova planta produtora de aço na Índia, contra os US\$ 2,5 bilhões usados pela Intel para construir uma fábrica de super-processadores na China em 2007.

concentração da produção em termos regionais (blocos econômicos), o que, também, por esta via insinua a multipolaridade/horizontalização. Parte da agenda de reconstrução da arquitetura do sistema monetário internacional provavelmente implicará na substituição de contas nacionais por um sistema de contabilidade regional, referenciada nos blocos econômicos.

Desta feita, “o que sustenta o dólar como moeda de reserva internacional, se desde os anos 70 não há mais um lastro em ouro para esta moeda?” Como foi mostrado ao longo dos três capítulos, o sistema monetário internacional é sustentado pela moeda daquele país que detém o controle das tecnologias produtivas. O lastro encontra-se no controle do insumo central e de suas indústrias correlacionadas. Por conseguinte, a mudança tecnológica instaurada no início dos anos 70, ao transformar o insumo central em um bem intangível¹¹² (i.e. o conhecimento), traduziu-se igualmente numa imaterialidade do lastro do dólar. Por este percurso, torna-se forçoso concluir que foi a digitalização do sistema produtivo que assegurou a base do padrão dólar flexível como padrão monetário internacional durante estas décadas.

Entretanto, resta saber se “a ‘crise do *subprime*’ representa a derradeira crise do dólar?” Isto depende. Este trabalho buscou demonstrar como as cíclicas evoluções dos paradigmas técnico-econômicos afetaram o sistema monetário internacional através de uma variável intermediária: o pacto de elites¹¹³. Seguindo a lógica estabelecida ao longo dos capítulos, o padrão dólar flexível seria substituído no momento em que fosse gestado um novo pacto social em âmbito global. E tal pacto ocorreu? Analisando o eixo dinâmico do capitalismo global – o oceano Pacífico –, pode-se localizar as sementes do pacto social na crise asiática de 1997, com os governo da região crescentemente buscando promover a equidade social¹¹⁴. No outro lado do oceano, Barack Obama, em menos de um ano de mandato, aprovou a reforma da saúde, medida social inédita desde a época da “Grande Sociedade” de Lyndohn Johnson. Em âmbito global, o concerto bilateral entre Obama e Hu

¹¹² Por intangível não se quer dizer algo que não possa ser medido, mensurado e calculado. Apenas o que o termo diz, isto é, aquilo que não pode ser apalpado com a mão. Neste sentido específico, o conhecimento é intangível em relação a insumos (petróleo ou carvão) ou mercadorias (químicos, televisores, eletrônicos, etc.).

¹¹³ Seja em *strictu sensu* ou na forma de um pacto social.

¹¹⁴ Processo iniciado na Coreia do Sul em 1997, com o aumento do poder dos operários sobre os Chaebols, passando pelas reformas no Japão nos anos 2000 até chegar ao discurso da “sociedade harmoniosa” de Hu Jin Tao.

Jintao acerca da agenda ambiental serve como ilustração de que os Estados Unidos e a China inseriram-se dentro da agenda do pacto social mundial.

Em suma, vivemos em uma época onde pequenas mudanças trazem o potencial de grandes transformações. Como expressava, ainda no século XVIII, o juiz francês Alexis de Tocqueville:

... a experiência sugere que geralmente o momento mais perigoso para um mal governo é quando ele começa a reformar-se. Somente uma enorme genialidade pode salvar o príncipe que começa a conceder alívio para os seus servos após uma longa opressão. Os sofrimentos que são suportados pacientemente, como se fossem inevitáveis, tornam-se intoleráveis a partir do momento em que se vislumbra uma escapatória. A reforma serve somente, portanto, para revelar mais claramente o que ainda continua opressivo e crescentemente insustentável.
(Tocqueville, 1866: 259)

A crise imobiliária estadunidense colocou em marcha um processo de quebra da ordem internacional instaurada por Thatcher e por Reagan na década de 80. O novo pacto social que se vislumbra, cujos contornos iniciais recém começam a ser delineados, tem alcance para levar à consolidação da multipolaridade, permitindo a expansão do núcleo orgânico do capitalismo para diversas regiões. Tomadas em seu conjunto, o somatório das pequenas mudanças deverão ter como corolário o fim do padrão dólar flexível. Contudo, por hora, é pouco provável que o dólar deixe de ser a moeda central, tendo em vista o grau de dolarização deste eixo dinâmico do Pacífico.

Para futuras pesquisas resta compreender e prospectar o conteúdo e o sentido das mudanças postas em marcha com o colapso do pacto de elites do padrão dólar flexível. Espera-se que com este trabalho, principalmente com os quatro pontos sistematizados nesta conclusão, tenha-se contribuído com uma agenda de indicadores que possam orientar futuros trabalhos nesta direção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, André K. & MELO, Ricardo P. **Um breve histórico da teoria das "ondas longas" do capitalismo: Kondratieff, Mandel e Arrighi**. Campo Grande, UFMS, 2008.

AMIN, Samir. Geopolítica do Imperialismo Contemporâneo. Epílogo ao livro “**Guerra global, Resistencia mundial y Alternativas**” (2003) de Wim Dierckxsens e Carlos Tablada.

ALTMAN, Roger C. The Great Crash, 2008: A Geopolitical Setback for the West. **Foreign Affairs**, Jan/Feb 2009, Vol. 88, Issue 1.

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX**. Rio de Janeiro, Contraponto, 1996.

ARRIGHI, Giovanni. **A Ilusão do Desenvolvimento**. Petrópolis, Editora Vozes, 1998.

AYOUB, Antoine. Oil: Economics and Political. **Energy Studies Review**. Volume 6, issue 1, article 2, 1994.

BADALIAN, Lucy & KRIVOROTOV, Victor. Economic development as domestication of a geoclimatic zone: The historic East-West divide and the current trends towards its closure, **Journal of Innovation Economics**. 2009/1, N° 3, p. 13-48.

BADALIAN, Lucy & KRIVOROTOV, Victor. Applying Natural Sciences to Studying History: the Kondratieff-Wave as Lifecycle of a Resource-Dependent Infrastructure. Part III. **Santalka. Filosofija**. 2006, T. 14, Nr. 3. Pgs. 54-67.

BAYLIS, J. e SMITH, S. **The Globalization of World Politics**. Oxford, Oxford University Press, 3rd Edition, 2005.

BERLIN, Leslie. **The man behind the microchip**: Robert Noyce and the invention of Silicon Valley. Oxford/New York, Oxford University Press, 2005.

BERNANKE, Ben. "**Remarks by Governor Ben S. Bernanke: Money, Gold and the Great Depression**", At the H. Parker Willis Lecture in Economic Policy, Washington and Lee University, Lexington, Virginia. Março de 2004. Disponível em: <http://www.federalreserve.gov/boarddocs/speeches/2004/200403022/default.htm> (acessado em 16/10/2009)

- BERGSTEN, C. Fred. The Dollar and the Deficits. **Foreign Affairs**, Nov/Dec2009, Vol. 88, Issue 6
- BERNSTEIN, William J. **A Splendid Exchange**. How Trade Shaped the World. New York, Atlantic Monthly Press, 2008.
- BLOCK, F. **Los Orígenes del Desorden Económico Internacional**. México, Ed Fondo de Cultura Económica, 1980.
- BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de Política**. Volume 2. 11ª edição, Brasília, Editora da UnB, 1998.
- BRAUDEL, F. **La Dynamique du Capitalisme**. Paris, Champs Flammarion, 1985.
- CHANCELLOR, Edward. **Salve-se quem puder**. Uma história da especulação financeira. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.
- CHAUPRADE, Aymeric. **Géopolitique. Constantes et changements dans l'histoire**. Paris, Ellipses, 2003.
- CINTRA, M.A.M. & CAGNIN, R.F. Evolução da estrutura e da dinâmica das finanças norte-americanas. **Econômica**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 296-338, dezembro 2007.a
- CINTRA, M.A.M. & CAGNIN, R.F. Euforia e pessimismo. Os ciclos de ativos, crédito e investimento da economia americana após 1982. **Novos Estudos**. No. 79, novembro de 2007.b
- CINTRA, Marcos Antônio Macedo. A dinâmica do novo regime monetário-financeiro norte-americano: uma hipótese de interpretação. **Estudos Avançados** 14 (39), 2000.
- COHEN, Benjamin. The international monetary system: diffusion and ambiguity. **International Affairs** 84: 3, pgs. 455–470, 2008.
- COOPER, Richard. A Monetary System for the Future. **Foreign Affairs**. Volume 63, no. 1. Fall, 1984.
- COX, R. Social Forces, States and World Orders. Beyond International Relations Theory. In: LINKLATER, A. (ed.). **International Relations. Critical Concepts in Political Science**. Vol. IV. London, Routledge, 2000.
- CUNHA, A. & PRATES, D. & BIANCARELLI, A. Os desequilíbrios da economia internacional: uma análise crítica do debate recente. **Pesquisa & Debate**, SP, volume 18, número 2 (32) pp. 223-249, 2007.

DOOLEY, Michael & FOLKERTS-LANDAU, David & GARBER, Peter. **International Financial Stability: Asia, Interest Rates and the Dollar**. Deutsch Bank, 2005.

DOOLEY, Michael & FOLKERTS-LANDAU, David & GARBER, Peter. **The US Current Account Deficit and Economic Development: Collateral for a Total Return Swap**. Cambridge, Mass.: National Bureau of Economic Research, agosto de 2004 (NBER Working Paper No. 10727)

DOOLEY, Michael & FOLKERTS-LANDAU, David & GARBER, Peter. **Bretton Woods II Still Defines the International Monetary System**. Cambridge, Mass.: National Bureau of Economic Research, fevereiro de 2009 (NBER Working Paper No. 14731)

DORAN, Charles. Confronting the Principles of the Power Cycle. Changing Systems Structure, Expectations, and War. In: MIDLARSKY, Manus (org.). **Handbook on War Studies II**. Michigan, The University of Michigan Press, 2000.

EICHENGREEN, B. **Globalizing Capital**. Princeton, Princeton University Press, 1996.

FIORI, J.L. (org.). **O Poder Americano**. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 3ª edição, 2004.

FIORI, J.L. (org.). **Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações**. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1999.

FIORI, J.L. (org.). **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis, Editora Vozes, 1997.

FIORI, J.L., MEDEIROS, C., SERRANO, F. **O Mito do Colapso do Poder Americano**. Rio de Janeiro, Editora Record, 2008.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. Globalização e Crise do Estado Nacional. **RAE - Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 40, n. 2, Abr./Jun. 2000

FRIEDMAN, Milton & SCHWARTZ, Anna Jacobson. **A Monetary History of the United States 1867-1960**. Princeton, Princeton University Press, 1963.

GILBERT, R. Alton. **Requiem for Regulation Q: What It Did and Why It Passed Away**. Saint Louis Federal Reserve Publications. Fevereiro de 1986.

GOLDBERG, Linda & TILLE, Cédric. **Macroeconomic Interdependence and the International Role of the Dollar**. NBER Working Paper No. 13820. February 2008

GOLDSTEIN. Robert Justin. **Political Repression in Modern America**. From 1870 to 1976. Champaign, University of Illinois Press, 2001.

GOLDTHAU, Andreas & MARTIN WITTE, Jan. Back to the future or forward to the past? Strengthening markets and rules for effective global energy governance. **International Affairs**, 85: 2 (2009) 373–390

GOURINCHAS, Pierre-Olivier & REY, Hélène. **From World Banker to World Venture Capitalist**: US External Adjustment and the Exorbitant Privilege. NBER Working Paper 11563, agosto de 2005.

GRAFF, B. **US current account deficit: no reason to panic**. Deutsch Bank Research, 2007.

GRAY, H. Peter. **The Exhaustion of the Dollar. Its Implications for Global Prosperity**. New York, Palgrave Macmillan, 2004.

HAYMOND, Jeffrey E. Living in Interesting Times. The Economics of a Chinese Currency Attack. **Strategic Studies Quarterly**. Winter 2008.

HUDSON, Michael. **Super Imperialism**. The Origin and Fundamentals of U.S. World Dominance. Second Edition, London, Pluto Press, 2003.

HUNTINGTON, Samuel P. **A Terceira Onda**. A Democratiza  o no Final do Século XX. São Paulo, Editora   tica, 1994.

KALECKI, Michael. Political Aspects of Full Employment. **Political Quarterly**, 14/4, 1943, pp. 322-31

KEOHANE, Robert. **After Hegemony, Cooperation and Discord in the World Political Economy**. New Jersey, Princeton University Press, 1984.

KEOHANE, R. & NYE, J. **Power and Interdependence**. Third Edition, New Jersey, Ed. Longman, 2001.

KINDLEBERGER, Charles. **Manias, P  nicos e Crashes**. Uma História das Crises Financeiras. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1996

KISSINGER, Henry. **Diplomacy**. New York, Simon & Schuster, 1994.

KOBRIN, Stephen J. Sovereignty @ Bay: Globalization, Multinational Enterprise, and the International Political System. In RUGMAN, Alan & BREWER, Thomas (org.). **The Oxford Handbook of International Business**, Oxford, Oxford University Press, 2001.

KONDRATIEFF, Nikolai. The Long Waves in Economic Life. **The Review of Economics and Statistics**, Vol. 17, No. 6 (Nov., 1935), pp. 105-115

KRUGMAN, Paul & OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional. Teoria e Política.** São Paulo, Pearson Addison Wesley, 6ª edição, 2005.

KRUGMAN, Paul. WELLS, Robin. **Macroeconomics.** 2nd Ed., New York, Worth Publishers, 2009.

LAYNE, Cristopher. From Preponderance to Offshore Balancing. In: ART, Robert & WALTZ, Kenneth (org.). **The Use of Force. Military Power and International Politics.** Oxford, Rowman and Littlefield Publishers, Inc, 6th Edition, 2004.

LEUCHTENBURG, William E. **The Supreme Court Reborn. The Constitutional Revolution in the Age of Roosevelt.** Oxford, Oxford University Press, 1995.

LIPSEY, Robert E. & KRAVIS, Irving. **The Competitive and Comparative Advantage of U.S. Multinationals, 1957-1983.** NBER Working Papers Series, Working Paper No. 2051, october 1986.

LISS, Jodi. Making Monetary Mischief. Using Currency as a Weapon. **World Policy Journal.** P. 29-38. Winter 2007/08.

LOGEVALL, Fredrik & PRESTON, Andrew (Org.). **Nixon in the World. American Foreign Relations, 1969-1977.** New York, Oxford University Press, 2008.

LYNN KARL, Terry. Petróleo e pactos políticos: a transição para a democracia na Venezuela. in: O'DONNELL, Guillermo (org.). **Transições do Regime Autoritário. América Latina.** São Paulo, Vértice, 1988.

MACHADO, Barry. **In Search of a Usable Past: The Marshall Plan and Postwar Reconstruction Today.** Lexington, Virginia, George C. Marshall Foundation, 2007.

MANDEL, Ernest. **La teoría marxista de las crisis y la actual depresión económica.** Junho de 1983. Disponível em: http://www.ernestmandel.org/es/escritos/txt/la_teoría_marxista_de_las_crisis.htm (Acessado no dia 30/09/2009)

MARKHAM, Jerry W. **A Financial History of the United States.** New York, M.E. Sharpe, 2002. Vol. 2.

MARTINS, José Miguel Quedi. **Digitalização e Guerra Local:** fatores do equilíbrio internacional. 2008. Tese (Doutorado em Ciência Política) –UFRGS, Porto Alegre, 2008.

MATIAS, João Carlos & DEVEZAS, Tesseleno. **The Fifth Kondratieff Wave: the Fossil Fuels Apogee**. Covilhã, Universidade de Beira Interior, 2005.

McELVAINE, Robert. **The Depression and New Deal**. A History in Documents. New York, Oxford University Press, 2000.

McKINNON, Ronald I. The Rules of the Game: International Money in Historical Perspective. **Journal of Economic Literature**, Vol. 31, No. 1, pp. 1-44, Mar., 1993.

MEARSHEIMER, John. **The Tragedy of Great Power Politics**. New York: WW Norton, 2003.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. O desenvolvimento tecnológico Americano no pós-guerra como um empreendimento militar. In: FIORI, J.L. (org.). **O Poder Americano**. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 3ª edição, 2004.

MIDLARSKY, Manus (org.). **Handbook on War Studies II**. Michigan, The University of Michigan Press, 2000.

MIKESELL, Raymond & FURTH, J. Herbert. **Foreign Dollar Balances and the International Role of the Dollar**. New York, National Bureau of Economic Research, 1974.

MODELSKI, George. The Long Cycle of Global Politics and the Nation-State. In: LINKLATER, A. (ed.). **International Relations. Critical Concepts in Political Science**. Vol. IV. London, Routledge, 2000.

MOLLO , Maria de Lourdes Rollemberg. Valor e moeda em Marx: crítica da crítica. **Revista de Economia Política**, vol. 13, nº 3 (51), julho-setembro/1993.

MUNDELL, R. A. Capital Mobility and Stabilization Policy under Fixed and Flexible Exchange Rates. **The Canadian Journal of Economics and Political Science**, Vol. 29, No. 4, pgs. 475-485, novembro de 1963.

MUNDELL, Robert. **The International Monetary System in the 21st Century: Could Gold Make a Comeback?** Palestra apresentada no St. Vincent College, Letrobe, Pennsylvania, 12 de março, 1997.

NURI, Vladimir Z. **Fractional Reserve Banking as Economic Parasitism. A Scientific, Mathematical, & Historical Exposé, Critique, and Manifesto**. Disponível em <http://129.3.20.41/eps/mac/papers/0203/0203005.pdf> (acessado em 12/07/2009).

O'DONNELL, Guillermo et. al. (org.). **Transições do Regime Autoritário. América Latina.** São Paulo, Vértice, 1988.

PARK, Donghyun. **Capital Outflows, Sovereign Wealth Funds, and Domestic Financial Instability in Developing Asia.** ADB Economics Working Paper Series No. 129, october 2008.

PEREZ, Carlota. Structural Change and Assimilation of New Technologies in the Economic and Social Systems. **Futures**, Vol. 15, No. 5, 1983.

PEREZ, Carlota. **Technological Revolution and Financial Capital. The Dynamics of Bubbles and Golden Ages.** Cheltenham, Edward Elgar Publishing Limited, 2002.

PERSAUD, Avinash. **Where have all the risks gone.** Londres: Gresham College, 2002. Disponível em www.gresham.ac.uk (acessado em 16/09/2009).

PERSAUD, Avinash. **The inappropriateness of financial regulation.** Maio de 2008. Disponível em www.voxeu.org/index.php?q=node/1102 (acessado em 19/09/2009).

PIKETTY, Thomas & SAEZ, Emmanuel. Income Inequality in the United States, 1913-1998. **Quarterly Journal of Economics.** Vol. CXVIII, issue 1, February 2003.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: as origens de nossa época (1944).** Rio de Janeiro, Editora Campus, 2000.

RADOSH, Ronald & ROTHBARD, Murray (org.). **A New History of Leviathan. Essays on the Rise of the American Corporate State.** New York, E.P. Dutton & Co., Inc., 1972.

RANGEL, Ignácio. O Quarto Ciclo de Kondratiev. **Revista de Economia Política**, vol. 10, nº 4 (40), outubro-dezembro, 1990. Pgs. 30-43

RASLER, Karen & THOMPSON, William. Global War and the Political Economy of Structural Change. In: MIDLARSKY, Manus (org.). **Handbook on War Studies II.** Michigan, The University of Michigan Press, 2000.

RAWLS, John. **Uma Teoria da Justiça.** São Paulo, Martins Fontes, 1997.

RICHARDS, James G. Economic Security and National Security. Interaction and Synthesis. **Strategic Studies Quarterly**, vol. 3, nº 3, pgs. 8-49, Fall 2009.

ROTHBARD, Murray N. **A History of Money and Banking in the United States: the Colonial Era to World War II.** Auburn, Ludwig von Mises Institute, 2002.

SALVATORE, Dominick. The Euro, the Dollar, and the International Monetary System. **Journal of Policy Modeling**, V. 22(3):p. 407–415, 2000.

SANDRONI, Paulo. Dicionário de Economia do Século XXI. Rio de Janeiro, Editora Record, 2005.

SCHUMPETER, Joseph. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico**. Uma Investigação sobre Lucros, Capital, Juro e o Ciclo Econômico [1964]. São Paulo, Abril Cultural, 1982.

SERRANO, Franklin. A economia americana, o padrão dólar flexível e a expansão mundial nos anos 2000. In: FIORI, J.L., MEDEIROS, C., SERRANO, F. **O Mito do Colapso do Poder Americano**. Rio de Janeiro, Editora Record, 2008.

SERRANO, Franklin. Relações de Poder e a Política Macroeconômica Americana, de Bretton Woods ao Padrão Dólar Flexível. In: FIORI, J.L. (org.). **O Poder Americano**. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 3ª edição, 2004.

SERRANO, F. Do Ouro Imóvel ao Dólar Flexível. **Economia e Sociedade**, V11, n.2, p. 237-253, jul/dez de 2002.

STEIL, B e LITAN R.. **Financial Statecraft**. New Haven, Yale University Press, 2006.

SUGIHARA, Kaoru & ALLAN, J.A. (org). **Japan in the contemporary Middle East**. London, Routledge, 1993.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **L'Ancien Régime et la Révolution**. Septième Édition. Paris, Michel Lèvy Frères, Librairies Éditeurs, 1866.

United States General Accounting Office. **Coins and Currency. How the Costs and Earnings Associated with Producing Coins and Currency Are Budgeted and Accounted For**. Report to the Subcommittee on Domestic and International Monetary Policy, Trade, and Technology, Committee on Financial Services, House of Representatives. Abril de 2004. Disponível em: <http://www.gao.gov/new.items/d04283.pdf> (Acessado em 20/09/2009)

VAN EVERA, Stephen. **Guía para estudiantes de ciencia política**. Barcelona, Editorial Gedisa, 2002.

VERNON, Raymond. International Investment and International Trade in the Product Cycle. **The Quarterly Journal of Economics**, Vol. 80, No. 2, pp. 190-207, May 1966.

WEIR, Robert E (ed.). **Class in America: an encyclopedia**. Westport, Greenwood Press, 2007.

XIAOCHUAN, Zhou. **Reform the International Monetary System**. The People's Bank of China Speeches. 23 de março de 2009. Disponível em: <http://www.pbc.gov.cn/english/detail.asp?col=6500&id=178> (acessado em 16/11/2009).

YEUNG, Henry Wai-chung. **Transnational corporations and business networks: Hong Kong firms in the ASEAN Region**. London, Routledge, 1998.

ZAKARIA, Fareed. The Future of American Power How America Can Survive the Rise of the Rest. **Foreign Affairs**, 87 no 3, 18-43 May/June 2008

ANEXO 1

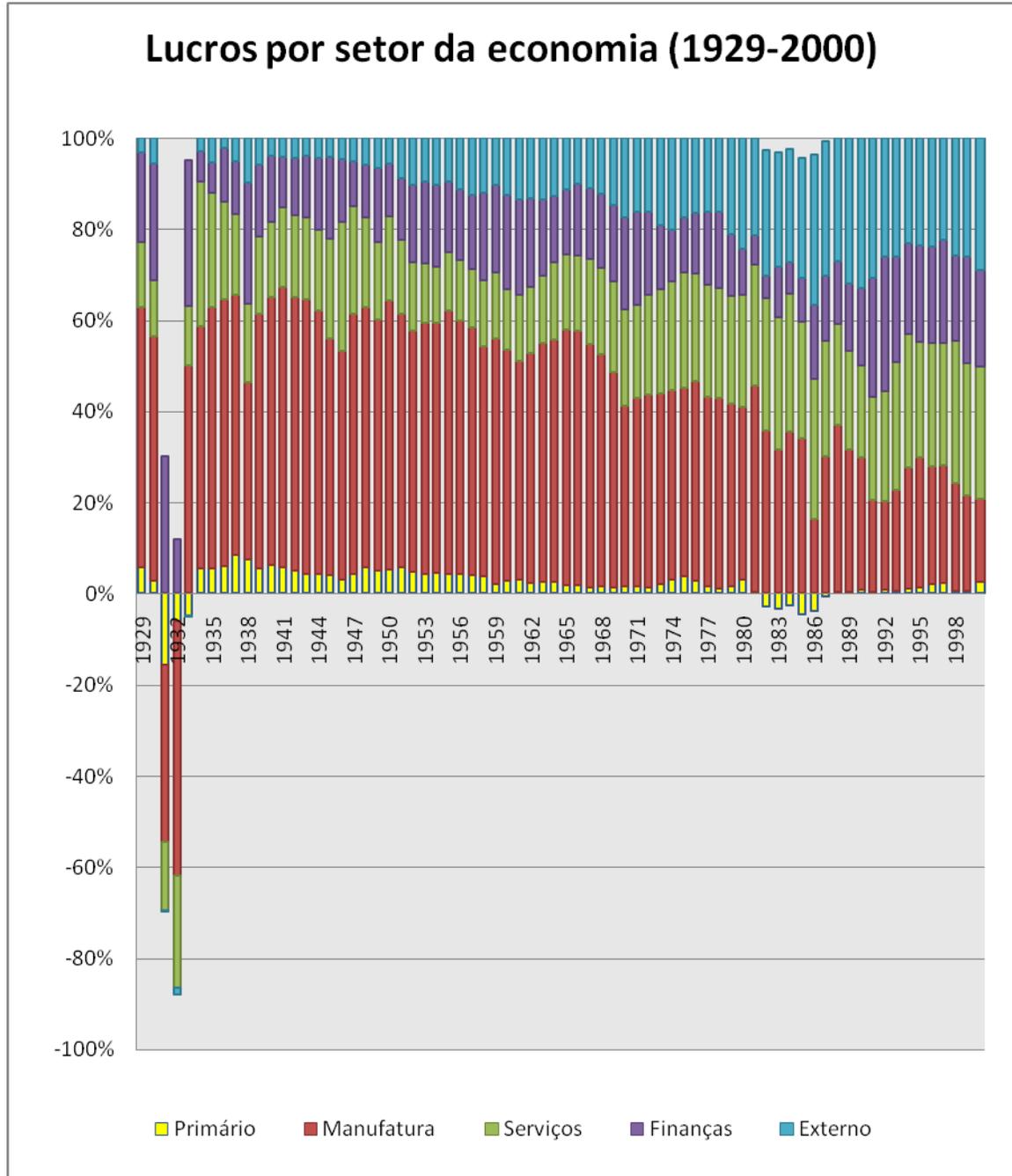


Gráfico 10 - Fonte: elaboração do autor a partir de dados do *Bureau of Economic Analysis*. Esse gráfico representa a participação percentual de cada setor no total dos lucros corporativos nos Estados Unidos.